

Relatório de Execução – 2017/2018



**PLANO
ESTRATÉGICO**
para as
MIGRAÇÕES
2015 – 2020

Índice

I – Introdução

II – Metodologia

III – Execução

Eixo I – Políticas de Integração de Imigrantes

Eixo II – Políticas de Promoção da Inclusão dos Novos Nacionais

Eixo III – Políticas de Coordenação dos Fluxos Migratórios

Eixo IV – Políticas de Reforço da Legalidade Migratória e da Qualidade dos Serviços Migratórios

Eixo V – Políticas de Reforço da Ligação, Acompanhamento e Apoio ao Regresso dos Cidadãos Nacionais Emigrantes

Siglas

ACM, I.P. – Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

AICEP Portugal Global, E.P.E. – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

AMA, I.P. – Agência para a Modernização Administrativa, I.P.

ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

BdP – Banco de Portugal

CFAE – Centros de Formação de Associação de Escolas

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

CNAIM – Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes

CLAIM – Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRC – Conservatória dos Registos Centrais

DGACCP – Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

DGAE – Direção-Geral das Atividades Económicas

DGE – Direção-Geral de Educação

DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

DGES – Direção-Geral do Ensino Superior

DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DGS – Direção-Geral da Saúde

DGS – ACSS, I.P. – Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

IAPMEI, I.P. – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

IAVE, I.P. – Instituto de Avaliação Educativa, I.P.

ICA, I.P. – Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.

IEFP, I.P. – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

IGAC – Inspeção-Geral das Atividades Culturais

IHRU, I.P. – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

INE, I.P. – Instituto Nacional de Estatística, I.P.

IPDJ, I.P. – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

IRN, I.P. – Instituto dos Registos e Notariado, I.P.

ISS, I.P. – Instituto da Segurança Social, I.P.

MA – Ministério do Ambiente

MAI – Ministério da Administração Interna

MC – Ministério da Cultura

MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

ME – Ministério da Economia

MF – Ministério das Finanças

MJ – Ministério da Justiça

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MPMA – Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa

MS – Ministério da Saúde

MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SGMAI – Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna

TNSJ – Teatro Nacional São João

VPM – Vice-Primeiro-Ministro

I – INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico para as Migrações (PEM) – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março –, é um instrumento de política pública de âmbito nacional que visa adaptar as políticas migratórias e de integração multinível às mais recentes necessidades e realidades migratórias.

Visando responder a vários desafios – combate transversal ao défice demográfico; consolidação da integração e capacitação das comunidades imigrantes residentes em Portugal; inclusão e capacitação de novos nacionais; mobilidade internacional, gestão do talento e valorização da atratividade do país; melhor articulação entre a imigração e a emigração e o apoio ao regresso e reitteração dos emigrantes portugueses – o PEM propõe-se responder de forma transversal e articulada, com 106 medidas e 201 indicadores. Na sua prossecução estão envolvidos 12 ministérios, diversas entidades da administração pública e organizações da sociedade civil.

No que se refere à sua estrutura, o PEM divide-se em duas partes, a primeira com enquadramento político, os principais desafios, eixos prioritários e critérios de avaliação e monitorização; a segunda, com as diversas medidas, agregadas por cinco eixos prioritários: políticas de integração de imigrantes; políticas de promoção e integração de novos nacionais; políticas de coordenação de fluxos migratórios; políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratório e políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes.

Com um período de implementação de seis anos, os indicadores das medidas do PEM são de execução anual ou plurianual. Entre os indicadores, contam-se aqueles que são da responsabilidade de uma só entidade/Ministério e os que preveem uma execução partilhada entre ministérios distintos, em torno dos mesmos objetivos.

Para acompanhamento da execução do PEM e avaliação da sua implementação, são utilizados vários mecanismos de monitorização: um Grupo Técnico de Acompanhamento; a conceção de relatórios bienais de execução; a apresentação ao Conselho para as Migrações e a realização de avaliações externas e independentes (uma já realizada em 2017, e outra, prevista realizar até ao final da implementação do PEM, em 2020).

O Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) do PEM é composto pelos representantes das entidades/Ministérios com responsabilidade na execução de indicadores que, além de

desenvolverem as ações previstas, reportam informação com vista à monitorização regular do Plano. Todas as entidades reúnem em plenário, anualmente, para dinamizar as metodologias de implementação do PEM e para análise dos relatórios de execução e planos de atividades.

Os relatórios bienais de execução têm por objetivo apresentar as principais atividades realizadas e os níveis de execução alcançados. O primeiro relatório bienal do PEM (2015-2016) foi apresentado e apreciado no Conselho para a Migrações (CM) – órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), assegurando a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias –, em reunião plenária no dia 18 de abril de 2017.

Os dois primeiros anos de execução do PEM atingiram taxas de execução geral (indicadores cumpridos e indicadores parcialmente cumpridos) de 89,6%, em 2015, e de 86,2%, no ano 2016. No relatório de execução de 2015-2016, foi alcançada, respetivamente, uma taxa de execução de 76% e 74%, pretendendo este relatório apresentar os resultados qualitativos e quantitativos relativos aos anos de 2017-2018.

Relativamente à avaliação externa e independente prevista na RCM, cabe salientar que, no ano de 2017, foi realizada uma avaliação intercalar relativa ao primeiro biénio de execução do PEM (2015-2016), pela empresa *Hub 2050*. Esta avaliação decorreu da aplicação de inquérito e da realização de entrevistas e de *focus group* com as entidades envolvidas na implementação do PEM, bem como com entidades que integram o Grupo Técnico de Acompanhamento do PEM. O relatório de Avaliação Intercalar foi apresentado ao Conselho para as Migrações, em reunião plenária, no dia 13 de julho de 2018 e encontra-se publicado no portal do ACM, I.P.

Para além do presente relatório bienal, prevê-se, ainda, a realização de um relatório relativo à execução do PEM nos anos 2019 e 2020, que assumirá a versão de relatório global (2015-2020), e será ainda efetuada uma avaliação externa final do Plano, a realizar por uma entidade externa e independente.

II – METODOLOGIA

O presente relatório incide nas atividades desenvolvidas pelas respetivas entidades durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2018. O documento foi elaborado pela equipa responsável pela coordenação do PEM, a partir da informação enviada e/ou registada na Plataforma do PEM, mecanismo digital criado especificamente para os responsáveis institucionais do GTA do PEM.

A organização do relatório assenta na apresentação das atividades realizadas durante o período em referência, por eixo e indicador(es) de cada medida. É composto por uma parte qualitativa – em que se encontram descritas as principais atividades realizadas – e uma parte quantitativa, em que é apurado o nível de execução alcançado em 2017 e em 2018.

De salientar que neste relatório se incluíram as medidas cujos indicadores eram de execução obrigatória em 2017 ou em 2018. Contudo, foram também incluídos aqueles indicadores que, não tendo implementação prevista no período em análise, foram executados total ou parcialmente nos referidos anos.

Em termos qualitativos apenas, figura ainda a execução relativa a indicadores que, já tendo sido cumpridos em anos anteriores, continuam a registar execução reportada pelas entidades envolvidas.

O apuramento dos valores que se indicam (indicadores executados; não executados ou executados parcialmente) assenta no seguinte critério de contabilização: foi atribuído um (1) ponto a cada indicador executado dentro da calendarização prevista; atribuída a pontuação de zero (0) aos indicadores que não foram executados no período previsto; atribuído um valor percentual proporcional ao seu cumprimento para os indicadores que, não sendo de execução anual obrigatória, foram parcialmente executados em 2017 e/ou em 2018. De referir ainda que, aos indicadores de execução anual obrigatória que foram implementados sem cumprir a totalidade dos seus critérios, foi atribuída a pontuação de 0,5 pontos.

III – EXECUÇÃO

Sendo o PEM um documento estratégico de política pública, a sua taxa de execução traduz o sucesso dos atores políticos envolvidos e das sinergias interministeriais estabelecidas para a implementação deste Plano.

Estiveram envolvidos na execução de medidas do PEM em 2017 e em 2018 os seguintes ministérios: Ministério do Ambiente, Ministério da Administração Interna, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ministério da Cultura, Ministério da Economia, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O GTA reúne anualmente. No ano 2017, a Reunião Geral do GTA realizou-se no dia 21 de março e, em 2018, no dia 21 de fevereiro. Ao longo dos dois anos, foram também realizados contactos, reuniões bilaterais e pontuais para dinamização da execução de indicadores.

O relatório de execução do biénio 2017-2018 foi sujeito à avaliação prévia dos responsáveis institucionais pelas diferentes áreas setoriais e uma versão preliminar do documento foi apresentada ao Conselho para as Migrações, em reunião conjunta entre os membros do GTA do PEM e o Conselho para as Migrações, no dia 27 de março de 2019.

No ano de 2017, o PEM apresentou uma execução de 78,2%, correspondente ao cumprimento de 61 indicadores obrigatórios de um total de 78 indicadores analisados nesse ano. A taxa de execução geral – que agrega os indicadores cumpridos e os indicadores parcialmente cumpridos – foi de 91%.

Em 2018, foram cumpridos 62 indicadores obrigatórios, de um total de 88 indicadores com execução nesse ano, o que representa uma taxa de execução de 70,5%. A taxa de execução geral foi de 89,8%.

De ressaltar que os resultados quantitativos divulgados neste relatório bienal e no anterior (2015-2016) poderão diferir dos valores finais de execução do PEM. Nos casos em que, até ao final do Plano, haja reporte de informação relativa ao cumprimento de indicadores cujo prazo previsto de execução já tenha terminado, serão contabilizados 0,5 pontos por indicador cumprido. Assim, a execução de indicadores poderá sofrer alterações relativamente aos valores inicialmente apurados nos relatórios intercalares.

No relatório final do PEM, além do reporte de execução relativa aos anos 2019 e 2020, serão apurados os valores globais de execução.

EXECUÇÃO GERAL DE INDICADORES				
INDICADORES	ANO 2017		ANO 2018	
	N.º DE INDICADORES	%	N.º DE INDICADORES	%
CUMPRIDOS	61	78,2%	62	70,5%
NÃO CUMPRIDOS	7	9,0%	9	10,2%
PARCIALMENTE CUMPRIDOS	10	12,8%	17	19,3%
TOTAL	78	100%	88	100%



EIXO I. POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

Medida 1. Definição de estratégias locais que garantam uma ação concertada das diversas entidades envolvidas na área das migrações, visando a promoção e captação, bem como a integração dos migrantes

Ação – Criar planos locais para as migrações enquanto ferramenta de desenvolvimento de políticas locais na área do acolhimento e integração de migrantes.

Indicador – 50 planos municipais em implementação.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P.; MAI/SEF; municípios. **Calendarização** – 2015-2020.

Os Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM) são documentos que incorporam as estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades com ação na área das migrações, a nível local, e que concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

A implementação dos PMIM é bienal e financiada pelo Fundo para o Asilo, Migração e Integração (FAMI).

Em 2018, um total de 14 PMIM começou a sua implementação para o período 2018-2020:

- Almada e Amadora, em abril;
- Viana do Castelo, em maio;
- Fundão, Lisboa, Seixal e Sintra, em junho;
- Matosinhos e Moita, em julho;
- Odemira e Setúbal, em setembro;
- Arganil, em outubro;
- Castelo Branco e Guimarães, em dezembro.

Dos 50 PMIM que se prevê implementar até 2020, foram já implementados 33 PMIM, 19 dos quais no período entre 2015-2017. No ano 2018, o indicador atingiu 66% de execução.

Medida 2. Implementação de ferramenta de apoio às políticas locais na área das migrações

Ação – Implementar o Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD), enquanto ferramenta de concretização e monitorização na área das migrações, em articulação com o Portal da Transparência.

Indicador – 60 municípios envolvidos no IMAD.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P.; municípios. **Calendarização** – 2015-2020.

O Índice dos Municípios Amigos da Diversidade (IMAD) é uma ferramenta de apoio à caracterização e monitorização das políticas locais de acolhimento e integração dos imigrantes e consiste num inquérito por questionário, que cobre todas as áreas transversais ao processo multivetorial de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Configurando a possibilidade de utilização contínua, na ótica da melhoria e aprofundamento das políticas locais, o IMAD permite aferir com acuidade o Universo de políticas locais relevantes nesta área; a efetividade destas políticas em termos de resposta às necessidades e a identificação de Práticas Inspiradoras com potencial para serem replicadas¹.

Não sendo uma medida de execução anual obrigatória, em 2017 o ACM, I.P. contribuiu, contudo, para a sua concretização. Foram aplicados 11 questionários para o Índice dos Municípios Amigos da Diversidade (IMAD), nos seguintes municípios:

- Matosinhos e Mealhada, em setembro;
- Alfândega da Fé e Fundão, em outubro;
- Arganil, Câmara de Lobos, Trofa e Vila Nova de Gaia, em novembro;
- Alcanena, Aveiro e Santarém, em dezembro.

Com o envolvimento de 11 municípios no IMAD, o indicador atingiu 83% de execução em 2017, uma vez que o indicador prevê a integração de 60 municípios no Índice até ao ano 2020.

No ano 2018, foram aplicados um total de 5 questionários:

- Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor, em julho;
- Oliveira do Hospital, em novembro.

¹ Mais informação em: <http://www.acm.gov.pt/-/indice-dos-municipios-amigos-dos-imigrantes-e-da-diversidade-?inheritRedirect=true>.

Dos 60 municípios a envolver no IMAD até 2020, um total de 55 municípios foram integrados, pelo que o indicador atingiu 92% de execução, em 2018.

Medida 3. Desenvolvimento de iniciativas de prevenção e combate ao racismo e à discriminação racial

Ação – Dinamizar ações de formação e sensibilização contra a discriminação racial, designadamente através de meios eletrónicos.

Indicador – 5 ações de sensibilização anuais.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P.; M. Educação/IPDJ, I.P.. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) do ACM, I.P. promoveu diversas ações de sensibilização contra a discriminação racial e étnica, de entre as quais se destacam quatro para efeitos de cumprimento das medidas do PEM². Estas quatro ações presenciais foram dirigidas a adultos, jovens e crianças:

- Sessão de informação sobre a CICDR e a missão no combate ao racismo e à discriminação, no âmbito do Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes em Sintra, dirigida a profissionais dos serviços e organizações com intervenção em Sintra (nos diferentes setores). A ação decorreu no Palácio Valenças, em Sintra, no dia 9 de fevereiro, contando com a participação de 19 pessoas.
- Sessão de divulgação da CICDR e do seu âmbito de atuação e explicitação dos mecanismos legais existentes de prevenção e combate de práticas discriminatórias. Esta ação contou com o apoio e promoção da Associação Ad Sumus – Associação de Imigrantes de Almada, e foi aberta à sociedade civil, tendo contado com a presença de 40 participantes na audiência, maioritariamente constituída por nacionais de países terceiros. Inserida no âmbito da comemoração da Semana Contra a Discriminação Racial, a ação decorreu na Casa Amarela – Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro, no Laranjeiro, no dia 25 de março.
- Sessão de informação sobre a CICDR e o seu papel no combate ao racismo e à discriminação, no âmbito do Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes em Sintra, dirigida a jovens que integram o projeto de intervenção social/comunitária Viv@cidade-E6G, do Programa Escolhas. A ação decorreu na sede do projeto

² Relatório Anual da CICDR disponível em:

https://www.cicdr.pt/documents/57891/574449/CICDR_Relat%C3%B3rio+Anual+2017_Igualdade+e+N%C3%A3o+Discrimina%C3%A7%C3%A3o.pdf/3f40f660-642d-45b0-9e7f-574b077d257d.

Viv@cidade, em Agualva-Cacém, no dia 28 de março a participação ativa de 13 pessoas.

- Sessão de informação sobre a CICDR e o seu papel no combate ao racismo e à discriminação, no âmbito do Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes em Sintra, dirigida a pais e familiares dos jovens que integraram o Projeto Viv@cidade-E6G e população em geral. A ação decorreu na sede do projeto Viv@cidade, em Agualva-Cacém, no dia 5 de abril. Participaram: 10 pessoas.

Realizaram-se ainda quatro ações de sensibilização em Escolas Primárias por todo o país, no âmbito da Campanha «As Cores da Cidade Cinzenta»³, para assinalar o dia 21 de março – Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial que consistiu na apresentação de uma peça de teatro inspirada no livro “As cores da cidade cinzenta” produzido pelo ACM/CICDR no ano anterior. A iniciativa contemplou um *workshop* de pintura potenciando às crianças verter num mural a mensagem recebida:

- Ação de sensibilização dirigida ao Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa, EB da Lejana, em Faro, no dia 20 de março. Participantes: 150 alunos/as;
- Ação de sensibilização dirigida ao Agrupamento de Escolas Prof. Lindley Cintra, EB1 Eurico Gonçalves, em Lisboa, no dia 21 de março. Participantes: 179 alunos/as;
- Ação de sensibilização dirigida ao Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira, EB Salgueiro Maia, em Santarém, no dia 22 de março. Participantes: 146 alunos/as;
- Ação de sensibilização dirigida ao Agrupamento de Escolas do Viso, Escola Básica das Campinas, EB1, no Porto, no dia 23 de março. Participantes: 163 alunos/as.

Contribuiu também para a execução do indicador a iniciativa *Naveg@as em Segurança?*, dinamizada pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ, I.P.) e com uma abrangência nacional. Esta iniciativa é um projeto de voluntariado e consiste em sessões presenciais, com metodologias mistas *online* e *offline*, que visa contribuir para utilização responsável e segura da Internet.

As sessões são organizadas nas Lojas «Ponto JA» do IPDJ, I.P. nas capitais de distrito, e centradas nas temáticas do combate ao discurso de ódio, a defesa dos direitos humanos *online*

³ A campanha consistiu na distribuição às crianças de um *kit* composto pelo livro *As Cores da Cidade Cinzenta*, com uma história para colorir, acompanhado por 6 lápis de cor de diferentes tons de pele, com o propósito de reforçar os valores de vida numa sociedade multicultural. O livro está disponível em: http://www.acm.gov.pt/documents/10181/167771/As+Cores+Da+Cidade+Cinzenta_BR.pdf/c740288d-4832-49ff-8cfc-75d14d9b5f9f.

e o *ciberbullying*. As ações destinam-se a crianças, jovens, pais/educadores e cidadãos em geral, tendo sido realizadas 434 ações, no ano 2017.

Com as ações de sensibilização promovidas pela CICDR e pelo IPDJ, I.P. o indicador foi cumprido e superado em 2017.

No ano 2018, a CICDR promoveu diversas ações de sensibilização contra a discriminação racial⁴, destacando-se as seguintes para efeitos de cumprimento dos indicadores PEM:

- Concurso *77 palavras contra o racismo*. A cerimónia de entrega dos prémios decorreu no dia 17 de dezembro, na Biblioteca Municipal de Marvila, em Lisboa. Foram recebidas 564 candidaturas, de entre as quais 471 candidaturas foram validadas pelo júri, tendo sido distinguidos com prémio cinco trabalhos e atribuídas 18 Menções Honrosas⁵.
- Protocolo «Andebol – Contra a Discriminação Racial», celebrado em 19 de janeiro de 2018, com a Associação de Solidariedade Social ASSOMADA, com vista à sensibilização e prevenção da discriminação racial. Esta iniciativa permitiu que a equipa de andebol feminina da primeira divisão, constituída maioritariamente por atletas descendentes de imigrantes, envergasse equipamentos cujas camisolas continham o logótipo da CICDR e a inscrição da frase *Denuncie a Discriminação Racial*, por forma a contribuir para o desincentivo à discriminação racial e étnica. Os equipamentos foram estreados no Pavilhão Carlos Queirós, no dia 25 de fevereiro de 2018, num jogo com a equipa da Maia;
- Conferência «Nova Lei contra a Discriminação Racial», em parceria com a Secretaria Geral da Inclusão e Assuntos Sociais do Governo regional da Madeira, no Funchal, Madeira, no dia 16 de maio de 2018, contou com a presença de 43 participantes de diversos serviços, designadamente, Coordenadores e Técnicos dos Núcleos Locais de Inserção, Animadores dos Polos de Emprego, Representantes das Casas do Povo, Delegados/as Escolares e Membros do Conselho da Comunidade Educativa das Escolas de 2.º e 3.º Ciclos;

⁴ Ver Relatório Anual da CICDR em : <https://www.cicdr.pt/documents/57891/0/Relatorio+Anual+2018+-+VERS%C3%83O+FINAL.pdf/61a87690-3cdd-43e4-ab7f-1f415559fb42> .

⁵Mais informação sobre o concurso 77 Palavras Contra o Racismo, em: <https://www.acm.gov.pt/-/cicdr-lanca-concurso-77-palavras-contra-a-discriminacao-racial-?inheritRedirect=true>. Lista dos vencedores da edição 2018, em:

https://www.cicdr.pt/documents/57891/0/Lista+de+Vencedores_Concurso+77+Palavras+contra+a+Discrimina%C3%A7%C3%A3o+Racial.pdf/faf7c2d7-c513-48e6-8527-50bc64f0027f.

- Conferência «Diversidade e Cidadania – O Direito À Não Discriminação», em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras, no dia 21 de maio de 2018 dirigida a 11 Técnicos/as das áreas de desenvolvimento e coesão social (DDS-Departamento de Desenvolvimento Social, DCS- Divisão de Coesão Social, DPHCT – Divisão de Património Histórico, Cultura e Turismo);
- *Workshop* formativo «Direitos Humanos» – Combate à Discriminação Racial em Portugal, em parceria com a EAPN, no dia 11 de setembro de 2018, na Sede da EAPN no Porto, com a participação de 20 pessoas provenientes de diversos distritos.

O IPDJ, I.P., reportou as seguintes ações de sensibilização para o combate ao ódio e contra a discriminação racial:

- Dinamização de página de *Facebook* do Movimento contra o Discurso de Ódio, campanha do Setor de Juventude do Conselho da Europa;
- Tradução do manual «Alternativas – Agir contra o discurso de ódio através de contranarrativas»;
- Ação de formação e sensibilização «Alternativas | Formação de multiplicadoras/es para prevenção e combate ao discurso de ódio *online* através da Educação para os Direitos Humanos»;
- Ações de sensibilização de combate ao discurso de ódio na Futurália, Qualifica, *Nos Alive*, *Lisbon Games Week* e *Sport Expo*.
- Sessões de sensibilização sobre ética desportiva e promoção dos valores no desporto, em que foram abordados temas como a cidadania e o combate à discriminação e xenofobia.

Com as ações de sensibilização contra o racismo e discriminação realizadas pela CICDR e pelo IPDJ, I.P., o indicador foi cumprido e superado em 2018.

Ação – Promover eventos, culturais e ou desportivos, em parceria com entidades públicas e privadas, destinados a consciencializar a população em geral contra a discriminação racial.

Indicador – 5000 pessoas abrangidas por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P.; M. Educação/IPDJ, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Com o propósito de sensibilizar crianças e jovens para a temática da discriminação racial, o ACM, I.P. é parceiro do *KidFun – Educação para Valores*, um projeto da Fundação Benfica que visa apoiar a escola e a família na educação das crianças, promovendo valores fundamentais de conduta e da vida em sociedade. A cada ano letivo, o projeto *KidFun* promove atividades

presenciais nas escolas inscritas, difundindo uma mensagem de diversidade assente no princípio da igualdade de tratamento promovendo um ambiente apelativo e descontraído com a presença física do estádio insuflável *KidFun* e onde, no seu interior, os alunos desenvolvem atividades lúdicas e desportivas com uma equipa de monitores qualificados⁶.

Em 2017, e à semelhança dos anos anteriores, o ACM, I.P. distribuiu um total de 5.000 *flyers* «RACISMO? Stop» e publicitou um *banner* da CICDR no estádio do *KidFun* durante os dias do evento. No ano letivo 2016/2017, participaram um total de 14.436 crianças no projeto *KidFun*, com a seguinte distribuição:

Distribuição Beneficiários por Distrito	N.º de Beneficiários
Aveiro	115
Beja	50
Braga	210
Coimbra	89
Évora	40
Faro	1033
Guarda	20
Leiria	439
Lisboa	9710
Portalegre	155
Porto	51
Santarém	216
Setúbal	2158
Viana do Castelo	114
Viseu	36
TOTAL	14.436

Indicadores Gerais	N.º
Agrupamentos	50
Escolas Básicas	82
Instituições Sociais	36
Participação em Eventos	22
Dias <i>KidFun</i> (dias de atividades)	202
Distritos Abrangidos	15
Municípios Abrangidos	42
N.º Total de Crianças	14.436

⁶ Mais informação Sobre o *KidFun* – Educação para Valores, em <http://kidfun.slbenfica.pt/> e http://kidfun.slbenfica.pt/?page_id=9.

Ainda relativamente à execução deste indicador, as seguintes iniciativas organizadas pelo IPDJ, I.P. abrangeram um total de 20.446 pessoas:

- *Naveg@s em Segurança?*⁷ Participantes: 9.946;
- IV *Corrida CPLP – Juntos contra a fome*, em parceria com a Câmara Municipal de Cascais e a empresa Totum, em Cascais, no dia 16 de julho. Esta iniciativa tem periodicidade anual e pretende angariar fundos para projetos de combate à fome aprovados no âmbito da campanha *Juntos Contra a Fome!* (organização conjunta da CPLP e FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e sensibilizar a sociedade para o processo de construção de uma Comunidade de povos livre da fome; Participantes: 2.500;
- Sessão de Encerramento da Semana Europeia do Desporto 2017 (EWoS), em parceria com a Associação de Atletismo de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Estúdios Jazzy Dance, federações desportivas, movimento associativo de Lisboa e de Almada e Programa Erasmus+ da Comissão Europeia. A Semana Europeia do Desporto é uma iniciativa da Comissão Europeia para a qual o IPDJ, I.P. é a entidade responsável em Portugal, e visa promover o desporto e a atividade física. Em 2017, a Semana realizou-se entre 23 e 30 de setembro e a sessão de encerramento decorreu na Praça do Comércio, em Lisboa. Participantes: 8.000.

Para além destas iniciativas, o IPDJ, I.P. também organizou ações *online* de promoção dos direitos humanos e ações de sensibilização de combate à discriminação e ao discurso de ódio nos eventos em que participou, e de que são exemplo, entre outros, festivais de músicas e os certames Qualifica e Futurália.

Com a campanha de sensibilização da CICDR em parceria com o projeto *KidFun* (14.436 crianças) e as três ações promovidas pelo IPDJ (20.446 jovens), o indicador foi cumprido e amplamente superado em 2017.

No ano 2018, o ACM, I.P. voltou a distribuir *flyers* «RACISMO? Stop» e a publicitar um *banner* da CICDR no âmbito da parceria com o projeto *KidFun da Fundação Benfica*, ao longo do ano letivo 2017/2018, participaram um total de 20.070 crianças, com a seguinte distribuição geográfica:

⁷ Mais informações sobre esta iniciativa no primeiro indicador da medida.

Distribuição Beneficiários por Distrito	N.º de Beneficiários
Aveiro	131
Beja	252
Braga	30
Bragança	50
Castelo Branco	97
Coimbra	189
Évora	20
Faro	564
Guarda	128
Leiria	963
Lisboa	12.708
Portalegre	795
Porto	624
Santarém	254
Setúbal	2845
Viana do Castelo	323
Vila Real	23
Viseu	74
TOTAL	20.070

Indicadores Gerais	N.º
Agrupamentos	72
Escolas Básicas	113
Instituições Sociais	32
Participação em Eventos	22
Distritos Abrangidos	18
Municípios Abrangidos	47
N.º Total de Crianças	20.070

No âmbito do combate à discriminação racial, o IPDJ, I.P. e o Centro de Juventude de Lisboa promoveram as seguintes iniciativas, no ano 2018:

- Cinco corridas em cinco regiões do país, no âmbito da celebração dos 70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 Anos da Adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, no dia 9 de dezembro, que contaram com cerca de 8.000 participantes;
- Encerramento da Campanha Contra o Discurso de Ódio em Portugal, em articulação com Cascais, Capital Europeia da Juventude, envolvendo a realização de um passeio de

bicicleta, atividades de divulgação e sensibilização, representação da peça de teatro «Identidade Digital 2.0»;

- Exposição «Rise Up Against Opression», em parceria com a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, e feita a partir de um conjunto de citações de feministas de todo o mundo, que abordam a luta contra a prostituição, a desigualdade e opressão de classe e género, pela defesa dos direitos das mulheres;
- Participação no seminário «The european youth card as a tool to promote access to social rights for all young people», em Budva, Montenegro;
- Participação e intervenção no seminário «On the Role of Roma Youth in Policy and decision-making bodies and structures», em Estrasburgo, França;
- Participação no seminário «Young people's access to rights: Learning and sharing experiences in Youth policy and youth work», em Moscovo, Rússia;
- Encontro Europeu de Jovens Luso Descendentes em Cascais, organizado pela Cap Magellan e o IPDJ, I.P., no âmbito da Capital Europeia da Juventude, com o objetivo de reunir 40 jovens portugueses e 40 jovens luso descendentes, partilhando experiências, modificar estereótipos e promover a diversidade cultural.

Com um total de 20.070 crianças abrangidas na parceria da CICDR com o projeto *Kid Fun* em 2018, e 8.000 participantes nas cinco corridas organizadas pelo IPDJ, I.P., o indicador foi cumprido e superado, em 2018.

Medida 6. Melhoria dos dados oficiais sobre a integração dos migrantes

Ação – Criar novos indicadores e melhorar os já existentes nas fontes oficiais das várias tutelas que acompanham, de forma direta ou indireta, o nível de integração dos migrantes.

Indicador – Elaboração de um relatório analítico anual, com disponibilização *online* de dados, promovido pelo Observatório das Migrações do ACM, I.P., e aprofundar as estatísticas dos movimentos migratórios pelo INE, I.P.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P., e INE, I.P.; MTSSS/ISS, I.P., e todas as entidades com dados estatísticos relevantes sobre os fluxos migratórios. **Calendarização** – 2015-2020.

Para melhorar os dados oficiais sobre a integração dos migrantes, o Observatório das Migrações (OM) lançou, em 2014, a Coleção *Imigração em Números*. Nos anos de referência deste Relatório do PEM (2017 e 2018), o OM lançou dois Relatórios Estatísticos Anuais de

Indicadores de Integração de Imigrantes.⁸ O primeiro relatório *Indicadores de Integração de Imigrantes 2017*⁹ da Coleção *Imigração em Números*, foi apresentado nas X Jornadas do Observatório das Migrações, que se realizaram na Fundação Calouste Gulbenkian no dia 18 de dezembro.

Voltando a assumir a integração como um processo multidimensional e dinâmico, no Relatório Estatístico de 2017 foram analisados 235 indicadores para os estrangeiros residentes por comparação aos nacionais residentes, distribuídos por 15 dimensões analíticas, que sistematizam informação de 42 fontes de dados administrativos e estatísticos (28 fontes nacionais e 14 internacionais).

Também da coleção *Imigração em Números* do OM, foram ainda lançadas em 2017 as seguintes publicações de sensibilização e disseminação de dados acerca dos imigrantes em Portugal:

- Caderno Estatístico #1 «Acesso à nacionalidade portuguesa: 10 anos da lei em números»¹⁰ (junho);
- Boletins Estatísticos¹¹:
 - #1 «A mulher estrangeira na população residente em Portugal» (março);
 - #2 «Recenseamento Eleitoral de Estrangeiros (setembro);
 - #3 «Estudantes Estrangeiros nos Diferentes Níveis de Ensino» (novembro);
- Destaques Estatísticos Mensais *Sabia que?*¹²:
 - Migrações e Religiões (janeiro);
 - Aprendizagem do Português e das Línguas Maternas (fevereiro);
 - Mulheres Migrantes (março);
 - Habilitações e Reconhecimento de Qualificações de Estrangeiros em Portugal (março);
 - Trabalhadores Imigrantes e Segurança no Trabalho (abril);
 - Imigrantes e a Seguranças Social (maio);

⁸ Detalhes da Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações em <https://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-imigracao-em-numeros>

⁹ Relatório Estatístico Anual 2017 – *Indicadores de Integração de Imigrantes* disponível em: <http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relat%C3%B3rio+Indicadores+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes+OM+2017.pdf/432839ce-f3c2-404f-9b98-39ab22b5edc5>.

¹⁰ Caderno Estatístico #1 disponível em: https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/440932/Caderno+Estat%C3%ADstico+1+Nacionalidade+FINAL_b.pdf/787fbb3d-d8ea-4daa-922d-5cbefec49ff4.

¹¹ Boletins Estatísticos disponíveis em: <https://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-imigracao-em-numeros/boletins-estatisticos>.

¹² Destaques Estatísticos Mensais «*Sabia que?*» disponíveis em: <http://www.om.acm.gov.pt/sabia-que>.

- Acesso à Nacionalidade (junho);
- Imigração e Demografia (julho);
- Remessas dos Imigrantes (agosto);
- Recenseamento Eleitoral de Estrangeiros (setembro);
- Estatísticas e Indicadores de Integração de Imigrantes (outubro);
- Estudantes Imigrantes (novembro);
- *Posters* Estatísticos¹³:
 - Migrações e Religiões no Mundo (janeiro);
 - Diversidade Religiosa em Portugal (janeiro);
 - Aprendizagem da Língua Portuguesa por Estrangeiros (fevereiro);
 - Mulheres Migrantes (março);
 - Distribuição das Mulheres Migrantes no território (março);
 - Sinistralidade Laboral em Portugal vs na Europa (abril);
 - Sinistralidade Laboral de Estrangeiros em Portugal (abril);
 - Cidadania e Acesso à Nacionalidade (junho);
 - Migrações e Remessas (agosto);
 - Direitos Eleitorais de Estrangeiros na Europa (setembro);
 - Estrangeiros e Recenseamento Eleitoral em Portugal (setembro);
 - Estatísticas de Imigração (outubro);
 - Estudantes Estrangeiros no Contexto Internacional (novembro).

Com a publicação do Relatório Estatístico Anual – *Indicadores de Integração de Imigrantes 2017* e a sua disponibilização *online*, o indicador foi cumprido. Concorreram para a superação do indicador todas as outras publicações da Coleção *Imigração em Números* do OM lançadas em 2017.

Em 2018, o Relatório Estatístico Anual – *Indicadores de Integração de Imigrantes 2018*¹⁴ foi apresentado por ocasião do Dia Internacional dos Migrantes, no dia 18 de dezembro, no Salão Nobre do Instituto Nacional de Estatística (INE), em Lisboa¹⁵.

¹³ *Posters* Estatísticos disponíveis em: <http://www.om.acm.gov.pt/posters-estatisticos>.

¹⁴ Relatório Estatístico Anual 2018 – *Indicadores de Integração de Imigrantes* disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2018+%E2%80%93+Indicadores+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes.pdf/00de4541-b1ad-42ed-8ce9-33056321ecdb>.

¹⁵ Notícia do lançamento em: <https://www.acm.gov.pt/-/relatorio-estatistico-anual-2018-portugal-volta-a-ter-saldo-migratorio-positivo>.

Durante o ano de 2018, foram ainda lançadas as outras publicações da Coleção *Imigração em Números* do OM:

- Caderno Estatístico #2 «Migrações e Saúde em números: o caso português»¹⁶ (abril);
- Boletim Estatístico #4 «Europeus Comunitários em Portugal: uma análise exploratória»¹⁷ (novembro);
- Destaques Estatísticos Mensais *Sabia que?*¹⁸:
 - Dados e Indicadores de Integração de Imigrantes (janeiro);
 - Imigração e Nupcialidade (fevereiro);
 - Discriminação de Base Racial e Étnica Reportada (março);
 - Migrações e Saúde (abril);
 - Diversidade Cultural em Portugal (maio);
 - Refugiados (junho);
 - Jovens Descendentes de imigrantes (julho);
 - Imigração e Igualdade de Género (agosto);
 - Imigração e Línguas (setembro);
 - Imigração e envelhecimento (outubro);
 - Cidadãos da União Europeia em Portugal (novembro).
- *Posters* Estatísticos¹⁹:
 - Imigração e Nupcialidade (fevereiro);
 - Discriminação de base racial e étnica (março);
 - Imigração e Saúde Internacional (abril);
 - Refugiados (junho);
 - Imigração e Línguas (setembro)
- Infografias da Imigração OM:
 - «Factos e Números da Imigração em Portugal» (janeiro).

O indicador foi cumprido em 2018, com a publicação e disponibilização *online* do Relatório Estatístico Anual 2018 – *Indicadores de Integração de Imigrantes*, sendo ainda amplamente

¹⁶ Caderno Estatístico #2 disponível em:

<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/440932/Caderno+Estat%C3%ADstico+OM+%232+%E2%80%9CMigra%C3%A7%C3%B5es+e+Sa%C3%BAde+em+N%C3%BAmeros+-+o+caso+portugu%C3%AAs%E2%80%9D.pdf/f553a541-cb52-4036-bb31-46843ca4fdab>.

¹⁷ Boletins Estatísticos disponíveis em <https://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-imigracao-em-numeros/boletins-estatisticos>.

¹⁸ Destaques Estatísticos Mensais *Sabia que?* disponíveis em: <https://www.om.acm.gov.pt/sabia-que>.

superado pela publicação e disseminação de outros relatórios estatísticos e edições do OM na vertente da disseminação de novos indicadores e dados sobre migrações em Portugal.

Ação – Desenvolver o sistema de informação estatístico do Portal de Estatística do SEF – SEFSTAT sobre fluxos migratórios e titulares de autorização de residência e disponibilizar informação em ambiente *web* e *mobile*.

Indicador – Disponibilização do sistema e da informação.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2016

Embora a disponibilização de informação estatística, em versão para *web* e para *mobile*, sobre fluxos migratórios e autorização de residência estivesse prevista para o biénio 2015-2016, o SEF reportou a execução do indicador no ano 2018, pelo que aquele se considera cumprido, embora contabilizando-se metade da pontuação.

Medida 7 – Promoção do associativismo junto das comunidades imigrantes

Ação – Promover o associativismo junto das comunidades, através da divulgação de material informativo e formativo, bem como através da realização de ações de formação/sensibilização

Indicador – 4 ações por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Para promover o associativismo junto das comunidades imigrantes, o Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes do ACM, I.P. organizou dois *workshops* com a Kerigma – Instituto de Inovação e Desenvolvimento Social de Barcelos, no dia 2 de março de 2017, no âmbito das atividades do Departamento de Cooperação Internacional da Kerigma:

- *Workshop* «Partilha de Boas Práticas ao Nível da Capacitação de Grupos». A ação teve como objetivo a apresentação do Projeto IMPLOED²⁰ e de Boas Práticas Europeias, bem como Recolha de Boas Práticas Nacionais sobre estratégias que permitem o envolvimento e capacitação de grupos considerados desfavorecidos nos processos de aprendizagem. Participantes: 11 (9 mulheres e 2 homens).
- *Workshop* «Metodologias de Cooperação e Material Pedagógico». Nesta sessão, foi apresentado o projeto *Human Rights in Practice*, o relatório dos resultados de questionários e discussão de metodologias de cooperação entre ONG de Imigrantes e Centros de Línguas e o material pedagógico do projeto. Participantes: 9 (6 mulheres e 3 homens).

²⁰ Informação sobre o Projeto IMPLOED disponível em: <http://www.oed-network.eu/>.

Foram ainda organizadas duas «Conversas sobre o Associativismo Imigrante». As «Conversas» são uma das estratégias de promoção do associativismo imigrante do ACM, I.P. e consistem na dinamização, a nível local, de sessões de informação e debate sobre o associativismo imigrante em Portugal, numa perspetiva de incentivo à organização dos cidadãos imigrantes pela via associativa. Nestas sessões, pretende-se uma abordagem prática, sendo um dos aspetos mais importantes o convite a um/a dirigente associativo/a que possa partilhar com os participantes a sua própria experiência de vida associativa. Em 2017, realizaram-se duas sessões:

- Uma «Conversa sobre o associativismo imigrante», no Seixal, no dia 23 de janeiro. No âmbito do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal, e a convite da Câmara Municipal do Seixal, o ACM, I.P. dinamizou esta sessão de promoção de associativismo imigrante com a dirigente associativa do Grupo de Teatro do Oprimido, Anabela Rodrigues. Na sessão, foi feita a apresentação dos serviços técnicos e financeiros do Gabinete de Apoio Técnico às Associações Imigrantes (GATAI) do ACM, I.P., e a apresentação do Programa SIM – Sustentabilidade, Impacto e Mudança, com a presença da Fundação Aga Khan. Participantes: 16 pessoas (7 mulheres e 9 homens).
- Uma «Conversa sobre o Associativismo Imigrante», no CNAIM de Lisboa, no dia 15 de novembro, com a participação de representantes da Associação Imigrantes da Lousa e da Câmara Municipal da Lousa, no âmbito do Plano Municipal de Integração de Migrantes e da Associação Activar. A sessão incluiu uma ação de terreno, com a visita à Associação Solidariedade Imigrante, no período da manhã. Participantes: 8 pessoas (5 mulheres e 3 homens).

O indicador foi cumprido em 2017, com a realização de quatro ações de promoção do associativismo imigrante.

No ano 2018, contribuíram para a execução do indicador as sessões de apresentação do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2018 (PAAI 2018) e as Conversas sobre o Associativismo organizadas pelo GATAI:

- Sessão PAAI 2018, no CNAIM de Lisboa, no dia 12 de abril. Participantes: 7 (3 mulheres e 4 homens);
- Sessão PAAI 2018, no CNAIM do Porto, no dia 13 de abril. Participantes: 4 mulheres;
- Conversa sobre o Associativismo, na Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde (AJPAS), na Amadora, no dia 21 de novembro. Participantes: 10 (4 mulheres e 6 homens);

- Conversa sobre o Associativismo, na Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (ASSACM), na Amadora, no dia 26 de novembro. Participantes: 4 (2 mulheres e 2 homens).

Com a realização de 4 ações sobre associativismo imigrante, o indicador foi cumprido em 2018.

Medida 8. Promoção do envolvimento comunitário dos jovens migrantes, através do associativismo jovem, reforçando a coesão identitária e a afirmação multicultural.

Ação – Estimular o associativismo jovem e a educação não-formal, enquanto instrumentos de coesão social, integração, afirmação identitária e atividade de expressão e permuta cultural.

Indicador – São apoiadas 10 associações Registo Nacional de Associativismo Juvenil (RNAJ) com 10 projetos apoiados, por ano, dos seus planos de atividades, inseridos ou contribuintes no contexto definido na medida.

Interveniente – M. Educação/IPDJ, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

No sentido de reforçar a afirmação multicultural e o envolvimento comunitário dos jovens migrantes, em 2017 o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ, I.P.) apoiou 12 projetos de um total de 12 entidades diferentes, no ano de 2017.

O indicador foi cumprido em 2017, com o apoio a 12 entidades.

Em 2018, e no âmbito dos Programas de Apoio do IPDJ (PAAJ), foram apoiados 13 projetos e entidades com referência ao multiculturalismo e interculturalidade e foram ainda implementados os seguintes programas:

- Programa Ocupação de Tempos Livres de Longa Duração (OTL LD) – Execução de projetos no âmbito da inclusão social, cidadania e interculturalidade, com jovens de etnia cigana como dinamizadores;
- Programa Voluntariado Agora Nós – Geração Z, projeto realizado pela Rede de Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.

O indicador foi cumprido no ano 2018, com o apoio do IPDJ, I.P. a projetos e implementação de programas, no âmbito do multiculturalismo e interculturalidade.

Medida 9. Promoção da participação das mulheres imigrantes no movimento associativo.

Ação – Mobilização das mulheres imigrantes para a participação no movimento associativo.

Indicador – Promover campanhas de informação e de sensibilização.

Interveniente – CIG/MPMA; ACM, I.P./MPMA. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, o Observatório das Migrações (OM) do ACM, I.P. iniciou o ciclo da sua nova iniciativa, «Diálogos do OM», com uma sessão dedicada às migrações no feminino, que decorreu no Auditório do CNAIM de Lisboa, no dia 23 de março. O debate foi subordinado ao tema «Feminização das Migrações e a Mulher estrangeira em Portugal» e moderado pela diretora do OM, Catarina Reis Oliveira. Participaram na sessão Joana Tropa, do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) e Carla Martingo, da P&D Factor – Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento, e as considerações finais ficaram a cargo da então Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Catarina Marcelino. Na sessão foi também lançado o 1.º Boletim Estatístico OM, «A mulher estrangeira na população residente em Portugal».

No âmbito do Grupo de Trabalho da Rede Regional Integrada pelo Fim da Mutilação Genital Feminina, o ACM, I.P. participou no II Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da Mutilação Genital Feminina, que decorreu em Sintra, no dia 6 de fevereiro de 2017, em Sintra. Além do ACM, I.P., integram a Rede, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), Câmaras Municipais e diversas associações da sociedade civil – UMAR, APF, Mulheres Sem Fronteiras, P&D Factor, ASPJAS, Filhos e Amigos de Farim, entre outras.

Com o envolvimento do ACM, I.P., nas iniciativas descritas o indicador foi cumprido em 2017.

Em 2018, o ACM, I.P. participou no III Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da Mutilação Genital Feminina, que se realizou no Seixal, no dia 17 de fevereiro, para assinalar o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (MGF), celebrado a 6 de fevereiro.²¹

O ACM, I.P., em parceria com a CIG e a Associação Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), lançou o projeto *Práticas Saudáveis: pelo fim da mutilação genital feminina*, no dia 7 de novembro. Este projeto tem como entidades destinatárias as Unidades de Saúde Pública de

²¹ Mais informação sobre o III Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da Mutilação Genital Feminina disponível em: <https://www.acm.gov.pt/-/iii-encontro-regional-pelo-fim-da-mgf>.

cinco territórios, mas também tem uma dimensão de intervenção comunitária que envolve associações de mulheres e de migrantes nestes territórios²².

Com a participação no III Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da Mutilação Genital Feminina e o lançamento do projeto *Práticas Saudáveis: pelo fim da mutilação genital feminina*, o indicador foi cumprido em 2018.

Ação – Informação às mulheres imigrantes sobre os seus direitos e deveres específicos enquanto mulheres.

Indicador – Produzir/atualizar folhetos informativos.

Interveniente – CIG/MPMA; ACM, I.P./MPMA. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, o Observatório das Migrações publicou o primeiro número da coleção e boletins estatísticos, sobre mulheres migrantes – Boletim Estatístico #1 «A mulher estrangeira na população residente em Portugal»²³ –, que analisa indicadores como grupos profissionais e atividades económicas, níveis de ensino, estrutura etária, aquisição de nacionalidade, entre outros.

Em 2018, foi publicado, em março, o n.º 8 da *ACM em Revista* (revista institucional do ACM, I.P.), «Especial Mulheres»²⁴, dedicado às mulheres migrantes, para assinalar o Dia Internacional da Mulher que se comemora a 8 de março.

O indicador foi cumprido em 2017, com a publicação de dados estatísticos sobre mulheres migrantes em Portugal e, em 2018, com o número «Especial Mulheres» da *ACM em Revista*.

²² Mais informação sobre o projeto *Práticas Saudáveis: pelo fim da mutilação genital feminina*, em: <https://www.acm.gov.pt/-/projeto-praticas-saudaveis-fim-a-mutilacao-genital-feminina-mais-sensibilizacao-e-mobilizacao-local>.

²³ Boletim Estatístico #1 disponível em: https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/418987/Boletim+Estat%C3%ADstico+OM+%23+1+-+Mulher+Estrangeira_final.pdf/476f8f56-fe77-476f-85ca-96973ebee1cf.

²⁴ ACM em Revista n.º 8 «Especial Mulheres» disponível no formato digital, em: <https://www.acm.gov.pt/-/acm-em-revista-n-8-ja-esta-online?inheritRedirect=true>.

Medida 10. Criação de um plano de formação nacional para os técnicos que desenvolvem trabalho na integração dos imigrantes.

Ação – Desenvolver formação aos técnicos da rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) e a outros técnicos de serviços locais, nomeadamente de saúde e da rede escolar.

Indicador – Três ações: norte, centro e sul.

Interveniente – ACM, I.P/MPMA; ACT/MTSSS; Municípios. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2018, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) ministrou três ações de formação sobre temas de direitos do trabalho, em que participaram técnicos/as dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) e de entidades parceiras:

- No Auditório do CNAIM de Lisboa, no dia 27 de novembro. Participantes: 8 mulheres;
- No Centro Local da ACT do Grande Porto, no dia 27 de novembro. Participantes: 14 mulheres e 2 homens;
- No Museu Municipal de Faro, no dia 10 de dezembro. Participantes: oito mulheres e dois homens.

Com a realização de três ações aos técnicos dos CLAIM, nas regiões Norte, Centro e Sul, o indicador foi cumprido no ano 2018.

Medida 11. Promoção de iniciativas com vista à sensibilização da opinião pública para a importância da diversidade cultural

Ação – Disponibilizar ferramentas *online* que permitam a formação e certificação na área da gestão da diversidade, nomeadamente através da criação de módulos de formação e de um teste que certifique competências na área da gestão da diversidade.

Indicador – Lançamento de sistema *online* de formação e certificação.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

O ACM, I.P., o Programa Escolhas a Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa assinaram, em março de 2017, um protocolo de cooperação para capacitar e formar monitores de intervenção social, para melhor interagirem com populações de migrantes ou de refugiados, em áreas como a educação, saúde, inovação e identidades.

Da parceria resultou um projeto-piloto de formação em «Diversidade e Desenvolvimento», em duas vertentes – um curso de pós-graduação²⁵, destinado aos mediadores socioculturais dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), e uma formação de monitores de intervenção social, destinado aos dinamizadores comunitários dos projetos do Programa Escolhas do ACM, I.P. Os cursos foram lecionados em regime de *e-learning* e decorreram entre março e dezembro de 2017. Os diplomas foram entregues durante o seminário «Diversidade, Desenvolvimento e Saúde», no dia 20 janeiro de 2018, na Faculdade de Motricidade Humana²⁶.

Com a implementação do curso «Diversidade e Desenvolvimento», o indicador foi executado no ano 2018.

Ação – Reforçar a formação na qualificação de profissionais de diversas áreas, tais como o ensino, saúde, emprego, *media*, entre outras.

Indicador – 2000 formandos em 30 ações de formação por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Com vista à sensibilização da opinião pública para a importância da diversidade cultural, em 2017, no âmbito dos seus protocolos, o ACM, I.P. promoveu ações de formação sobre o tema para diversas entidades, nomeadamente Escolas, Municípios, Hospitais, Associações de Imigrantes, entre outras. As ações foram ministradas pela Bolsa de Formadores do ACM, I.P. e os/as participantes distribuíram-se pelos seguintes módulos:

²⁵ Mais informação, em: <http://posgrad.fmh.ulisboa.pt/diversidadeedesenvolvimento/>.

²⁶ Mais informação sobre as formações em Diversidade e Desenvolvimento, disponível em: <https://www.acm.gov.pt/-/formacao-diversidade-e-desenvolvimento-entrega-14-diplomas?inheritRedirect=true>.

Módulo	N.º Ações	N.º Participantes	H	M
Educação Intercultural	15	309	51	258
Aprender com Histórias: Primeiros Passos para a Interculturalidade	5	132	5	127
Diálogo Intercultural	24	411	95	316
Lei da Imigração	7	122	25	97
Medidas de Política Migratória e Aprendizagem Intercultural (PSP)	45	857	671	186
Diálogo Inter-religioso	4	69	16	53
Acesso dos Migrantes à Saúde	6	121	18	103
Portugueses Ciganos: Cidadania e Interculturalidade	5	110	7	103
Lei da Nacionalidade	11	59	9	50
Potencial da Diversidade Cultural no Desenvolvimento Local	3	41	6	35
TOTAL	125	2.231	903	1328

Com um total de 125 ações para 2.231 participantes, o indicador foi cumprido e superado em 2017.

Em 2018, os/as participantes das ações ministradas pela Bolsa de Formadores do ACM, I.P. distribuíram-se pelos seguintes módulos:

Módulo	N.º Ações	N.º Participantes	H	M
Acesso dos Migrantes à Saúde	11	237	71	166
Acolher e Celebrar: Serviços de Apoio e Pequenas Ideias	5	100	18	82
Aprender com Histórias: Primeiros Passos para a Interculturalidade	4	63	2	61
Como Mobilizar Empresas para Projetos Sociais	2	27	11	16
Diálogo Intercultural	10	193	66	127
Diálogo Inter-religioso	5	195	79	116
Educação Intercultural	26	535	207	328
Lei da Imigração	5	103	16	87
Lei da Imigração e Lei Contra a Discriminação Racial	5	98	43	55
Lei da Nacionalidade	5	94	16	78
Mediação	1	102	51	51
Portugueses Ciganos: Cidadania e Interculturalidade	14	262	75	187
Potencial da Diversidade Cultural no Desenvolvimento Local	2	41	6	35
TOTAL	95	2050	661	1389

O indicador foi cumprido e superado no ano 2018, com um total de 2050 participantes em 95 ações.

Ação – Promover eventos que valorizem a diversidade, nomeadamente através de parcerias estratégicas.

Indicador – 20 eventos

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, o ACM, I.P. promoveu sete eventos de valorização da diversidade, nomeadamente através de parcerias:

- «A Língua Portuguesa na integração de pessoas migrantes e refugiadas: recursos e boas práticas», no Auditório Camões, Lisboa, no dia 1 de março, onde foram apresentadas novas ações e recursos para a aprendizagem da Língua Portuguesa,

como o lançamento da versão em Árabe da Plataforma de Português Online²⁷ e entidades formadoras²⁸;

- Fórum Nacional para a Diversidade, no Grande Auditório do ISCTE, no dia 22 de maio, onde 18 organizações assinaram a Carta Portuguesa da Diversidade, contabilizando-se um total de 133 signatários entre 2016 e 2017. Iniciativa da Comissão Europeia, a Carta descreve medidas concretas que podem ser tomadas para promover a diversidade e a igualdade de oportunidades no trabalho, independentemente da origem étnica e social, orientação sexual, género, idade, características físicas, estilo pessoal e religião. No Fórum, foi ainda lançado o Selo da Diversidade Empresarial, abrindo oficialmente o período de candidaturas para 2017²⁹;
- Cerimónia de assinatura do Protocolo de Cooperação entre o ACM, I. P. e a Associação Plataforma Global de Estudantes Sírios (APGES), no dia 26 de julho, onde foram lançadas bolsas de estudo, tendo sido atribuídas um total de 29 bolsas, em 2017³⁰;
- Cerimónia de atribuição do Selo da Diversidade Empresarial, na Fábrica da Pólvora de Barcarena, no dia 10 de novembro³¹;
- Encontro Anual de Mentores, no Porto, no dia 18 de novembro, e durante o qual foram distinguidos 10 voluntários do Programa Mentores do ACM, I.P.³²;
- Iniciativa Família do Lado 2017, no dia 26 de novembro. A edição contou, em Portugal, com 117 almoços entre 398 famílias (215 famílias migrantes e 185 famílias autóctones). Estiveram envolvidas um total de 1036 pessoas – 527 migrantes e 509 autóctones – e ainda 171 voluntários/as de 43 nacionalidades diferentes³³.
- Lançamento do Calendário Inter-religioso *Celebração do Tempo* 2018, no Palácio Ceia – Universidade Aberta, em Lisboa, no dia 11 de dezembro.

²⁷ Disponível em: <https://pptonline.acm.gov.pt/>.

²⁸ <http://www.acm.gov.pt/-/acm-apresenta-aco-es-e-recursos-para-o-ensino-da-lingua-portuguesa?inheritRedirect=true>.

²⁹ <http://www.acm.gov.pt/-/carta-portuguesa-para-a-diversidade-com-mais-18-organizacoes-signatarias?inheritRedirect=true>.

³⁰ <http://www.acm.gov.pt/-/protocolo-de-cooperacao-entre-o-acm-e-a-associacao-plataforma-global-para-estudantes-sirios?inheritRedirect=true> e <http://www.acm.gov.pt/-/protocolo-de-cooperacao-entre-o-acm-e-a-associacao-plataforma-global-para-estudantes-sirios?inheritRedirect=true>.

³¹ Mais informação sobre o Selo da Diversidade em: <http://www.acm.gov.pt/-/selo-da-diversidade-organizacoes-mais-inclusivas>.

³² Mais informação sobre o Programa Mentores para Migrantes em: <http://www.acm.gov.pt/-/programa-mentores-para-migrantes-acm-distingue-10-mentores>.

³³ Informação sobre a iniciativa Família do Lado e a edição de 2017 em: <http://www.acm.gov.pt/-/familia-do-lado-2017-mais-familias-a-participar>.

O indicador prevê a realização de 20 eventos entre 2015 e 2020 e ficou concluído em 2017, com a realização de 21 eventos entre 2015 e 2017 – seis eventos em 2015, sete eventos em 2016 e sete eventos em 2017.

Apesar de a meta de execução do indicador ter sido alcançada em 2017, no ano 2018 realizaram-se quatro eventos de valorização da diversidade:

- II Congresso Internacional da Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural (RESMI), realizou-se a 26 e 27 de abril, na Universidade do Minho, e foi subordinado ao tema «A Europa como Espaço de Diálogo Intercultural e de Mediação», com um total de 126 participantes (42 homens e 84 mulheres)³⁴.
- Iniciativa Família do Lado 2018, no dia 25 de novembro. A edição reuniu 377 famílias (202 migrantes e 175 autóctones), 174 voluntários e registou 94 almoços. A organizar o evento estiveram mais de 70 entidades de 36 concelhos do país, entre autarquias, escolas, organizações da sociedade civil e projetos do Programa Escolhas³⁵;
- Encontro Anual de Mentores, na Aula Magna do Instituto Politécnico de Viseu, no dia 19 de novembro³⁶;
- Lançamento do calendário Inter-religioso *Celebração do Tempo* 2019, no Centro Ismaili de Lisboa, no dia 11 dezembro³⁷.

Entre 2015 e 2018 realizaram-se um total de 24 eventos de promoção e valorização da diversidade cultural, pelo que indicador foi superado.

Medida 12. Promoção do exercício da cidadania ativa pelos membros das comunidades imigrantes

Ação – Promover informação regular e realizar eventos sobre os direitos e deveres cívicos e políticos dos imigrantes, nomeadamente através do incentivo ao recenseamento.

Indicador – 20 eventos.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P.; MAI/SGMAI; ANMP; ANAFRE **Calendarização** – 2015-2020

³⁴ Informação sobre o II Congresso da RESMI disponível em: <https://www.acm.gov.pt/-/ii-congresso-da-resmi-na-universidade-do-minho>.

³⁵ Mais informação sobre a iniciativa Família do lado 2018 em: <https://www.acm.gov.pt/-/familia-do-lado-2018-regista-o-maior-numero-de-participantes-de-sempre>.

³⁶ Notícia do Encontro de Mentores 2018 em: <https://www.acm.gov.pt/-/encontro-anual-do-programa-mentores-para-migrantes-2018>.

³⁷ Notícia da cerimónia em <https://www.acm.gov.pt/-/calendario-inter-religioso-celebracao-do-tempo-2019>.

Embora a medida 12 não seja de execução anual obrigatória, em 2017 o ACM, I.P. contribuiu para a sua concretização com três iniciativas no âmbito dos direitos e deveres cívicos e políticos e de incentivo ao recenseamento:

- Lançamento do 1.º Caderno Estatístico OM, «Acesso à nacionalidade portuguesa: 10 anos da lei em números»³⁸, na Assembleia da República, no dia 6 de junho. A publicação foi apresentada e discutida no âmbito das Celebrações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e contou com a presença do Ministro-Adjunto, da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, da Secretária de Estado da Justiça, do Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, do Alto-comissário para as Migrações, da Diretora do OM e do responsável pelo MIPEX. Participantes: 65 pessoas.
- Ação de sensibilização «Recenseamento e Participação Eleitoral», no CNAIM de Lisboa, no dia 8 de junho. Esta sessão teve como objetivo a sensibilização para o recenseamento e o exercício de direitos eleitorais nas eleições autárquicas de 1 de outubro de 2017. Participantes: 8 pessoas, entre as quais um representante do CNAIM de Lisboa e das seguintes associações: Amizade – Associação de Imigrantes de Gondomar; UPE – Associação Centro Social e Cultural Luso-Ucraniano; Associação de Estudantes Angolanos em Portugal; Casa do Brasil; Associação Cultural Moinho da Juventude; Associação Cabo-verdiana de Sines e AFPOP – Associação de Proprietários Estrangeiros em Portugal.
- Comemorações do Dia Municipal para a Igualdade, em 24 de outubro, a que o ACM, I.P. se associou, com o objetivo de reforçar a temática da igualdade junto das comunidades locais. A Agenda de 2017 contou com 170 iniciativas, de norte a sul do País, abrangendo 77 concelhos e um total de 230 organizações³⁹.

Dos 20 eventos que a medida prevê até 2020, já se realizaram 16 eventos desde 2015. O indicador atingiu 80% de execução, no ano 2017.

³⁸ Publicação disponível em <http://www.om.acm.gov.pt/-/acesso-a-nacionalidade-portuguesa?inheritRedirect=true>.

³⁹ Agenda do Dia Municipal para a Igualdade 2017 disponível em: <http://www.acm.gov.pt/documents/10181/167771/Agenda+Dia+Municipal+Para+a+Igualdade+2017.pdf/769698ce-632e-4f5c-833b-a6bb89dbbb17>.

Medida 13. Sensibilização para o papel dos *media* no tema das migrações, diversidade cultural, religiosa e discriminação racial

Ação – Promover concursos de comunicação, bem como peças de comunicação e cursos de formação para jornalistas que divulguem a tolerância pela diversidade cultural e religiosa.

Indicador – Realizar um concurso anualmente.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

O ACM, I.P., promove anualmente o Prémio de Comunicação «Pela Diversidade Cultural», com o intuito de premiar trabalhos publicados e/ou difundidos nos meios de comunicação tradicionais e digitais, que tenham contribuído de forma relevante para a promoção da diversidade cultural, o combate à discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem ou religião e, em particular, para a integração das comunidades imigrantes, refugiadas e ciganas presentes em Portugal.

O concurso prevê a participação de profissionais de comunicação social/jornalismo devidamente habilitados/as, de produtores/as de conteúdos, guionistas e/ou argumentistas nas áreas da informação, programação, conteúdos digitais, entretenimento e/ou ficção nacional para televisão, teatro, cinema e/ou multimédia, e também de jovens de idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos.

Em 2017, as candidaturas à 3.^a edição do Prémio de Comunicação «Pela Diversidade Cultural» decorreram entre 31 de julho e 22 de setembro. Um total de 32 candidaturas, envolvendo 11 órgãos de comunicação social, foi apreciado pelo júri, composto por Clara Almeida Santos, Vice-reitora para a Cultura e a Comunicação da Universidade de Coimbra, Fernando Cascais, Professor Doutor em Comunicação Social e jornalista, Lívio de Moraes, Professor e artista plástico e Pedro Santos Pereira, jornalista.

Todas as categorias previstas no regulamento do concurso estiveram representadas, na 3.^a edição do Prémio: Imprensa (8); Rádio (1); Televisão (6); Fotojornalismo (1); Órgãos de Informação Regionais e Locais (8); Jovem (6) e Diversidade nos Guiões (2).

A cerimónia de entrega do Prémio de Comunicação foi apresentada pelo jornalista José Mussuaili e decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, no dia 18 de dezembro⁴⁰. Foram entregues as seguintes distinções:

Prémio Diversidade Cultural (distinção máxima):

- «"Eu vim de longe", os novos povoadores do interior português», de Ricardo Jorge Rodrigues, publicado na revista *Notícias Magazine*.

Prémio Imprensa Escrita:

- «A geração de "portugueses imigrantes" a viver em Portugal», de Joana Gorjão Henriques, publicado no jornal *Público*.

Menção Honrosa Imprensa Escrita:

- «500 anos depois, os Habib andam à procura de casa em Portugal», de Catarina Gomes, publicado no jornal *Público*.

Prémio Rádio:

- «Jamaika também é Portugal», de Rita Colaço, emitido pela *Antena 1*.

Prémio Televisão

- «Renegados», de Sofia Pinto Coelho, Filipe Ferreira, Rui Berton, Isabel Cruz, José Dias e Diana Matias, transmitido na *SIC*.

Menção Honrosa Televisão:

- «Ai, Mouraria», de Mafalda Gameiro, transmitido na *RTP*.

Menção Honrosa Televisão:

- «Eu é que sou o Presidente da Junta – União das Freguesias de Águeda e Borralha», de Miriam Alves, Filipe Ferreira, Marco Carrasqueira, Sandra Cadeireiro e Patrícia Reis, transmitido pela *SIC*.

Prémio Fotojornalismo:

- «Nós, Muçulmanos», de José Carlos Carvalho, publicado na Revista *Visão*.

Prémio Órgãos de Informação Regionais e Locais:

⁴⁰ Mais informações sobre a cerimónia de entrega do Prémio de Comunicação «Pela Diversidade Cultural» 2017, em <http://www.acm.gov.pt/-/eu-vim-de-longe-os-novos-povoadores-do-interior-portugues-vence-premio-diversidade-cultural-2017>.

- «Primeira igreja não católica de Leiria cumpre um século de luta contra a discriminação», de Carlos Manuel Ferreira dos Santos Almeida, publicado no *Semanário Região de Leiria*.

Prémio Jovem:

- «Rostos de Guerra», de Cátia Cristina da Silva Orvalho, Gonçalo Tomás Marques de Brito Jacob, Luísa Ribeiro Geraldês Lino e Rafael André Silva de Pina, da Escola Secundária Pinheiro e Rosa – Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa, Faro.

Prémio Diversidade nos Guiões:

- «Teaser Estoril Conferences 2017», de Alexandre Borges.

Com a realização da 3.^a edição do Prémio de Comunicação «Pela Diversidade Cultural», o indicador foi cumprido em 2017.

No ano 2018, a 4.^a edição do Prémio de Comunicação «Pela Diversidade Cultural» teve 65 trabalhos a concurso, o maior número alcançado desde o início do concurso, em 2015, e que foram apreciados pelo júri constituído por: Fernando Cascais, docente de Ciências da Comunicação, na Universidade Católica (presidente de júri), Clara Almeida Santos, Professora Auxiliar no Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Lívio de Moraes, Professor e Artista Plástico e Sandra Batista, Técnica Superior do Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação, do ACM, I.P., em representação daquele Instituto.

A cerimónia de entrega dos prémios da 4.^a edição do Prémio de Comunicação «Pela Diversidade Cultural» decorreu no Grémio Lusitano, no dia 28 de fevereiro de 2019⁴¹, tendo sido distinguidos os seguintes trabalhos:

Prémio Diversidade Cultural (distinção máxima) – vencedores (*ex aequo*):

- «Alfacinhas dos Himalaias – Os nepaleses são a segunda comunidade estrangeira que mais contribui para os nascimentos na MAC», de Vânia Maia, publicado na revista *Visão* e no portal *visao.pt*, no dia 01 de março de 2018.
- «Nha Bairro Rio Bom», de Cláudia Aguiar Rodrigues, emitido na *Antena 1*, em 31 de janeiro de 2018.

Prémio Imprensa Escrita:

⁴¹ Mais informação sobre a cerimónia da 4.^a edição do Prémio de Comunicação «Pela Diversidade Cultural» disponível em: <https://www.acm.gov.pt/-/alfacinhas-dos-himalaias-e-nha-bairro-rio-bom-vemcem-premio-diversidade-cultural>.

- «Alfacinhas dos Himalaias – Os nepaleses são a segunda comunidade estrangeira que mais contribui para os nascimentos na MAC», de Vânia Maia, publicado na revista *Visão* e no portal *visao.pt*, em 1 de março de 2018.

Prémio Rádio:

- «Nha Bairro Rio Bom», de Cláudia Aguiar Rodrigues, emitido na *Antena 1*, em 31 de janeiro de 2018.

Prémio Televisão:

- «A Outra Costa», de Sandra Vindeirinho, emitido pela *RTP*, em 25 de outubro de 2018.

Prémio Fotojornalismo:

- «Migrantes no Mediterrâneo», de José Manuel Sena Goulão para a *Agência Lusa*, difundido em 28 de outubro de 2017.

Prémio Órgãos de Informação Regionais e Locais – vencedores (*ex aequo*):

- «Diversidade: Escolas da região têm um mundo dentro das salas de aula», de Marina Domingues Guerra e Joaquim Pedro Teixeira Caseiro Dâmaso, publicado no *Semanário Região de Leiria*, em 25 de janeiro de 2018.
- «São pequenos mas podem mudar o mundo», de Daniela Castro Soares, publicado no *Correio da Feira*, em 18 de junho de 2018.

Prémio Jovem:

- «Pare Ser», de Vanessa Sofia Matos Cabreiras, difundido nos meios digitais em 6 de abril de 2018.

Menção Honrosa Jovem:

- «Olhares do Mundo», de Cristiana Patrícia Reis Lopes e Katriel Gonzaga Pedro, difundido nos meios digitais em 9 de maio de 2018.

Com a realização da 4.^a edição do prémio de Comunicação «Pela Diversidade Cultural», o indicador foi cumprido em 2018.

Ação – Promover concursos de comunicação, bem como peças de comunicação e cursos de formação para jornalistas que divulguem a tolerância pela diversidade cultural e religiosa.

Indicador – 1 ação de formação.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, com o objetivo de divulgar a tolerância pela diversidade cultural, o ACM, I.P., organizou, em parceria com o Sindicato de Jornalistas, o *workshop* «Ferramentas/Recursos para a Gestão da Diversidade Cultural nos *Media*». O *workshop* foi dirigido a jornalistas e estudantes de jornalismo e decorreu no CNAIM de Lisboa, no dia 13 de dezembro.

Nesta ação de formação foi apresentada uma ferramenta, mas também abordados outros recursos pertinentes para a gestão da diversidade cultural nos *media*, com o objetivo de posteriormente se debater a sua utilidade para uma melhor abordagem dos temas relacionados com a diversidade. Foram apresentadas e debatidas as seguintes publicações:

- «Ethics in the News – EJM Report On Challenges for Journalism in the Post-truth Era, 2017»;
- «Guia Prático dirigido aos órgãos de Comunicação Social para prevenir a discriminação das Comunidades Ciganas», projeto Net-Kard, 2014;
- *Glossário Sobre Migração*, OIM;
- «The Mediane Box – A Q&As on Media Diversity Inclusiveness»

Com a realização da ação de formação para jornalistas, o indicador foi executado no ano 2017.

Medida 14. Sensibilização da opinião pública para a temática e importância das migrações

Ação – Produzir conteúdos na área da gestão da diversidade para divulgação em meios audiovisuais e multimédia.

Indicador – Emissão de 30 peças, em média, por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, o ACM, I.P. produziu 34 peças de informação/sensibilização para divulgação em meios audiovisuais e multimédia:

- ACM em Revista N.º 5, dedicada ao Diálogo Intercultural, em janeiro (1000 exemplares) – 1 peça;

- Convite; cartaz digital e impresso; Programa e imagem para divulgação da Sessão Pública «A língua portuguesa na integração de migrantes e refugiados», em março – 4 peças;
- Paginação e impressão do Guia para o Ensino do Português Língua de Acolhimento no Contexto da Educação não Formal – 1 peça;
- Produção de 4 *posts* digitais, por ocasião das efemérides: Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, em 6 de fevereiro; Dia de Martisor, em 1 de março; Dia Internacional da Mulher, em 8 de março; Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em 21 de março – 4 peças;
- Produção de mais 2000 livros *As Cores da Cidade Cinzenta* – 1 peça;
- Produção de 6000 *flyers* «Racismo Stop» – 1 peça;
- Produção de 200 cartazes «Pela Igualdade Denuncie a Discriminação Racial» – 1 peça;
- ACM em Revista nº 6 «Educação Intercultural», em agosto (1000 exemplares) – 1 peça;
- Produção de monofolha sobre o Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados (1000 exemplares) e atualização no *website* da informação sobre apoio e integração de pessoas refugiadas – 1 peça;
- Produção de mais elementos do *Kit* de Acolhimento aos Refugiados (2000 *pens*; 2000 exemplares do Guia de Acolhimento; 2000 exemplares do Dicionário de Expressões; 2000 exemplares do Dicionário de Conversação; 2000 caixas de transporte; 2000 t-shirts) – 1 peça;
- Realizado um vídeo com 11 testemunhos de jovens de oito comunidades religiosas sobre o contributo da religião e dos crentes para a Paz. O vídeo foi produzido no âmbito da iniciativa #FénaPaz #21setembro #DiadaPaz, como forma de o ACM, I.P., e o Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso assinalarem o Dia Internacional da Paz, que se celebra a 21 de setembro – 1 peça;
- Materiais para o evento Família do Lado 2017: atualização digital do cartaz e do *spot* publicitário (que em 2017 foi transmitido na RTP); produção de *banner* de divulgação e mosaico com fotografias de edições anteriores – 4 peças;
- Materiais para o Prémio de Comunicação «Pela Diversidade Cultural» 2017: cartaz; *banner* para o *Facebook*; conjunto de sete cartazes digitais com as imagens dos trabalhos vencedores em 2016 (todas as categorias) como forma de divulgação do Prémio de Comunicação em 2017 – 3 peças;

- Produção do acervo fotográfico: um total de 500 fotografias que revelam todo o trabalho do ACM, I.P., com os migrantes, pessoas refugiadas, empreendedores migrantes, utentes do CNAIM e serviços do CNAIM – 1 peça;
- Produção de oito vídeos e material fotográfico de divulgação do Programa Mentores para Migrantes, com depoimentos de mentores e mentorados – 9 peças;
- ACM em Revista n.º 7 «Acolhimento e Integração de Refugiados», em dezembro (1000 exemplares) – 1 peça.

Com a produção de um total de 34 peças, o indicador foi cumprido e superado em 2017.

No ano 2018, o ACM, I.P. produziu as seguintes peças de comunicação:

- Brochura ACM, I.P. de apresentação dos serviços/núcleos de apoio ao acolhimento e integração de migrantes (1000 exs.) – 1 peça;
- ACM em Revista n.º 8 «Mulheres Migrantes», em março (1000 exemplares) – 1 peça;
- Materiais de diferentes tipologias para a visita de estudo da EIN em Portugal – 12 cubos decorativos; 100 *pens* e brindes aos convidados – 3 peças;
- Produção de vídeo institucional ACM, I.P. traduzido em inglês e com voz *off* em português – 1 peça;
- Imagem de divulgação da campanha do Gabinete da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade alusiva ao Dia Global Para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no dia 25 de setembro – 1 peça;
- ACM em Revista n.º 9 «Trabalho e Migrações», em setembro (1000 exemplares) – 1 peça;
- Cartaz, convite e Programa (em formato digital) de divulgação do II Congresso Diálogo Inter-religioso, realizado no dia 3 de outubro de 2018 – 3 peças;
- Atualização materiais divulgação da Família do Lado 2018, que se realizou em novembro (cartaz, *banner* para a página do *Facebook* do ACM, I.P.) e *spot* para *web* e divulgação na RTP, em Inglês e em Português – 4 peças;
- Materiais de produção e de divulgação (regulamento, formulário de candidatura, cartaz, *banner* para a página do *Facebook* do ACM, I.P., divulgação digital dos trabalhos vencedores anteriores no *Facebook* do ACM, I.P.) do Prémio de Comunicação Pela Diversidade Cultural 2018 – 5 peças;
- Materiais para o Torneio da Cidadania, iniciativa do GSECI: 150 t-shirts brancas com impressão; 20 cartazes alusivos, 6 troféus e 3 *roll-ups* alusivos – 4 peças;
- Telas para *roll-up* do GAEM, OM e PPT – 3 peças;

- Marcadores STT (25000) – 1 peça;
- Folhetos Programa Mentores (2500) – 1 peça;
- Folhetos Mentorados em Português (2500) – 1 peça;
- Folhetos Mentorados em Inglês (2500) – 1 peça;
- Monofolha GAEM (5000) – 1 peça;
- Convite e cartaz digital para a cerimónia de lançamento do Calendário *Celebração do Tempo 2019* – 2 peças;
- Convite e programa digitais cerimónia entrega de prémios do Concurso 77 Palavras Contra a Discriminação – 2 peças;
- Vídeo dos representantes das comunidades migrantes no Conselho para as Migrações alusivo ao 70.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e aos 40 anos da ratificação de Portugal da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, publicado nos portais e páginas de *Facebook* do ACM e do Programa Escolhas – 1 peça.

Com um total de 37 peças produzidas, o indicador foi cumprido e superado em 2018.

Medida 15. Reestruturação do projeto de colocação de mediadores

Ação – Consolidar e dinamizar uma Rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural com o objetivo de criar sinergias ao nível da investigação, formação e consultoria no âmbito da mediação intercultural e da gestão da diversidade.

Indicador – 2 encontros presenciais anuais.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P; entidades do ensino superior e outros.

Calendarização – 2015-2020

A Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural (RESMI) visa trabalhar conceptualmente as questões da Mediação Intercultural, bem como ajudar a monitorizar os indicadores definidos para o projeto de mediação intercultural. A Rede é constituída por quatro grupos de trabalho – educação, saúde, território e monitorização –, que reúnem periodicamente.

Em 2017, e como previsto na Carta de Compromisso assinada pelas instituições de Ensino Superior representadas na RESMI, realizaram-se dois encontros da Rede.

A I Reunião Geral da RESMI realizou-se em Viseu, no dia 27 de março. Na reunião, foram discutidos a missão e o rumo da Rede e apresentadas as estratégias, metodologias de trabalho e projetos futuros de cada um dos Grupos de Trabalho da RESMI: Educação, Território, Saúde e

Monitorização de Projetos. Foram ainda partilhadas outras informações relevantes entre os membros da RESMI. Participaram na sessão 27 membros da RESMI (25 mulheres e 2 homens), em representação de um total de 18 entidades da Rede, incluindo o ACM, I.P.

A II Reunião Geral da RESMI decorreu em Lisboa, no dia 27 de novembro. Neste encontro, foi feito o ponto de situação da atividade da RESMI e dos diferentes grupos de trabalho e apresentado o modelo do Congresso da RESMI a realizar em 2018 – oradores, entre outros aspetos. Participaram na reunião 26 membros da RESMI (25 mulheres e 1 homem), em representação de 16 entidades da Rede, incluindo o ACM, I.P.

Com a realização de duas Reuniões Gerais da RESMI, o indicador foi cumprido em 2017.

Em 2018, a I Reunião Geral realizou-se na Universidade Portucalense, no Porto, no dia 16 de março. Nesta reunião, fez-se um ponto de situação da Plataforma RESMI, reuniram os grupos de trabalho e foram discutidos assuntos relativos à organização do Congresso RESMI 2018. Participaram na reunião 23 membros (19 mulheres e 4 homens), em representação de 16 entidades da Rede, incluindo o ACM, I.P.

A II Reunião Geral da RESMI teve lugar na Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra, no dia 26 de novembro. Nesta reunião, discutiram-se aspetos relacionados com o funcionamento dos grupos de trabalho da RESMI. Estiveram presentes 27 membros (23 mulheres e 4 homens), em representação de 17 entidades da Rede, entre as quais, o ACM, I. P.

Com a realização de duas reuniões anuais da RESMI, o indicador foi cumprido em 2018.

Medida 16. Capacitação dos imigrantes empreendedores

Ação – Promover o envolvimento dos imigrantes nos programas de incentivo à criação do próprio emprego, através da sua capacitação e melhor aproveitamento das linhas de financiamento existentes.

Indicador – 200 formandos por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, e no âmbito dos projetos de empreendedorismo dirigidos a migrantes promovidos pelo ACM, I.P., participaram um total de 377 formandos/as (64% mulheres), nas seguintes ações de formação:

- Oito ações do PEI – Projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante, desenvolvido pelo GAEM – Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante do ACM, I.P., abrangendo 190 pessoas:
 - No CNAIM de Lisboa, com início a 18 de janeiro. Participantes: 23 (15 mulheres e 8 homens). Naturalidade: Angolana – 1; Argentina – 2; Bielorrussa – 1; Brasileira – 14; Búlgara – 1; Guineense – 1; Moldava – 1; Santomense – 1; Ucrâniana – 1.
 - No CNAIM de Lisboa, com início a 19 de janeiro. Participantes 24 (16 mulheres e 8 homens). Naturalidade: Angolana – 3; Brasileira – 14; Guineense – 1; Santomense – 1; Ucrâniana – 2; Moçambicana – 1; Paquistanesa - 1; Russa - 1.
 - No CNAIM do Porto, com início a 21 de março. Participantes: 27 (12 mulheres e 15 homens). Naturalidade: Jordana – 1; Chilena – 1; Brasileira – 20; Moldava – 1; Cabo-verdiana – 1; Colombiana – 1; Venezuelana – 2.
 - No CNAIM de Lisboa, com início a 19 de abril. Participantes 21 (13 mulheres e 8 homens). Naturalidade: Angolana – 3; Brasileira – 12; Ucrâniana – 1; Moçambicana – 1; Paquistanesa – 1; Cabo-verdiana – 1; Nepalesa – 1; Romena – 1.
 - No CNAIM de Lisboa, com início a 20 de abril. Participantes: 20 (12 e 8 homens). Naturalidade: Brasileira – 15; Ucrâniana – 1; Cabo-verdiana – 1; Colombiana – 2; Venezuelana – 1.
 - No CNAIM de Lisboa, com início a 20 de setembro. Participantes: 28 (17 mulheres e 11 homens). Naturalidade: Brasileira – 23; Santomense – 1; Ucrâniana – 2; Paquistanesa – 1.
 - No CNAIM de Lisboa, com início a 21 de setembro. Participantes: 29 (25 mulheres e 4 homens). Naturalidade: Brasileira – 23; Santomense – 1; Filipina – 1; Uruguiaia – 1; Venezuelana – 1; Francesa – 1; Italiana – 1.
 - No CNAIM do Porto, com início a 21 de setembro. Participantes: 18 (10 mulheres e 8 homens). Naturalidade: Indiana– 1; Brasileira–14; Guineense –1; Venezuelana–2.
- Ação de Capacitação para Pessoas Refugiadas para a Criação de Autoemprego (*Refujobs*), no CNAIM de Lisboa, com início a 13 de julho, abrangendo 15 pessoas de naturalidade estrangeira (3 mulheres e 12 homens). Relativamente à naturalidade dos/as participantes: Eritreia – 1; Iraquiana – 2; Palestiniana – 2; Saudita – 1; Síria – 8; Sudanesa – 1.
- Nove *workshops* temáticos para imigrantes e uma sessão de esclarecimento, abrangendo 172 pessoas:

- «Import/Export», CNAIM de Lisboa, no dia 2 de fevereiro. Participantes: 16 (10 mulheres e 6 homens). Naturalidade: Angolana – 3; Argentina – 2; Brasileira – 6; Búlgara – 1; Paquistanesa – 1; Romena – 1; Santomense – 1; Senegalesa – 1.
- «Informática e tecnologia para todos», CNAIM de Lisboa, no dia 2 de março. Participantes: 30 (19 mulheres e 11 homens). Naturalidade: Angolana – 4; Argentina – 2; Brasileira – 18; Búlgara – 1; Chilena – 1; Russa – 1; Senegalesa – 1; Ucraniana – 2.
- «Formas jurídicas da empresa – contabilidade e fiscalidade», CNAIM de Lisboa, no dia 3 de maio. Participantes: 18 (11 mulheres e 7 homens). Naturalidade: Angolana – 1; Brasileira – 11; Cabo-verdiana – 1; Camaronesa – 1; Moçambicana – 1; Paquistanesa – 1; Romena – 1; Ucraniana – 1.
- «5 Passos para Criar uma *Start-up*», CNAIM do Norte, no dia 25 de maio. Participantes: 15 (9 mulheres e 6 homens). Naturalidade: Brasileira – 13 pessoas; Cabo-verdiana – 1; Iraniana – 1.
- «Aprenda a comunicar o seu negócio», CNAIM de Lisboa, no dia 25 de maio. Participantes: 12 (9 mulheres e 3 homens). Naturalidade: Angolana – 1; Argentina – 1; Brasileira – 8; Colombiana – 1; Romena – 1.
- «Dicas como construir um *site Wix*», CNAIM de Lisboa, no dia 22 de junho. Participantes: 15 (10 mulheres e 5 homens). Naturalidade: Angolana – 1; Argentina – 1; Brasileira – 10; Búlgara – 1; Paquistanesa – 1; Peruana – 1.
- «*Franchising*: o que é, como funciona», CNAIM de Lisboa, no dia 28 de setembro. Participantes: 15 (12 mulheres e 3 homens). Naturalidade: Angolana – 1; Brasileira – 10; Ucraniana – 1; Santomense – 1; Búlgara – 1; Filipina - 1.
- «*Franchising*: o que é, como funciona», CNAIM do Norte, no dia 10 de outubro. Participantes: 5 (2 mulheres e 3 homens). Naturalidade: Brasileira-5.
- «Contabilidade e fiscalidade para pequenos negócios», CNAIM de Lisboa, no dia 16 de novembro. Participantes: 28 (15 mulheres e 13 homens). Naturalidade: Brasileira – 28; Paquistanesa – 1; Ucraniana – 1.
- Sessão de esclarecimento «Exercício de atividade profissional independente em Portugal por cidadãos estrangeiros», CNAIM de Lisboa, no dia 7 de dezembro. Participantes: 18 (14 mulheres e 4 homens). Naturalidade: Brasileira-17; Filipina-1.

Com a participação de 377 formandos nas ações de incentivo à criação de emprego e de promoção do empreendedorismo, o indicador foi cumprido e superado em 2017.

Em 2018, participaram em ações de empreendedorismo dinamizadas pelo GAEM do ACM, I.P. dirigidas a imigrantes um total de 338 formandos/as (64,4% dos quais, mulheres):

- 7 ações do PEI – Projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante, desenvolvido pelo GAEM – Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante do ACM, I.P., abrangendo 181 pessoas:
 - No CNAIM de Lisboa, de 17 de janeiro a 28 de março. Participantes: 20 (10 mulheres e 10 homens). Naturalidade: Angolana – 2; Brasileira – 14; Cabo-verdiana – 2; Sueca – 2;
 - No CNAIM de Lisboa, de 18 de janeiro a 4 de abril. Participantes: 24 (12 mulheres; 12 homens). Naturalidade: Brasileira – 20; Paraguaia – 1; Russa – 1; Santomense – 2;
 - No CNAIM de Lisboa, de 29 de maio a 31 de julho. Participantes: 27 (16 mulheres; 11 homens); Naturalidade: Angolana – 2; Brasileira – 19; Guineense – 1; Italiana – 3; Mexicana – 1; Venezuelana – 1;
 - No CNAIM do Norte, Porto, de 11 de abril a 20 de junho. Participantes: 21 (14 mulheres; 7 homens). Naturalidade: Angolana – 1; Argentina – 3; Brasileira – 11; Egípcia – 1; Polaca – 1; Ucraniana – 1; Venezuelana – 3;
 - No CNAIM Lisboa, de 20 de setembro a 29 de novembro. Participantes: 35 (26 mulheres e 9 homens). Naturalidades: Brasileira – 23; Portuguesa – 2; Russa – 1; Angolana – 2; Colombiana – 2; Venezuelana – 3, Guineense – 2.
 - No CNAIM Lisboa, de 21 de Setembro a 30 de novembro. Participantes: 28 (18 mulheres e 10 homens). Naturalidade: Brasileira – 18; Portuguesa – 2; Colombiana – 2; Venezuelana – 1; Espanhola – 1; Guineense – 2; Russa – 1; Bangladechiana – 1;
 - No CNAIM do Norte, Porto, de 21 de setembro a 29 de novembro. Participantes: 26 (16 mulheres, 10 homens). Naturalidade: Brasileira – 14; Portuguesa – 2; Espanhola – 1; Guineense – 2; Russa – 1; C Colombiana – 3; Venezuelana – 2; Bangladechiana – 1.
- Ação de Capacitação para Pessoas Refugiadas para a Criação de Autoemprego (*Refujobs*), CNAIM de Lisboa, de 21 de junho a 23 de agosto. Participantes: 9 (5 mulheres e 4 homens). Naturalidade: Síria – 7; Palestiniana – 2;
- Nove *workshops* temáticos abrangendo 148 pessoas:
 - «*Franchising: O que é? Como funciona?*», CNAIM de Lisboa, no dia 22 de março. Participantes: 7 (5 mulheres; 2 homens). Naturalidade: Brasileira – 7;

- «Microcrédito» CNAIM do Norte, Porto, no dia 23 de maio. Participantes: 13 (9 mulheres; 4 homens). Naturalidade: Angolana – 1; Argentina – 1; Brasileira – 6; Egípcia – 1; Venezuelana – 4;
- «Trespasse», CNAIM do Norte, Porto, no dia 12 de junho. Participantes: 9 (6 mulheres e 3 homens). Naturalidade: Venezuelana – 3; Brasileira – 6;
- «*Crowdfunding*», CNAIM de Lisboa, no dia 30 de agosto. Participantes: 19 (17 mulheres e 2 homens). Naturalidade: Brasileira – 15; Síria – 1; Palestiniana – 1; Cabo-verdiana – 1; Santomense – 1; Venezuelana – 1;
- «Desenvolver atitudes empreendedoras», CNAIM de Lisboa, no dia 13 de setembro. Participantes: 42 (28 mulheres e 14 homens);
- «Trespasse – cuidados essenciais para a aquisição de um estabelecimento comercial», no CNAIM do Porto, dia 25 de Outubro. Participantes: 6 (4 mulheres e 2 homens). Naturalidade: Brasileira – 4, Angolana – 1; Venezuelana – 1;
- «Formas jurídicas da empresa», no CNAIM de Lisboa, dia 6 de dezembro. Participantes: 21 (14 mulheres e 7 homens); Naturalidade: Brasileira – 14, Guineense – 2, Angolana – 2; Colombiana – 2; Venezuelana – 1;
- «Trabalhadores independentes», no CNAIM Lisboa, dia 6 de dezembro. Participante: 20 (13 mulheres e 7 homens). Naturalidade: Brasileira – 12; Angolana – 2; Guineense – 2; Espanhola – 2; Colombiana – 2;
- «Financiamento a Projetos», no CNAIM Lisboa, dia 12 de dezembro. Participantes: 11 (6 mulheres e 5 homens). Naturalidade: Brasileira – 6 Angolana – 2; Colombiana – 2; Guineense – 1.

Ação – Promover o envolvimento dos imigrantes nos programas de incentivo à criação do próprio emprego, através da sua capacitação e melhor aproveitamento das linhas de financiamento existentes.

Indicador – 20 negócios criados por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, as iniciativas de incentivo à criação de negócios promovidas pelo ACM, I.P. contribuíram para a criação de um total de 27 negócios, envolvendo 31 pessoas (17 mulheres e 14 homens).

Os negócios criados em 2017 inscreveram-se em 25 áreas distintas: editora; limpeza automóvel; espaço para pais e filhos; assessoria a estrangeiros; construção civil; padaria; loja de roupa; *streetfood* (tapioca); climatização; oficina; loja de *gaming*; confeção de vestuário e

venda *online*; *winebar*; artesanato (pintura em vidro); vestuário para ginastas; velas artesanais; carrinho de venda de café frio; maçãs caramelizadas; importação/exportação; semi-jóias; gestão de minibares de hotel; barbearia; café/restaurante; cabazes; talho *halal*.

Com a criação de 27 negócios, o indicador foi cumprido e superado em 2017.

No ano 2018, os programas de capacitação de empreendedores imigrantes contribuíram para a criação de 25 negócios, envolvendo 28 pessoas (13 mulheres e 15 homens), nas seguintes 20 áreas: *e-commerce* de artigos de puericultura; corretagem de dados; engomadoria; loja de acessórios de telemóveis; decoração/*design* de interiores; assistência informática; venda de cosméticos; consultoria em gestão empresarial; loja de festas; consultoria e venda de produtos em café de especialidade; organização ambiental de espaços; restaurante de comida típica do Tajiquistão; área jurídica; serviço de transporte de passageiros (*Uber*); casas modulares; *street food*; artesanato; mercearia; consultoria e formação para empresas; transferes turísticos.

O indicador foi cumprido e superado em 2018, com a criação de 25 negócios.

Medida 17. Dinamização do Programa Mentores

Ação – Promover experiências de troca de entreajuda e apoio entre cidadãos portugueses e imigrantes para conhecimento mútuo, resolução de dificuldades e desafios.

Indicador – 100 participantes, em média, envolvidos por ano em ações de mentoria (mentores e mentorados).

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Promovido pelo ACM, I.P. e desenvolvido em território nacional por um conjunto de parceiros locais, o Programa Mentores possibilita experiências de troca, entreajuda e apoio entre voluntários/as (cidadãos/ãs portugueses/as) e migrantes (emigrantes/imigrantes) e/ou refugiados/as, de forma a proporcionar acompanhamento e orientação para a resolução das suas dificuldades e preocupações e com vista à sua integração⁴².

Em 2017, o Programa Mentores alargou-se ao Programa Escolhas, no âmbito do acompanhamento aos jovens contemplados com bolsas de estudo U CAN, processo de mentoria que contou com 43 mentores.

No ano de 2017, participaram no Programa 224 pessoas e um total 164 mentores estiveram envolvidos em 112 ações de mentoria.

⁴² Mais informação sobre o Programa Mentores em: <https://mentores.acm.gov.pt/home>.

Com um total de 224 participantes no Programa Mentores, o indicador foi cumprido e superado em 2017.

No ano 2018, participaram no Programa Mentores 134 pessoas, num total de 213 mentores e 67 ações de mentoria, pelo que o indicador foi cumprido e superado também naquele ano.

Desde que foi criado, e até ao final de 2018, o Programa Mentores contou com um total de 576 participantes, envolvendo 1076 mentores num total de 288 ações de mentoria.

Medida 18. Divulgação de informação de apoio aos operadores económicos de origem estrangeira com estabelecimentos em território nacional

Ação – Promover sessões públicas de esclarecimento relativas às regras de segurança alimentar aplicáveis a estabelecimentos de restauração especializados em gastronomia estrangeira.

Indicador – Uma sessão de esclarecimento anual.

Interveniente – ME/ASAE **Calendarização** – 2015-2020

Para sensibilizar e informar os responsáveis pelos estabelecimentos de restauração estrangeira sobre as regras de segurança alimentar, o *website* da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) disponibiliza, regularmente, informação sobre segurança alimentar nas seguintes línguas estrangeiras: Árabe, Cantonês (Macau), Francês, Hindi, Inglês e Mandarim⁴³.

As ações de esclarecimento são, a par da disseminação de informação *online* em várias línguas, uma outra vertente de sensibilização da ASAE junto dos operadores económicos de origem estrangeira.

Em 2017, a ASAE realizou duas ações:

- Sessão pública de esclarecimento sobre Segurança Alimentar para a Comunidade Indiana (operadores económicos indianos com atividade em Portugal), realizada na sede do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, em Lisboa, no dia 27 de novembro. A sessão foi ministrada pela ASAE e teve o apoio da Embaixada da Índia em Portugal.
- Sessão pública de esclarecimento sobre Segurança Alimentar e Económica para a Comunidade Chinesa (operadores económicos chineses com atividade em Portugal),

⁴³ Cf. <https://www.asae.gov.pt/asae-topics-other-languages.aspx>.

realizada no Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, no Porto, no dia 13 de dezembro. A sessão foi ministrada pela ASAE e teve o apoio da Embaixada da China em Portugal.

Com a realização de duas sessões de esclarecimento, o indicador foi cumprido e superado, no ano 2017.

Em 2018, a ASAE realizou uma ação:

- Sessão pública de esclarecimento sobre Segurança Alimentar para a Comunidade Indiana (operadores económicos indianos com atividade em Portugal), realizada no Auditório da Biblioteca Municipal de Albufeira, no dia 10 de dezembro. A sessão foi ministrada pela ASAE e teve o apoio da Embaixada da Índia em Portugal.

O indicador foi cumprido no ano 2018.

Medida 19. Atribuição do Selo Diversidade Empresarial

Ação – Criar um selo para reconhecer e distinguir a promoção da diversidade cultural nas empresas públicas e privadas.

Indicador – N.º de selos atribuídos anualmente.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Promovido pelo GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial, e com o apoio do ACM, I.P., o Selo da Diversidade visa distinguir organizações que implementem e desenvolvam políticas e práticas de promoção da diversidade, surgindo em linha com os esforços encetados pela Comissão Europeia e com as prioridades da Estratégia Europa 2020.

Em 2017, foram submetidas 28 candidaturas por 16 empresas e organizações, tendo sido atribuídos 4 Selos da Diversidade e 8 Menções Honrosas. A cerimónia de entrega do Selo da Diversidade decorreu na Fábrica da Pólvora de Barcarena, no dia 10 de novembro⁴⁴.

Foram distinguidas as seguintes entidades:

Categoria 1 – Compromisso da Gestão de Topo e dos Outros Níveis Hierárquicos

Selo Diversidade

Ericsson | Formação Em Enviesamento Inconsciente

⁴⁴ Mais informação sobre a cerimónia de atribuição do Selo da Diversidade Empresarial 2017, disponível em: <http://www.acm.gov.pt/-/selo-da-diversidade-organizacoes-mais-inclusivas?inheritRedirect=true>.

Categoria 2 – Cultura Organizacional

Menções Honrosas

BNP Paribas | *Welcoming Disability – A diverse approach to talent sourcing*

EDP | #tagga o teu futuro

Essilor | Diversidade & Inclusão – Um valor Essilor

Categoria 3 – Recrutamento, Seleção e Práticas de Gestão de Pessoas

Menção Honrosa

EDP | *Inspiring Camp*

Categoria 4 – Desenvolvimento Profissional e Progressão na Carreira

Selo Diversidade

EDP | Formação Enviesamento Inconsciente – Potenciar a diversidade e inclusão

Categoria 5 – Comunicação da Carta e dos seus Princípios

Selo Diversidade

AFID | Diversid'arte

Menção Honrosa

Media em Movimento | Divulgação da Diversidade

Categoria 6 – Condições de Trabalho e Acessibilidades

Selo Diversidade

Câmara Municipal de Lisboa | Medidas de Conciliação

Menção Honrosa

EDP | Parceria com Places4all

L'Oréal Portugal | *Share&Care*

Ericsson | Condições de Trabalho para Todos

Com a atribuição de quatro Selos da Diversidade, a medida foi cumprida em 2017.

Em 2018, não foram atribuídos Selos da Diversidade. O indicador não foi cumprido nesse ano.

Medida 20. Prevenção e combate à exploração da utilização e contratação de estrangeiros em situação irregular para o exercício de atividade laboral

Ação – Criar rede de interlocutores nacionais e regionais de combate à exploração de mão-de-obra ilegal imigrante.

Indicador – 1 ação/ano por direção regional de sensibilização entre as entidades da rede e associações empresariais e de imigrantes.

Interveniente – MAI/SEF; MF/AT; MTSSS/ACT-ISS, I.P.; MPMA/ACM, I.P.

Calendarização – 2015-2020

Em 2017, e de acordo com os relatórios anuais do SEF – Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) e Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) – foram ministradas 65 ações de sensibilização, beneficiando 154 cidadãos estrangeiros.

Em 2018, e segundo o RASI, foram realizadas 54 ações de sensibilização, beneficiando 274 cidadãos estrangeiros.

O indicador foi cumprido no ano 2017 e no ano 2018.

Ação – Intensificar o combate à utilização de mão-de-obra ilegal através do reforço da atividade inspetiva junto das entidades empregadoras.

Indicador – 2000 operações de fiscalização efetuadas por ano.

Interveniente – MTSSS/ACT; MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020

Com o intuito de combater a utilização mão-de-obra ilegal, e no âmbito da sua atividade inspetiva, o SEF promove regularmente ações de fiscalização sobre entidades empregadoras, tendo realizado 2479 ações inspetivas, no ano 2017.

No mesmo âmbito, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) verificou a regularidade de 2147 trabalhadores estrangeiros, dos quais 52 se encontravam em situação ilegal.

O indicador foi cumprido e superado, no ano 2017.

No ano 2018, o SEF realizou 1066 ações de fiscalização sobre entidades empregadoras e a ACT verificou a regularidade de 2.082 trabalhadores/as estrangeiros/as, dos quais 92 se encontravam em situação ilegal.

O indicador foi cumprido e superado, no ano 2018.

Medida 21. Promoção de informação sobre direitos e deveres dos trabalhadores

Ação – Dinamizar ações de sensibilização/informação com redes locais de integração dos imigrantes, nas áreas das relações laborais, segurança e saúde no trabalho.

Indicador – Duas ações por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P.; MTSSS/ACT; municípios; outros.

Calendarização – 2015-2020

Para sensibilizar e informar as comunidades migrantes para as questões laborais, nomeadamente no que respeita aos direitos e deveres dos trabalhadores, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) promove anualmente, em parceria com o ACM, I.P., ações de formação dirigidas aos técnicos da RNAIM – Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes – e das entidades parceiras que trabalham com populações migrantes, associações de imigrantes e da sociedade civil.

Em 2017 e em 2018, a ACT ministrou ações de informação/sensibilização sobre questões laborais aos colaboradores do ACM, I.P. que fazem atendimento a cidadãos migrantes. Nas ações foram abordados, entre outros, os seguintes temas:

- Modalidades de contrato de trabalho e respetivas cessações vs contratos verbais (suas consequências e efeitos);
- Dispensa verbal / Abandono do local de trabalho;
- Créditos laborais (férias, subsídios, compensações e outros);
- Comunicações de resolução com justa causa ao ACT e sua intervenção;
- Coação moral sobre o trabalhador;
- Faltas;
- Flexibilidade / Isenção de horário;
- Licenças (sem vencimento, parentais, etc.)
- Discriminação;
- Riscos psicossociais;
- Trabalho não declarado;
- Trabalho doméstico;
- Falsos recibos verdes;
- Acidentes de trabalho.

Em 2017, realizaram-se três ações questões laborais:

- Ação «Temas de Direito do Trabalho», no Auditório do CNAIM de Lisboa, no dia 14 de julho. Participantes: 33 pessoas (20 mulheres e 13 homens);
- Ação «Temas de Direito do Trabalho», no Auditório do CNAIM de Lisboa, no dia 24 de agosto (período da manhã). Participantes: 22 pessoas (17 mulheres e 5 homens);
- Ação «Temas de Direito do Trabalho», no Auditório do CNAIM de Lisboa, no dia 24 de agosto (período da tarde). Participantes: 8 pessoas (8 mulheres).

O indicador foi cumprido e superado, no ano 2017.

Em 2018, realizaram-se duas ações sobre questões laborais:

- Ação «Temas de Direito do Trabalho», na Sala Europa do CNAIM de Lisboa, no dia 11 de outubro. Participantes: 17 (12 mulheres e 5 homens);
- Ação «Temas de Direito do Trabalho», na Sala Europa do CNAIM de Lisboa, no dia 18 de outubro. Participantes: 19 (16 mulheres e 3 homens).

O indicador foi cumprido, no ano 2018.

Ação – Ações de sensibilização e informação promovidas pelo ACM, I.P., em articulação com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), relativas à igualdade e não discriminação de género, nomeadamente na área da parentalidade, igualdade salarial, conciliação entre trabalho e família e assédio moral e sexual.

Indicador – 10 ações de sensibilização e informação por ano.

Interveniente – MTSSS/CITE; MPMA/CIG; MPMA/ACM I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Com o intuito de informar e sensibilizar as populações migrantes para as questões da igualdade e não-discriminação no trabalho, o ACM, I.P. dinamiza anualmente, em parceria com entidades especializadas, ações de formação no âmbito da promoção da igualdade e não discriminação de género, dirigidas aos técnicos da RNAIM e das entidades parceiras que trabalham com populações migrantes, associações de imigrantes e da sociedade civil.

Em 2017, o ACM, I.P. promoveu 10 ações de informação e sensibilização, em parceria com a CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, entre outras entidades:

- «A igualdade e não discriminação: princípios fundamentais do direito internacional dos direitos humanos», ministrada pela ILGA Portugal, no CNAIM de Lisboa, no dia 26 de janeiro. Participantes: 14 (11 mulheres e 3 homens);
- «Ação de Sensibilização sobre Excisão», ministrada pela Associação Mulheres Sem Fronteiras, no CNAIM de Lisboa, no dia 6 de setembro. Participantes: 10 (9 mulheres e 1 homem);
- «Direitos Trans são Direitos Humanos: Identidade de Género no Acesso a Serviços Públicos», ministrada pela ILGA Portugal, no CNAIM de Lisboa, no dia 14 de setembro. Participantes: 15 (12 mulheres e 3 homens);
- «Ação de Sensibilização sobre Excisão», ministrada pela Associação Mulheres Sem Fronteiras, no CNAIM de Lisboa, no dia 19 de setembro. Participantes: 4 mulheres;
- Formação Certificada (18 horas) para agentes qualificados/as que trabalhem no acolhimento de pessoas refugiadas: «Prevenção, Sensibilização e Combate a Práticas Tradicionais nefastas, em Particular à Mutilação Genital Feminina», ministrada pela Associação Mulheres Sem Fronteiras, no CNAIM de Lisboa, nos dias 25, 26 setembro e 3 de outubro. Participantes: 15 (14 mulheres e 1 homem);
- «Violência Doméstica e de Género: Sinalização e Reencaminhamento», ministrada pela CIG, no CNAIM de Lisboa, no dia 4 de outubro. Participantes: 18 (15 mulheres e 3 homens);
- «Discriminação e Faltas», ministrada pela CITE, no CNAIM de Lisboa, no dia 26 de outubro. Participantes: 13 (11 mulheres e 2 homens);
- Formação Certificada (18 horas) para agentes qualificados/as que trabalhem no acolhimento de pessoas refugiadas: «Prevenção, Sensibilização e Combate a Práticas Tradicionais nefastas, em particular à Mutilação Genital Feminina», ministrada pela Associação Mulheres Sem Fronteiras, no CNAIM de Lisboa, nos dias 7, 8 e 14 de novembro. Participantes: 12 mulheres;
- «Novo Regime Jurídico de Combate à Discriminação Racial e Algumas Perspetivas e Género», ministrada pela CICDR, no CNAIM de Lisboa, no dia 23 de novembro. Participantes: 16 (13 mulheres e 3 homens);
- «Violência Doméstica e de Género: Sinalização e Reencaminhamento», ministrada pela CIG, no CNAIM do Norte, no dia 29 de novembro. Participantes: 9 mulheres.

Com a realização de 10 ações de sensibilização para as questões da igualdade e não discriminação de género, o indicador foi cumprido em 2017.

Em 2018, o ACM, I.P. promoveu 10 ações de informação e sensibilização, em parceria com a APF – Associação para o Planeamento da Família, a CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Programa Escolhas:

- «Ação de sensibilização sobre Casamentos Forçados e/ou Precoces», ministrada pela APF – Associação para o Planeamento da Família, no CNAIM de Lisboa, no dia 18 de janeiro. Participantes: 15 (12 mulheres e 3 homens);
- «Ação de sensibilização sobre Casamentos Forçados e/ou Precoces», ministrada pela APF – Associação para o Planeamento da Família, no CNAIM de Lisboa, no dia 25 de janeiro. Participantes: 12 mulheres;
- *Workshop* Mensal «Igualdade de Género», ministrado pela CIG aos dinamizadores comunitários do Programa Escolhas, no CNAIM de Lisboa, no dia 20 de março. Participantes: 44 (36 mulheres e 8 homens);
- *Workshop* Mensal «Igualdade de Género», ministrado pela CIG aos dinamizadores comunitários do Programa Escolhas, no IPDJ do Porto, no dia 23 de março. Participantes: 13 (10 mulheres e 3 homens);
- *Workshop* Mensal «Violência Doméstica», ministrado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género aos dinamizadores comunitários do Programa Escolhas, no CNAIM de Lisboa, no dia 12 de abril. Participantes: 33 (28 mulheres e 5 homens);
- *Workshop* Mensal «Violência Doméstica», ministrado pela CIG aos dinamizadores comunitários do Programa Escolhas, no IPDJ do Porto, no dia 16 de abril. Participantes: 14 (12 mulheres e 2 homens);
- *Workshop* Mensal «Violência Doméstica», ministrado pela CIG aos dinamizadores comunitários do Programa Escolhas, no CNAIM de Lisboa, no dia 20 de abril. Participantes: 25 (18 mulheres e 7 homens);
- Ação de sensibilização sobre *Combate ao Tráfico de Seres Humanos*, ministrada pela CIG aos dinamizadores comunitários do Programa Escolhas e rede de parceiros do ACM, I.P., no IPDJ do Porto, no dia 11 de setembro. Participantes: 18 (17 mulheres e 1 homem);
- Ação de sensibilização sobre *Combate ao Tráfico de Seres Humanos*, ministrada pela CIG aos mediadores do atendimento do ACM, I.P. e aos dinamizadores comunitários do Programa Escolhas, no CNAIM de Lisboa, no dia 13 de setembro. Participantes: 20 (19 mulheres e 1 homem);

- Ação «Direitos Trans são Direitos Humanos: Identidade de Género no Acesso a Serviços Públicos», ministrada pela ILGA-Portugal, na Sala Europa do CNAIM de Lisboa, no dia 6 de novembro. Participantes: 10 (10 mulheres).

Com a realização de 10 ações de sensibilização para as questões da igualdade e não discriminação de género, o indicador foi cumprido em 2018.

Medida 22. Promoção de informação sobre direitos e deveres dos empregadores estrangeiros, nas áreas das relações laborais e segurança e saúde no trabalho

Ação – Dinamizar ações de sensibilização/informação com associações de empregadores.

Indicador – Duas ações por ano.

Interveniente – MTSSS/ACT; outros. **Calendarização** – 2015-2020.

A ACT realizou ações de sensibilização sobre, entre outros temas, modalidades de contrato de trabalho, sua duração e cessação, créditos laborais, riscos psicossociais, parentalidade, organização dos tempos de trabalho, trabalho não declarado ou falsos recibos verdes.

Em 2017, a ACT realizou três ações, entre julho e agosto, nas quais participaram um total de 65 pessoas.

Em 2018, a ACT realizou duas ações, em outubro, nas quais participaram 37 pessoas.

O indicador foi cumprido em 2017 e em 2018, tendo mesmo sido superado no ano 2017.

Medida 23. Promoção da melhoria das condições do trabalho

Ação – Realizar ações inspetivas nos locais de trabalho, promovendo a cidadania e a igualdade de género através da integração dos imigrantes, do combate à utilização ilegal de mão-de-obra (nomeadamente o trabalho não declarado), da discriminação racial e do tráfico de seres humanos.

Indicador – Sinalização e reporte à ACT de situações de incumprimento da legislação.

Interveniente – MTSSS/ACT; MPMA/CIG e todas as entidades envolvidas.

Calendarização – 2015-2020.

No âmbito das ações inspetivas realizadas aos locais trabalho, e como resultado das intervenções especificamente direcionadas para o combate ao trabalho não declarado, a ACT identificou:

- Um total de 946 trabalhadores/as não declarados/as (470 homens e 476 mulheres), em 2017;
- Um total de 794 trabalhadores/as não declarados/as (418 homens e 376 mulheres), em 2018.

O indicador foi cumprido no ano 2017 e no ano 2018.

Indicador – 300 visitas a locais de trabalho por ano.

Interveniente – MTSSS/ACT; MPMA/CIG e todas as entidades envolvidas.

Calendarização – 2015-2020.

Em 2017, a atividade inspetiva da ACT, de promoção da cidadania e igualdade de género, contabilizou 435 ações, abrangendo 256 trabalhadores/as (170 homens e 86 mulheres):

- 160 ações inspetivas no âmbito da igualdade de género e discriminação racial;
- 231 visitas abrangendo trabalhadores estrangeiros;
- 44 visitas no âmbito da deteção e combate a situações de tráfico de seres humanos.

Em 2018, atividade inspetiva da ACT, de promoção da cidadania e igualdade de género, contabilizou um total 707 ações, abrangendo 241 trabalhadores/as (124 homens e 117 mulheres), nas seguintes ações:

- 360 ações inspetivas no âmbito da igualdade e não discriminação no trabalho e no acesso ao emprego;
- 282 visitas abrangendo trabalhadores imigrantes;
- 65 visitas no âmbito da deteção e combate a situações de tráfico de seres humanos.

O indicador foi cumprido e superado no ano 2017 e no ano 2018.

Medida 25. Identificação das intervenções potencialmente mais adequadas para promover a integração da população no mercado de trabalho

Ação – Monitorizar e analisar, de forma integrada, o fluxo de inscrições nos serviços de emprego e a integração em medidas ativas de emprego e no mercado de trabalho.

Indicador – Relatório anual.

Interveniente – MTSSS/IEFP, I.P., outros. **Calendarização** – 2016-2020

Para avaliar transversalmente as inscrições nos serviços de emprego por parte de imigrantes e a sua integração no mercado de trabalho e em medidas ativas de emprego, está prevista a publicação de um relatório anual.

Em 2017 e em 2018, o IEFP, I.P. compilou dados estatísticos anuais sobre cidadãos estrangeiros relativos ao ano transato na publicação «Situação do Mercado de Emprego Cidadãos Estrangeiros – Relatório Anual». Os relatórios estão disponíveis no portal do IEFP, I.P.⁴⁵.

Com a publicação do Relatório Anual 2016 e 2017 «Situação do Mercado de Emprego Cidadãos Estrangeiros», o indicador foi cumprido no ano 2017 e no ano 2018.

Medida 26. Clarificação da aplicação do quadro normativo relativo ao acesso de imigrantes, em situação documental irregular, ao Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Ação – Elaborar despacho ministerial que clarifique a situação.

Indicador – Publicação de despacho ministerial.

Interveniente – MS/DGS-ACSS, I.P.; MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2017

A circular informativa conjunta n.º 13/2016 da Direção-Geral de Saúde (DGS) vem reforçar a legislação em vigor (artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, na sua redação atual), no sentido de garantir o acesso célere, sem problemas ou entraves, por parte dos requerentes de proteção internacional e beneficiários do estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária e respetivos membros da sua família, ao Serviço Nacional de Saúde.

A circular foi enviada às Administrações Regionais de Saúde (ARS), Hospitais e Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), reforçando que:

- É reconhecido o acesso ao SNS aos requerentes de proteção internacional e aos beneficiários do estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária e respetivos membros da sua família;
- Este acesso é feito mediante a apresentação de documentos válidos emitidos pelo SEF;

⁴⁵ Relatório Anual Cidadãos Estrangeiros 2016 em:

<https://www.iefp.pt/documents/10181/6725140/Relat%C3%B3rio+Anual+Cidad%C3%A3os+Estrangeiros+2016.pdf/dc9bfc01-6fae-45b4-a76e-5e734b00a801>. Relatório Anual Cidadãos Estrangeiros 2017 em: <https://www.iefp.pt/documents/10181/6725140/Relat%C3%B3rio+Anual+Cidad%C3%A3os+Estrangeiros+2017.pdf/0bc05c84-cf33-407f-ba3d-5ba6b64251a2>.

- Os requerentes de proteção internacional e beneficiários do estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária e respetivos membros da sua família estão isentos do pagamento de taxas moderadoras.

Apesar de não ter sido elaborado o despacho que clarifique a aplicação do quadro normativo relativo ao acesso de imigrantes em situação documental irregular ao SNS, e de a presente circular informativa reforçar apenas a legislação em vigor, considera-se o indicador parcialmente cumprido pelo facto de o documento clarificar o acesso ao SNS por parte de requerentes de proteção internacional e beneficiários/as do estatuto de refugiado/a ou de proteção subsidiária e respetivos membros da sua família, com o objetivo de o processo ser célere e sem entraves.

Medida 29. Criação de informação acessível sobre o sistema de saúde

Ação – Criar brochuras de informação e disponibilizar informação na página eletrónica da Direção-Geral da Saúde (DGS) e Portal da Saúde, em vários idiomas, sobre o sistema de saúde e em matéria de direitos de cidadania e saúde nos diferentes países.

Indicador – Publicação da informação.

Interveniente – MS/DGS; MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Em funcionamento desde 2016, o Portal da Mobilidade Internacional de Doentes disponibiliza informação relativa ao acesso de cidadãos portugueses a cuidados de saúde no estrangeiro e de cidadãos estrangeiros ao sistema de saúde português⁴⁶. Esta informação também está replicada no Portal do Ministério da Saúde.

Complementarmente, o Manual de Acolhimento no Sistema de Saúde de Cidadãos Estrangeiros (Medida 27 do PEM⁴⁷) está disponível no portal da DGS e do ACM, I.P..

Uma vez que o portal da Mobilidade Internacional de Doentes e o portal da DGS disponibilizam informação relativa ao acesso de cidadãos estrangeiros ao sistema de saúde, considera-se o indicador executado.

⁴⁶ A informação sobre o acesso de cidadãos estrangeiros a cuidados de saúde está disponível no Portal da Mobilidade Internacional de Doentes, em:

<http://mobilidade.dgs.pt/cidadaosestrangeiros/Paginas/cidadaoestrangeiros.aspx>.

⁴⁷ A Medida 27 do PEM prevê a *Implementação do Manual de Acolhimento no Sistema de Saúde de Cidadãos Estrangeiros* e foi executada pela DGS, em 2015. O Manual está disponível para *download* no *website* da DGS, em: <https://www.dgs.pt/em-destaque/manual-de-acolhimento-no-acesso-ao-sistema-de-saude-de-cidadaos-estrangeiros.aspx>.

Ação – Divulgar, através da rede consular portuguesa, informação sobre os direitos dos migrantes aos serviços locais de saúde e ao sistema nacional português, através de brochuras de informação disponibilizadas na página eletrónica da DGS e Portal da Saúde, em vários idiomas.

Indicador – Publicação da informação.

Interveniente – MS/DGS; MNE/DGACCP; MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

Segundo a DGS, a execução deste indicador teve de ser adaptada, face a novas realidades. A partir de 2014, aumentou significativamente o fluxo de cidadãos portugueses que procuraram trabalho no estrangeiro, pelo que a DGS participou, em colaboração com a Direção-Geral da Segurança Social e sob a coordenação da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP), na edição da brochura *Trabalhar no Estrangeiro*, na qual foi disponibilizada informação sobre o acesso a cuidados de saúde por parte de cidadãos estrangeiros, dentro e fora do espaço da União Europeia.

O Portal das Comunidades também disponibiliza informação atualizada, nos separadores «conselhos aos viajantes» e «apoio social» (roteiro do regresso a Portugal).

Com a elaboração conjunta da brochura *Trabalhar no Estrangeiro* e a disseminação de informação atualizada no Portal das Comunidades, o indicador foi cumprido e ficou concluído em 2017.

Medida 32. Promoção da integração de imigrantes na área da habitação

Ação – Ações de melhoria das condições de alojamento dos imigrantes.

Indicador – Número de famílias de minorias étnicas e de imigrantes realojadas em habitação social/ano.

Interveniente – M. Ambiente/IHRU, I.P.; municípios. **Calendarização** – 2015-2020

No âmbito da gestão do património propriedade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), este organismo não pode proceder à identificação ou caracterização dos arrendatários em função da etnia, do género, da religião ou de qualquer outra condição, pelo que os dados relativos ao número de arrendatários de minorias étnicas ou imigrantes são calculados por recurso a uma estimativa.

Desde a primeira geração do Plano para a Integração de Imigrantes (2007-2009), foi consensualizada a percentagem de 5% do universo de agregados familiares residentes neste

património, valor que resulta das orientações veiculadas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Sobre o património de que é proprietário, e num total 170 fogos atribuídos, no ano 2017 foram destinados a famílias imigrantes e/ou provenientes de minorias étnicas 9 fogos, valor que perfaz 5,3% das atribuições.

O indicador foi cumprido em 2017.

Em 2018, o IHRU atribuiu 8 fogos a famílias imigrantes e/ou provenientes de minorias étnicas, de um total de 160 fogos atribuídos nesse ano, ou seja, 5% dos fogos.

O indicador foi cumprido em 2018.

Medida 33. Melhoria da eficácia da tramitação e informação dos processos para obtenção da nacionalidade

Ação – Reduzir o tempo de tramitação interna dos processos para a obtenção da nacionalidade e disponibilizar apoio informativo, não só sobre as condições de acesso à nacionalidade, mas também ao nível dos processos pendentes.

Indicador – Assegurar em seis meses o tempo de tramitação interna dos processos para aquisição da nacionalidade.

Interveniente – MJ/CRC. **Calendarização** – 2015-2020

De acordo com a informação prestada pela Conservatória dos Registos Centrais (CRC), o tempo de tramitação interna dos processos para aquisição da nacionalidade foi de 6,43 meses, em 2017, e de 6,84 meses, em 2018.

Prevendo o indicador assegurar um tempo de tramitação interna dos processos em seis meses, o indicador foi cumprido no ano 2017 e no ano 2018.

Indicador – Assegurar anualmente o atendimento de 40.000/ano chamadas para apoio e informação sobre o estado dos processos de nacionalidade pendentes.

Interveniente – MJ/CRC. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, e quanto ao apoio informativo sobre as condições de acesso à nacionalidade e pendência dos processos, o número de chamadas para apoio e informação sobre o estado dos processos de nacionalidade pendentes foi de 66.356.

Em 2018, o número de chamadas para apoio e informação sobre o estado dos processos de nacionalidade pendentes foi de 90.560.

Prevendo o registo de 40.000 chamadas por ano, o indicador foi cumprido e superado, no ano 2017 e no ano 2018.

Medida 34. Definição de estratégias que garantam uma ação concertada das diversas entidades com vista a informar e sensibilizar os consumidores imigrantes e os novos nacionais, nomeadamente para as questões do sobreendividamento.

Ação – Desenvolver ações/sessões de informação e esclarecimento sobre os direitos e deveres dos imigrantes e novos nacionais enquanto consumidores.

Indicador – N.º de ações/sessões realizadas (consumidores).

Interveniente – ME/DGC; MF/BdP; municípios. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2018, a Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude (AMRT), que integra a Rede de Apoio ao Consumidor Endividado, desenvolveu três *workshops* de sensibilização para comunidades migrantes sobre literacia financeira, com o tema «Poupar, Gastar e Doar – educação financeira para crianças e jovens».

As ações, dirigidas a jovens, realizaram-se no âmbito das atividades desenvolvidas nos projetos do Programa Escolhas.

Com a realização de três *workshops* sobre literacia financeira para comunidades migrantes, o indicador foi cumprido em 2018.

Medida 35. Incentivar e facilitar o acesso e o exercício de atividades económicas em Portugal aos migrantes, no âmbito das políticas de responsabilidade social das empresas.

Ação – Desenvolvimento de brochuras de apoio aos migrantes para o acesso e exercício de atividades económicas em Portugal enquanto ferramenta facilitadora de empreendedorismo.

Indicador – 1 brochura informativa

Interveniente – M. Economia/DGAE. **Calendarização** – 2016-2020

Com o objetivo de apoiar os migrantes no acesso e exercício das atividades económicas em Portugal, a Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) desenvolveu a brochura «Quero Abrir uma Empresa em Portugal. E agora?»⁴⁸, no ano 2017.

A brochura dá informações e indica os contactos sobre:

- O que é preciso para abrir uma empresa;
- Como abrir uma empresa uma Portugal – Via Internet ou nos Balcões Empresa na Hora;
- Acesso e exercício de atividade;
- Qual a documentação necessária;
- Quanto custa abrir uma empresa;
- Opções de crédito;
- Opções de financiamento.

Com a elaboração da brochura «Quero Abrir uma Empresa em Portugal. E agora?», o indicador foi executado e concluído em 2017.

Medida 36. Reforço do ensino da língua portuguesa

Ação – Promover o ensino da língua portuguesa aos migrantes, crianças e adultos com o envolvimento das escolas, do IEFP, I.P., associações, ONG e empresas.

Indicador – 5000 formandos, em média, por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P.; M. Educação/DGE-DGEstE.; MTSSS/IEFP, I.P.

Calendarização – 2015-2020

O PPT – Programa Português para Todos, gerido pelo ACM, I.P. e implementado em parceria com o Instituto de Emprego e Formação e Profissional e com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, promove cursos de língua portuguesa para estrangeiros que certificam ao nível A2 (Utilizador Elementar), B2 (Utilizador Independente) e cursos de Português Técnico, dirigidos à população imigrante e cofinanciados pelo Fundo Social Europeu.

Os cursos de língua portuguesa que certificam o nível A2 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas relevam para efeitos de acesso à nacionalidade, autorização de

⁴⁸ A brochura está disponível no *website* da DGAE, em <http://www.dgae.gov.pt/>, na secção Destaques/2017-12-14/DGAE elabora brochura para facilitar o empreendedorismo dos migrantes.

residência permanente e estatuto de residente de longa duração e têm uma duração de 150 Horas. Os cursos de Português Técnico, nas áreas do Comércio, Hotelaria, Cuidados de Beleza e Construção civil e Engenharia civil são facilitadores da inserção dos/as imigrantes no mercado de trabalho e têm uma duração de 25 horas.

Em 2017, frequentaram os cursos PPT implementados pelo IEFP, I.P. e pela DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (sem cofinanciamento do POISE), um total de 5946 formandos/as.

O indicador prevê 5000 formandos/as nos cursos PPT, em média, por ano. O número de formandos/as nos cursos ministrados pelo IEFP, I.P. e DGEstE em 2015, 2016 e 2017 foi de 6185, 5942 e 5946 respetivamente, pelo que a média dos três anos, em 2017, foi de 6024,33 formandos/as. O indicador foi cumprido e superado em 2017.

Além dos cursos PPT, registaram-se ainda 3310 novos utilizadores, de 46 nacionalidades, da Plataforma de Português Online⁴⁹. Lançada em maio de 2016 pelo ACM, I.P., a Plataforma é uma ferramenta de conteúdos para aquisição de competências de Português europeu, por parte adultos falantes de outras línguas. Atualmente, a plataforma está disponível em português, inglês e árabe, de forma a responder às necessidades específicas da população migrante e, mais recentemente, dos refugiados acolhidos em Portugal, e permite ao utilizador praticar a língua nas atividades linguísticas de compreensão oral, escrita e de leitura.

Os/as 5946 formandos/as dos cursos PPT sem cofinanciamento do POISE e os/as 3310 novos/as utilizadores /as da Plataforma de Português *Online* totalizaram 9256 formandos/as em 2017. O indicador foi cumprido e superado, em 2017.

No ano 2018, os cursos PPT implementados pelo IEFP, I.P. e pela DGEstE contaram com um total de 10.361 formandos/as.

Quanto à Plataforma de Português Online, registaram-se 5.226 novos utilizadores de 16 novas nacionalidades, em 2018.

O indicador foi cumprido e superado em 2018, com um total de 15.587 formandos/as, no ano 2018.

⁴⁹ Plataforma de Português Online em: <https://pptonline.acm.gov.pt/>.

Indicador – 2500 formandos certificados.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P.; M. Educação/DGE-DGEstE.; MTSSS/IEFP, I.P.

Calendarização – 2015-2020

No âmbito dos cursos PPT implementados pelo IEFP, I.P. e pela DGEstE, foram emitidos:

- 5.210 certificados, em 2017;
- 5.437 certificados, em 2018.

O indicador foi cumprido e superado, no ano 2017 e no ano 2018.

Medida 37. Consolidação dos programas de aprendizagem do português como língua não materna

Ação – Disponibilizar informação atualizada sobre o funcionamento do Português Língua Não Materna (PLNM) no sistema educativo.

Indicador – Divulgação de informação atualizada sobre o funcionamento do PLNM nos ensinos básico e secundário, nos canais de comunicação institucionais da DGE, da DGEstE e do ACM, I.P., entre outros, sempre que se justifique.

Interveniente – M. Educação/DGE-DGEstE. **Calendarização** – 2015-2020.

A informação sobre o Português Língua Não Materna (PLNM) encontra-se atualizada⁵⁰. O documento com perguntas frequentes foi atualizado, tendo, igualmente, sido prestados inúmeros esclarecimentos às escolas públicas e particulares sobre o funcionamento do PLNM. No quadro das medidas educativas específicas e das orientações estabelecidas pelo ME/DGE para o acolhimento e a integração das crianças e dos jovens refugiados, foram prestados esclarecimentos às escolas e entidades envolvidas no sentido da sua melhor execução⁵¹.

O indicador foi cumprido em 2017 e em 2018.

Ação – Elaborar proposta de um normativo regulamentador do funcionamento do PLNM no sistema educativo, tendo em vista a promoção do acesso equitativo ao currículo e, consequentemente, do sucesso educativo.

Indicador – Elaboração de uma proposta de normativo regulamentador do PLNM no sistema educativo.

Interveniente – M. Educação/DGE. **Calendarização** – 2015.

⁵⁰ Cf. <http://www.dge.mec.pt/portugues-lingua-nao-materna>.

⁵¹ Informação disponível em: <http://www.dge.mec.pt/agenda-europeia-para-migracoes>.

A oferta da disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM) no currículo dos ensinos básico e secundário encontra-se prevista nos artigos 12.º e 11.º, por esta ordem, das Portarias n.º 223-A/2018, de 3 de agosto e n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, que procedem, respetivamente, quer à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico, designadamente o ensino básico geral e os cursos artísticos especializados, quer dos cursos científico-humanísticos (ensino secundário), definindo as regras e procedimentos da conceção e operacionalização do currículo dessas ofertas, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens, tendo em vista o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Para além do funcionamento do PLNM, e tendo em vista a equidade e a igualdade de oportunidades, no caso dos alunos recém-chegados ao sistema educativo português posicionados no nível de proficiência linguística de Iniciação, ficou prevista a possibilidade de a escola, em articulação com os encarregados de educação, disponibilizar medidas educativas que facilitem o acesso ao currículo.

O indicador foi executado em 2018. Contudo, considera-se parcialmente cumprido, uma vez que a sua calendarização estabelecia o ano 2015 para cumprimento do objetivo.

Ação – Conceber uma formação, acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC), dirigida aos professores titulares de turma do 1.º ciclo do ensino básico, e de uma formação dirigida aos professores de PLNM e de Português do 2.º e do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, no âmbito da especificidade do ensino do Português como língua não materna, tendo em vista a sua cedência aos Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE).

Indicador – Divulgação das formações a 100% dos CFAE.

Interveniente – M. Educação/DGE-CFAE. **Calendarização** – 2015-2017.

Em 2017, a DGE realizou uma ação de formação acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC), na modalidade de Oficina, intitulada «Ensino e Aprendizagem de Português Língua Não Materna (PLNM)» nos Ensinos Básico e Secundário, dirigida aos professores do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário e divulgada a 100% dos Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE).

O indicador foi cumprido em 2017.

Em 2018, a formação «A aprendizagem do Português Língua Não Materna com a Biblioteca Escolar», concebida pela DGE/RBE e acreditada CPFC, foi divulgada a 100% dos CFAE e também publicada na página eletrónica da Rede de Bibliotecas Escolas (REB)⁵².

Apesar de o indicador prever execução entre os anos 2015 e 2017, a DGE voltou a promover a realização de ações dirigidas aos professores de PLNM também no ano 2018.

Medida 39. Consolidação do mecanismo de realização da prova de conhecimento da língua portuguesa para efeitos de aquisição da nacionalidade

Ação – Assegurar a realização da prova de conhecimento da língua portuguesa para efeitos de aquisição da nacionalidade.

Indicador – Realização da prova de língua portuguesa com periodicidade quadrimestral, em território nacional ou no estrangeiro em locais acreditados pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.)

Interveniente – M. Educação/IAVE, I.P.; MAI/SEF; MJ/IRN, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

A prova do conhecimento da língua portuguesa foi primeiro consagrada na Lei de Estrangeiros, designadamente, no Decreto-Lei n.º 237-A/2006, mas a publicação do Decreto-Lei n.º 71/2017, de 21 de junho modificou os procedimentos inerentes à prova do conhecimento de língua portuguesa, concretamente no seu artigo 25.º, ponto 9: «O conhecimento da língua portuguesa presume-se existir para os interessados que sejam naturais e nacionais de país que tenha o português como língua oficial há pelo menos 10 anos e que residam em Portugal, independentemente do título, há pelo menos 5 anos».

Esta alteração veio diminuir o número de candidatos à realização da prova, nomeadamente os candidatos oriundos de países com língua oficial portuguesa. Assim, o Instituto de Avaliação Educativa, I. P. (IAVE) realizou em 2017 apenas uma aplicação da prova de conhecimento da língua portuguesa para efeitos de aquisição da nacionalidade, em Lisboa e na Região Autónoma dos Açores (Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada), entre os dias 11 e 14 de dezembro. A prova foi realizada por 68 candidatos, tendo ficado aprovados 62, de um total de 80 inicialmente inscritos.

No ano 2018, também foi feita uma única aplicação da prova de conhecimento da língua portuguesa, nos dias 4 e 5 de dezembro. A prova foi realizada por 53, dos 57 candidatos

⁵² Cf. <http://rbe.mec.pt/np4/2141.html>.

inscritos, tendo 50 ficado aprovados. A lei prevê que o número de aplicações dependa do número de inscrições.

Em face da justificação apresentada, considera-se a medida cumprida, no ano 2017 e no ano 2018, com apenas uma aplicação prova de língua portuguesa.

Medida 40. Promoção da área da Educação Intercultural nas escolas

Ação – Conceber e acreditar, por parte do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC), uma oficina de formação na área da Educação Intercultural, destinada a docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Indicador – Divulgação da oficina de formação a 100% dos CFAE.

Interveniente – M. Educação/DGE. **Calendarização** – 2017-2020.

No ano 2018, a DGE concebeu a ação de formação contínua de docentes «Educação para a Cidadania: do enquadramento às práticas» que contempla, entre outras, a temática da Interculturalidade. Com base nesta ação, na modalidade de oficina (60 horas de formação: 30 horas de formação presencial; 30 horas de trabalho autónomo), foi criado, por iniciativa conjunta da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e do Secretário de Estado da Educação, um programa de formação contínua de docentes, tendo em vista apoiar a elaboração e implementação da Estratégia de Educação para a Cidadania de cada escola. A formação, iniciada em final de 2018, foi destinada, prioritariamente, às coordenadoras e aos coordenadores de Cidadania e Desenvolvimento de todos os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas. A implementação da ação foi feita através dos Centros de Formação de Associação de Escolas, tendo sido criadas 49 turmas, num total de 936 formandos/as.

O indicador foi executado em 2018.

Ação – Realizar ações de informação/sensibilização sobre a temática da Educação Intercultural.

Indicador – N.º de ações de informação/sensibilização desenvolvidas

Interveniente – M. Educação/DGE. **Calendarização** – 2016-2020

Em 2017, no âmbito do Programa REEI – Rede de Escolas para a Educação Intercultural, realizaram-se seis encontros formativos. A REEI é uma iniciativa conjunta do ACM, I.P., da DGE e da Fundação Aga Khan Portugal e é constituída por estabelecimentos de educação e de ensino comprometidos com os princípios da Educação Intercultural.

A Rede promove encontros formativos durante os quais são partilhadas abordagens pedagógicas que visam a promoção da interculturalidade nas escolas. Foram convidados a integrar este projeto-piloto todos os Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas e Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo que se candidataram pelo menos a uma das quatro edições do Selo de Escola Intercultural (um dos indicadores da medida 40), tendo manifestado interesse em participar no Programa REEI um total de 36 estabelecimentos de educação e ensino.

Nos encontros formativos realizados ao longo de 2017, participaram diversos representantes da comunidade educativa – docentes, direções, pessoal não docente:

- «Sessão de Apresentação do Programa REEI – Rede de Escolas para a Educação Intercultural», na Escola Superior de Formação Paula Frassinetti, no Porto, no dia 13 de fevereiro: 51 participantes (30 mulheres e 21 homens);
- «Sessão de Apresentação do Programa REEI – Rede de Escolas para a Educação Intercultural», no Centro Ismaili, em Lisboa, no dia 15 de fevereiro: 51 participantes (35 mulheres e 16 homens);
- I Encontro Regional de Escolas do Programa REEI – Rede de Escolas para a Educação Intercultural, no Centro Ismaili, em Lisboa, no dia 31 de outubro: 18 participantes (12 mulheres e 6 homens);
- I Encontro Regional de Escolas do Programa REEI – Rede de Escolas para a Educação Intercultural, na Escola Secundária de Avelar Brotero, em Coimbra, no dia 2 de novembro: 14 participantes (8 mulheres e 6 homens);
- II Encontro Regional de Escolas do Programa REEI – Rede de Escolas para a Educação Intercultural, na Escola Secundária Luís de Camões, em Lisboa, no dia 21 de novembro: 27 participantes (21 mulheres e 6 homens);
- II Encontro Regional de Escolas do Programa REEI – Rede de Escolas para a Educação Intercultural, na Escola Secundária de Avelar Brotero, em Coimbra, no dia 24 de novembro: 14 participantes (10 mulheres e 4 homens).

Com a realização de seis encontros formativos da REEI, o indicador foi cumprido em 2017.

Em 2018, realizaram-se seis sessões de informação/formação correspondendo aos seguintes encontros formativos:

- III Encontro Regional de Escolas da REEI (Coimbra, 22 de janeiro, e Lisboa, 26 de janeiro de 2018), tendo por objetivos: preparar o plano operacional de cada escola e

sua monitorização; recolher informações necessárias para o apoio pontual e individualizado às escolas;

- IV Encontro Regional de Escolas da REEI (Coimbra, 25 de junho, e Lisboa, 27 de junho de 2018), tendo por objetivo refletir sobre a atividade desenvolvida no âmbito deste Programa;
- V Encontro Regional de Escolas da REEI (em Lisboa, no dia 28 de novembro, e no Porto, no dia 30 de novembro), tendo por objetivo a partilha e reflexão sobre a forma como as Escolas têm desenvolvido a dimensão intercultural, no âmbito do currículo; o modo como o trabalho realizado, no âmbito da REEI, tem vindo a contribuir para a definição/implementação da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola.
- Três sessões de acompanhamento individualizado (com uma escola por sessão).

Com a realização de seis ações, o indicador foi cumprido em 2018.

Ação – Realizar ações de informação/sensibilização sobre a temática da Educação Intercultural.

Indicador – Um seminário na Internet (*webinar*) por ano.

Interveniente – M. Educação/DGE. **Calendarização** – 2016-2020

Para promover a Educação Intercultural, está prevista a uma ação anual de informação em formato de seminário na Internet (*webinar*).

Em 2017, não foi possível realizar o *webinar*. O indicador não foi cumprido nesse ano.

Em 2018, a DGE desenvolveu um «*Massive Open Online Course*», que incluiu um módulo sobre Cidadania e Desenvolvimento e em que a Educação Intercultural esteve contemplada. O curso foi concluído por 845 docentes.

Com a realização de um curso *online*, o indicador foi cumprido em 2018.

Ação – Reconhecer e divulgar boas práticas das escolas na área da Educação Intercultural, através da atribuição do Selo de Escola Intercultural.

Indicador – N.º de Selos de Escola Intercultural atribuídos, por cada nível de certificação.

Interveniente – M. Educação/DGE; MA/ACM, I.P.; Fundação Aga Khan.

Calendarização – 2015-2020

Promovida pela Direção-Geral da Educação e pelo ACM, I.P., com a colaboração da Fundação Aga Khan Portugal, a atribuição do Selo de Escola Intercultural visa distinguir e reconhecer publicamente os estabelecimentos de educação e ensino públicos, particulares ou

cooperativos que, nos seus projetos educativos e nas suas práticas, promovam o reconhecimento e a valorização da diversidade linguística e cultural como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos/as⁵³.

O Selo de Escola Intercultural é atribuído por níveis de certificação: Nível I – Iniciação; Nível II – Intermédio; Nível III – Avançado. De acordo com o Regulamento de Atribuição do Selo, «mantém-se a possibilidade de atribuição do Selo de Escola Intercultural a todas as escolas candidatas, desde que obtenham a classificação mínima estabelecida para cada nível de certificação. Espera-se que cada escola elabore, com base nos resultados obtidos, um plano de ação que se constitua como um guia de melhoria da prática futura, tendo em vista o desenvolvimento da dimensão intercultural»⁵⁴.

Para a 5.^a edição da atribuição do Selo Escola Intercultural foi definido o seguinte calendário:

- Período de candidaturas entre 21 de dezembro de 2017 e 19 de janeiro de 2018;
- Análise e avaliação das candidaturas entre 22 janeiro de 2018 a 30 de março de 2018;
- Divulgação de resultados e comunicação às respetivas escolas selecionadas até 10 de abril de 2018;
- Cerimónia de atribuição do Selo de Escola Intercultural a ocorrer até dia 11 de maio de 2018.

Uma vez que a cerimónia da 4.^a edição do Selo de Escola Intercultural (32 selos atribuídos) se realizou em 12 de janeiro de 2017⁵⁵, e ainda no final desse ano foi lançada a 5.^a edição – e respetiva calendarização do processo –, considera-se o indicador cumprido no ano de 2017.

Em 2018, candidataram-se à 5.^a edição da atribuição do Selo de Escola Intercultural 45 Estabelecimentos de Educação e Ensino. Foram atribuídos 28 Selos, distribuídos pelos seguintes níveis de certificação:

- Nível I (Iniciação) – 9 estabelecimentos de Educação e Ensino;
- Nível II (Intermédio) – 19 Estabelecimentos de Educação e Ensino;
- Nível III (Avançado) – 0 Estabelecimentos de Educação e Ensino.

⁵³ Mais informação sobre o Selo de Escola Intercultural, em: <http://www.acm.gov.pt/-/selo-escola-intercultural?inheritRedirect=true>.

⁵⁴ Regulamento de Atribuição do Selo disponível no *website* da DGE, em: <http://area.dge.mec.pt/selointercultural/Tipologia.pdf>.

⁵⁵ A lista dos estabelecimentos distinguidos está disponível no *website* da DGE, em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidania/Educacao_Intercultural/documentos/sei_4ed.pdf.

A cerimónia de atribuição do Selo de Escola Intercultural decorreu no dia 9 de maio de 2018, na Escola Secundária Passos Manuel, em Lisboa⁵⁶.

Ação – Divulgar na página eletrónica da DGE recursos pedagógicos e projetos interculturais.

Indicador – Divulgação de recursos e projetos na página eletrónica da DGE.

Interveniente – M. Educação/DGE. **Calendarização** – 2015-2020.

Os recursos pedagógicos e projetos interculturais são divulgados em permanência no *website* da DGE, nomeadamente no micro sítio dedicado à Educação Intercultural⁵⁷. Nesta página, estão disponíveis documentos de trabalho de projetos interculturais, tais como o Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) e a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2020); está também publicada informação sobre recursos pedagógicos, como o Programa REEI – Rede de Escolas para a Educação Intercultural e a iniciativa Selo Escola Intercultural.

Em face da publicação dos recursos e projetos interculturais no *website* da DGE, o indicador foi cumprido em 2017.

Em 2018, a DGE continuou a divulgar os recursos e projetos no seu portal da Internet, nomeadamente no micro sítio de Educação Intercultural⁵⁸, pelo que o indicador também foi cumprido nesse ano.

Medida 41. Medidas de promoção e conhecimento sobre o reconhecimento académico e profissional

Ação – Adequar e atualizar a legislação sobre o reconhecimento de diplomas obtidos através de cursos de ensino superior de curta duração, conferidos por instituições de ensino superior estrangeiras.

Indicador – Revisão da atual legislação, de forma a adequar a mesma aos novos cursos de ensino superior de curta duração, possibilitando o reconhecimento dos diplomas de igual natureza atribuídos pelas instituições estrangeiras de ensino superior durante o período de vigência do presente plano.

Interveniente – MCTES/ DGES. **Calendarização** – 2015-2020.

⁵⁶ Notícia da cerimónia disponível em: <https://www.acm.gov.pt/-/28-escolas-do-pais-recebem-selo-escola-intercultural>.

⁵⁷ Cf. <http://www.dge.mec.pt/educacao-intercultural>.

⁵⁸ Cf. <http://www.dge.mec.pt/educacao-intercultural>.

Em 2018, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto (em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2019) – *Aprova o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de ensino superior atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras* – e que veio cumprir os objetivos do indicador.

Com a publicação do decreto-lei, o indicador ficou concluído no ano 2018.

Medida 42. Medidas educativas e promotoras do sucesso educativo e da redução do abandono escolar

Ação – Medidas e intervenções promovidas por escolas, especificamente orientadas para a promoção da qualidade do ensino e da aprendizagem, do sucesso escolar, para a prevenção do abandono, a redução da indisciplina e do absentismo escolares, nomeadamente através: I. da constituição de grupos temporários de homogeneidade relativa como por exemplo, fazendo recurso às metodologias que resultaram do Programa Mais Sucesso Escolar; II. Do aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), nos termos regulados pelo Despacho Normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro; III. Do desenvolvimento de Programas Integrados de Educação e Formação criado pelo Despacho Conjunto n.º 882/99, de 28 de setembro, na sua redação atual; IV. De outras iniciativas a concorrentes para os objetivos da política educativa e da Agenda ET2020.

Indicador – Reduzir em 25%, o valor da taxa de abandono escolar precoce face ao valor verificado em 2013/14.

Interveniente – M. Educação/DGE. **Calendarização** – 2015-2020.

Apesar de o indicador estar cumprido desde o ano 2015, a DGE reportou os seguintes dados relativos ao ano letivo 2016/2017:

No ano letivo 2016/17, o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) envolveu 137 Unidades Orgânicas (UO), o que representa cerca de 17% das UO da rede pública. Foram apurados os seguintes dados relativos à taxa de desistência:

No Ensino Básico (contabilizando todas as ofertas)

- a) O subuniverso TEIP registou um valor de 1,06%, tendo ficado 0,46 pontos percentuais do valor nacional (0,60%);
- b) Das 137 Unidades Orgânicas (UO) TEIP que têm alunos inscritos neste nível de ensino:
 - i) Mais de 58% das UO TEIP (80 UO) atingiram valores iguais ou inferiores aos registados a nível nacional;

- ii) Quase 65% das UO TEIP (89 UO) melhoraram face ao ano anterior;
- iii) Mais de 72% das UO TEIP (99 UO) melhoraram face à média dos 3 anos anteriores.

No Ensino Secundário (contabilizando todas as ofertas)

- a) O subuniverso TEIP registou um valor de 3,03%, tendo ficado a menos de 1 pontos percentuais do valor nacional (2,21%);
- b) Das 58 Unidades Orgânicas (UO) TEIP que têm alunos inscritos neste ciclo de ensino:
 - i) Quase 52% das UO TEIP (30 UO) atingiram valores iguais ou inferiores aos registados a nível nacional;
 - ii) Mais de 49% das UO TEIP (28 das 57 UO⁵⁹) melhoraram face ao ano anterior;
 - iii) Mais de 67% das UO TEIP (37 das 55UO⁶⁰) melhoraram face à média dos 3 anos anteriores.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE, I.P.), a taxa de abandono precoce em 2014 foi de 17,4% e, em 2017 e em 2018, as que se indicam:

Taxa de abandono precoce de educação e formação *		
2014	2017	2018
17,4%	12,6%	11,8%

*Fonte: INE.

Em 2017, registou-se um decréscimo de 27,5% na taxa de abandono escolar relativamente ao ano 2014 e, em 2018, um decréscimo de 32%.

Indicador – Reduzir em 25%, o valor da taxa de retenção escolar face ao valor verificado em 2013/14.

Interveniente – M. Educação/DGE. **Calendarização** – 2015-2020

Embora o indicador também esteja cumprido desde o ano 2015, a DGE apurou os seguintes dados para o ano letivo 2016/2017:

Relativamente à taxa de retenção verificada no ano letivo 2016/2017, registaram-se os seguintes dados:

No Ensino Básico (contabilizando todas as ofertas):

⁵⁹ N.º de UO TEIP que, no ano anterior, tiveram alunos inscritos no Ensino Secundário.

⁶⁰ N.º de UO TEIP que, nos três anos anteriores, tiveram alunos inscritos no Ensino Secundário.

- a) O subuniverso TEIP registou um valor de 7,4%, tendo ficado a menos de 2 pontos percentuais do valor nacional (5,6%);
- b) Das 137 Unidades Orgânicas (UO) TEIP que têm alunos inscritos neste nível de ensino:
 - i) Mais de 32% das UO TEIP (80 UO) atingiram valores iguais ou inferiores aos registados a nível nacional;
 - ii) Quase 63% das UO TEIP (86 UO) melhoraram face ao ano anterior;
 - iii) Mais de 86% das UO TEIP (118 UO) melhoraram face à média dos 3 anos anteriores.

No Ensino Secundário (contabilizando todas as ofertas):

- a) O subuniverso TEIP registou um valor de 15,6%, tendo ficado a 1 pontos percentuais do valor nacional (14,6%);
- b) Das 58 Unidades Orgânicas (UO) TEIP que têm alunos inscritos neste ciclo de ensino:
 - i) Quase 47% das UO TEIP (27 UO) atingiram valores iguais ou inferiores aos registados a nível nacional;
 - ii) Mais de 56% das UO TEIP (32 das 57 UO⁶¹) melhoraram face ao ano anterior;
 - iii) Mais de 65% das UO TEIP (36 das 55 UO⁶²) melhoraram face à média dos 3 anos anteriores.

Ainda quanto à Medida Programa Integrado de Educação e Formação (Medida PIEF), e ao nível nacional, a taxa de retenção e desistência foi de 11,1%, (4 pontos percentuais abaixo do valor registado no ano letivo anterior e 13,6 pontos percentuais abaixo da média dos 3 anos letivos anteriores).

Em 2016/2017, 154 turmas PIEF estavam distribuídas por 95 UO (40 das quais TEIP), envolvendo 1873 alunos do 2.º e do 3.º ciclo do ensino básico (DGEstE, 2016). Quanto à taxa de retenção e desistência verificada nas turmas PIEF:

- a) O subuniverso TEIP registou um valor de 8,6% (2,5 pontos percentuais abaixo do valor nacional – 11,1%);
- b) Das 40 UO TEIP com alunos inscritos em turmas PIEF:
 - i) quase 68% das UO TEIP (27) atingiram valores iguais ou inferiores aos registados a nível nacional;
 - ii) 70% das UO TEIP (28) melhoraram face ao ano anterior;
 - iii) 95% (38) melhoraram face à média dos 3 anos anteriores (MISI, 2017).

⁶¹ N.º UO TEIP que, no ano anterior, tiveram alunos inscritos no Ensino Secundário.

⁶² N.º UO TEIP que, nos três anos anteriores, tiveram alunos inscritos no Ensino Secundário.

De acordo com o INE, I.P., a taxa de retenção em 2014 (ano 2013/2014) foi de 10%, no Ensino Básico, e de 18,5% no Ensino Secundário. Para o ano 2017 (ano letivo 2016/2017) e para o ano 2018 (ano letivo 2017/2018) foram apurados os seguintes números:

Taxa de retenção escolar*			
Ano	2014	2017	2018
Ano letivo	2013/2014	2016/2017	2017/2018
Ensino Básico	10,0%	5,5%	Sem dados
Ensino Secundário	18,5%	15,1%	Sem dados

*Fonte: INE.

Em 2017, e quanto ao Ensino Básico, registou-se um decréscimo de 45% na taxa de retenção escolar face ao ano 2014 (ano letivo 2013/2014). No Ensino secundário, o decréscimo da taxa de retenção no ano letivo de 2016/2017 foi de 18,86%.

Medida 44. Reforço da cooperação estabelecida entre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).

Ação – Atualizar o Protocolo de Cooperação assinado em 2009 entre o SEF e a ex-Direção-Geral dos Serviços Prisionais.

Indicador – 1 protocolo atualizado. **Interveniente** – MAI/SEF; MJ/DGRSP.

Calendarização – 2015

Durante os anos de 2017 e 2018, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) intensificaram o trabalho negocial tendente à consensualização dos termos de uma proposta conjunta de atualização do Protocolo de Cooperação, encontrando-se já validado por ambos organismos o texto dessa proposta, aguardando-se apenas pela melhor oportunidade para a assinatura do Protocolo.

Medida 45. Reforço da cooperação entre a DGRSP e as entidades consulares dos países de origem no apoio aos reclusos estrangeiros.

Ação – Definir metodologia de trabalho com entidades consulares.

Indicador – 10 entidades. **Interveniente** – MJ/DGRSP; MNE.

Calendarização – 2015-2020

Visando o reforço da cooperação no apoio aos reclusos estrangeiros, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) informou que, em 2018, desenvolveu uma metodologia de trabalho com as seguintes entidades:

- Consulado Geral do Brasil em Lisboa;
- Embaixada de Cabo Verde.

Em face da informação reportada, o indicador atingiu 20% de execução no ano 2018.

Medida 46. Promoção da inclusão social dos cidadãos estrangeiros que se encontram sob a tutela da DGRSP

Ação – Realizar ações de formação e de outra natureza, orientadas para cidadãos estrangeiros.

Indicador – Seis ações, em média, por ano.

Interveniente – MJ/DGRSP; M. Educação; MPMA/CIG.

Calendarização – 2015-2020

Para promover a inclusão social dos cidadãos estrangeiros que se encontram sob sua tutela, nos anos letivos que incluem o ano de 2017 e de 2018 (2017/2018 e 2018/2019) foram ministrados 15 cursos de Português para Falantes de Outras Línguas, em vários estabelecimentos prisionais do território nacional.

Estas 15 ações/cursos abrangeram um total de 180 formandos (reclusos estrangeiros), como se indica:

- No ano letivo 2017/2018 – oito ações para 109 formandos;
- No ano letivo 2018/2019 – sete ações para 71 formandos.

Prevendo o indicador a realização de seis ações, em média, por ano, o indicador foi cumprido no ano 2017 e no ano 2018.

Medida 47. Promoção de atividades culturais junto da população imigrante, em especial para a população residente em ambientes economicamente vulneráveis

Ação – Realizar anualmente um concurso nacional, enquanto ferramenta de sensibilização para a temática do Direito de Autor, junto da população imigrante residente em bairros desfavorecidos.

Indicador – 6 edições do concurso.

Interveniente – MC/IGAC; outros **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, realizou-se a atribuição dos prémios de participação na III edição da «Mostra de Autores Desconhecidos» (edição 2016/2017), em 20 de junho. O concurso teve como população-alvo os jovens em regime de acolhimento residencial em equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Casa Pia de Lisboa. A divulgação das obras premiadas pode ser consultada no *website* da Mostra⁶³.

A «Mostra de Autores Desconhecidos» foi um projeto de responsabilidade social promovido pela Inspeção Geral de Atividades Culturais (IGAC), que desafiou as mulheres e homens (com idade igual ou superior a 16 anos) criadores residentes em zonas urbanas menos favorecidas, a mostrarem as suas obras e talentos. Segundo a IGAC, este evento tem, contudo, vindo a observar ajustamentos em duas vertentes:

- Em termos de calendarização, passando a observar uma cadência bienal;
- Em termos de abrangência, passando o projeto contribuir para a inclusão social de indivíduos talentosos, enquadrados em ambientes económica e/ou socialmente menos favorecidos, através da valorização e projeção das suas obras artísticas (e não somente os residentes em bairros desfavorecidos).

Tendo em conta que a «Mostra de Autores» Desconhecidos passou a ter uma periodicidade bienal, e uma vez que os prémios da III edição foram entregues em junho, o indicador foi cumprido em 2017.

Atendendo a que a medida prevê a realização de seis edições entre 2015 e 2020, o indicador atingiu 50% de execução em 2017, com a realização de três edições do concurso.

Embora o concurso se insira nas ações de responsabilidade social da IGAC para com a comunidade, a organização sentiu a necessidade de direcionar os seus recursos para a

⁶³ Mais informação em <http://autoresdesconhecidos.pt>.

responsabilidade social interna, estando ainda a avaliar a pertinência da manutenção do concurso nos moldes em que o mesmo foi concebido ou eventualmente reconfigurá-lo. Deste modo, a edição prevista da «Mostra de Autores Desconhecidos» não se realizou em 2018.

O indicador não foi cumprido no ano 2018.

Ação – Valorizar talentos desconhecidos, provenientes de bairros desfavorecidos, junto da população imigrante residente em bairros desfavorecidos.

Indicador – Divulgação de 60 autores imigrantes desconhecidos.

Interveniente – MC/IGAC; outros **Calendarização** – 2015-2020

Nas três edições da «Mostra de Autores Desconhecidos» já realizadas (2015, 2016 e 2017), a IGAC divulgou um total de 19 autores imigrantes. Relativamente à sua origem, contabiliza-se o seguinte número de autores imigrantes:

- Cabo Verde – 11 autores
- Guiné-Bissau – 4 autores
- Moçambique – 1 autor
- Afeganistão – 1 autor
- Angola – 1 autor
- Lituânia – 1 autor

Com a divulgação de 19 autores imigrantes pela IGAC, o indicador atingiu 32% de execução em 2017.

Medida 48. Divulgação da cinematografia internacional e promoção do acesso por público estrangeiro

Ação – Desenvolver nas atividades diárias da programação regular da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, I.P., que inclui cinematografia de outros países, ciclos organizados em colaboração com embaixadas e outras entidades de representação estrangeira.

Indicador – Organização de cinco atividades anuais, em colaboração com entidades representativas de outros países.

Interveniente – M. Cultura; outros **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, foram organizados oito festivais de cinema estrangeiro, em colaboração com entidades representativas de outros países:

- *Um Século de Cinema Romeno*, em colaboração com Dacinsara e o Instituto Cultural Romeno Lisboa, em janeiro;
- Sessão Única de *Donkey Xote*, do realizador espanhol Jose Pozo, em parceria com a Embaixada de Espanha em Portugal, em janeiro;
- *Cinema Tunisino*, em colaboração com a Embaixada da Tunísia, em abril;
- *Dino Risi*, em colaboração com a *8 ½ Festa do Cinema Italiano*, em abril;
- Sessão Especial *CPLP Audiovisual*, em maio;
- *Histórias do Cinema: Peter Bagrov/Fridrikh Ermler*, em colaboração com o Gosfilmofond – Fundo Nacional de Cinema da Federação da Rússia, em setembro;
- *Jean Pierre Melville, o Samurai*, no âmbito da *18.ª Festa do Cinema Francês*, em colaboração com o Institut Français du Portugal, em outubro;
- *O Singular Cinema do Quebeque*, em colaboração com o DocLisboa e apoio do Office National du Film du Canada, National Film Board of Canada e da Cinematèque Québécoise, em outubro e novembro.

Com a realização de oito atividades, o indicador foi cumprido e superado no ano 2017.

Em 2018, realizaram-se 10 iniciativas de promoção de cinematografia estrangeira, em colaboração com entidades de outros países:

- *As Cinematecas Hoje: Fondazione Cineteca di Bologna*, em colaboração com a Fondazione Cineteca di Bologna, em fevereiro;
- *As Cinematecas Hoje: UCLA Film Television Archive*, em colaboração com a University of California, Los Angeles, em março;
- *Ciclo Marco Ferreri*, em colaboração com a *8 ½ Festa do Cinema Italiano*, em abril;
- *Ciclo Jacques Rozier*, em colaboração com o *IndieLisboa*, em abril e maio;
- *As Cinematecas Hoje: Cinémathèque Suisse*, em colaboração com a Cinemateca suíça, em junho;
- *Ciclo Martín Rejtman*, em colaboração com o Festival de Cinema Argentino, em junho;
- *Cem Anos de Cinema Polaco*, em colaboração com a Embaixada da Polónia em Portugal, em julho;
- *Henri-Georges Clouzot em Oito Filmes*, no âmbito da *18.ª Festa do Cinema Francês*, em colaboração com o Institut Français du Portugal, em outubro;
- *Ciclo Luis Ospina*, em colaboração com o DocLisboa, em outubro;
- *As Cinematecas Hoje: Cinemateca Sueca*, em colaboração com o Svenska Filminstitutet, em novembro.

Com a organização de 10 iniciativas de promoção de cinematografia estrangeira, o indicador foi cumprido e superado no ano 2018.

Ação – Realizar ações de promoção específicas para captação de público estrangeiro.

Indicador – Incremento até 20% de público estrangeiro registado.

Interveniente – Interveniente – MC/TNSJ, E.P. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, os espetáculos apresentados no Teatro Nacional de São João foram, maioritariamente, legendados em língua inglesa, de modo a permitir a frequência de público estrangeiro residente ou de visita à cidade do Porto.

Foram legendados um total de nove espetáculos: *A Noite da Iguana*; *Os Veraneantes*; *Como Ela Morre*; *al mada nada*; *Macbeth*; *O Despertar da Primavera*; *Quem tem Medo de Virginia Wolf*; *A Promessa e Fã*.

As visitas guiadas de público ao edifício do Teatro Nacional de São João (TNSJ) e ao Mosteiro de São Bento da Vitória (MSBV) foram realizadas de forma regular (de terça-feira a sábado, pelas 12h30, no TNSJ, de segunda-feira a sexta-feira, pelas 12h00 no MSBV) sem necessidade de marcação prévia e com tradução simultânea em francês, inglês e espanhol. Contabilizaram-se 408 visitas aos dois espaços, com tradução disponível.

O indicador foi cumprido em 2017.

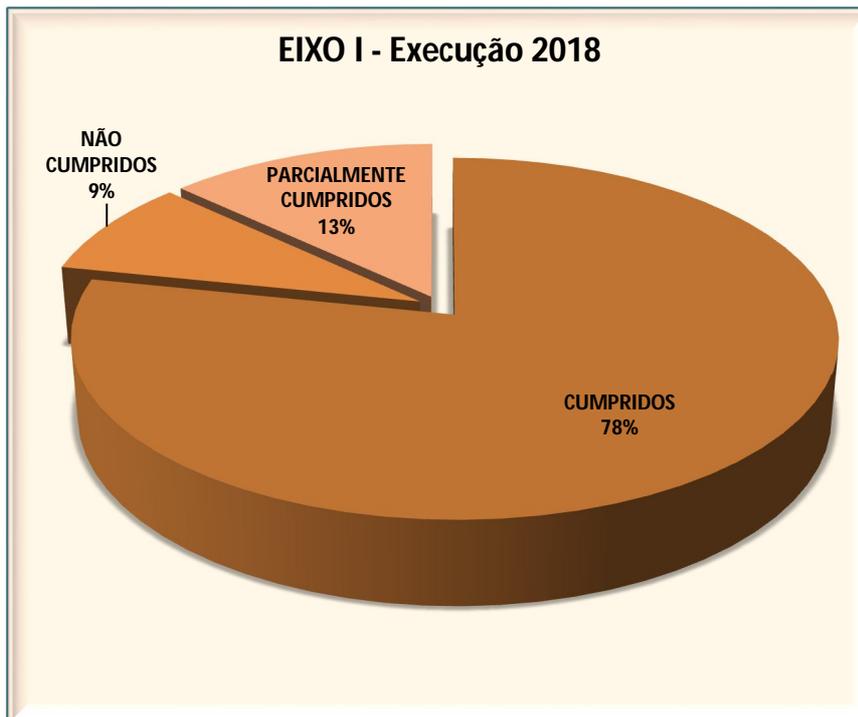
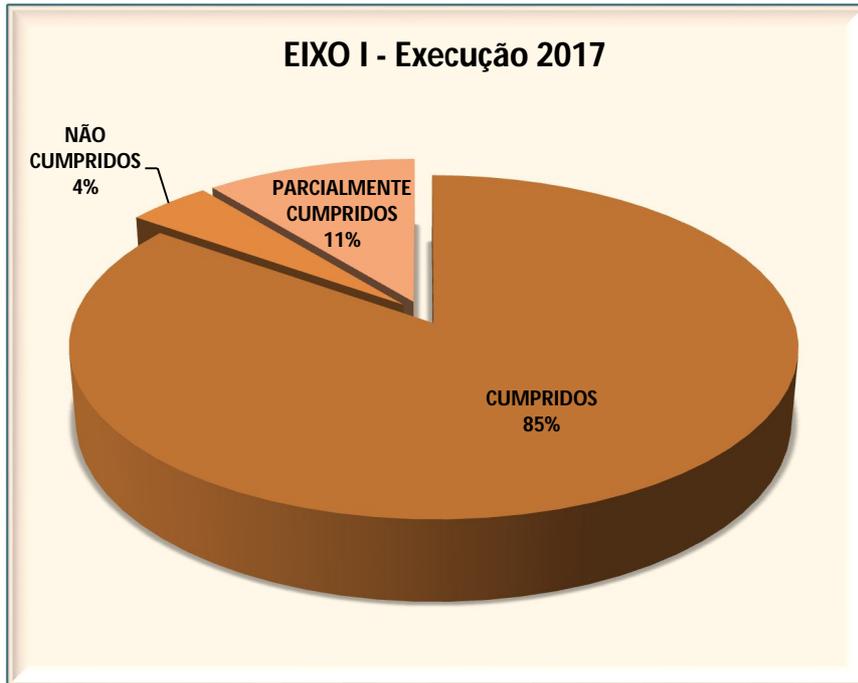
Em 2018, o Teatro Nacional São João consolidou o trabalho de legendagem de espetáculos, contribuindo para que o público estrangeiro e residente que não fala/lê língua portuguesa pudesse ter acesso a obras referenciais, clássicas e contemporâneas, do repertório dramático nacional e universal.

Legendaram-se, em língua inglesa, um total de 10 espetáculos: *Elizabeth Costello*; *Actores*; *Macbeth*; *Ivone, Princesa de Borgonha*; *A Grande Vaga de Frio, com Orlando de Virginia Woolf*; *A Meio da Noite*; *Lulu*; *Otelo*; *Do Alto da Ponte*; *Uma Noite no Futuro*.

As visitas guiadas com tradução em inglês, francês e espanhol ao Teatro Nacional São João (terça-feira a sábado, às 12:30) e ao Mosteiro de São Bento da Vitória (de segunda a sábado, às 10:30 e desde outubro também às 12:30) continuaram a realizar-se em 2018. Foram contabilizadas 517 visitas aos dois espaços.

Considerando o biénio 2017-2018, registou-se um incremento de 21% público estrangeiro (408 visitas, em 2017, e 517 visitas, em 2018), pelo que o indicador foi cumprido e superado no ano 2018.

EIXO I				
EXECUÇÃO	ANO 2017		ANO 2018	
	N.º INDICADORES	%	N.º INDICADORES	%
CUMPRIDOS	39	84,8%	36	78,3%
NÃO CUMPRIDOS	2	4,3%	4	8,7%
PARCIALMENTE CUMPRIDOS	5	10,9%	6	13,0%
TOTAL	46	100%	46	100%



EIXO II. POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DOS NOVOS NACIONAIS

Medida 51. Combate à exclusão social, escolar e profissional dos descendentes de imigrantes

Ação – Consolidação do Programa Escolhas na procura de respostas integradas a situações de exclusão social, escolar e profissional das crianças e jovens mais vulneráveis, promovendo uma integração mais efetiva.

Indicador – Taxa de sucesso escolar anual superior a 70%.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

O sucesso escolar é um indicador global do Programa Escolhas e elemento fulcral para a sua avaliação. Os projetos avaliam o sucesso escolar no âmbito dos Indicadores Globais do Escolhas, a cada ano letivo, para aferir a taxa de sucesso escolar total e a taxa de sucesso escolar regular.

A taxa de sucesso escolar total obtém-se cruzando o sucesso escolar no último ano em referência, com uma participação mínima nas várias atividades que contribuíram para esse sucesso escolar.

Em 2017, e relativamente ao ano letivo 2016/2017, o Programa Escolhas aferiu uma taxa de sucesso escolar nos seus projetos de 79%.

Em face do valor apurado, o indicador foi cumprido em 2017.

No ano 2018, foi apurada uma taxa de sucesso escolar de 81,3% nos Projetos do programa Escolhas (ano letivo 2017/2018), pelo que o indicador foi cumprido em 2018.

Ação – Consolidação do Programa Escolhas na procura de respostas integradas a situações de exclusão social, escolar e profissional das crianças e jovens mais vulneráveis, promovendo uma integração mais efetiva.

Indicador – 2000 (re)integrações escolares, em formação profissional e emprego por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

Para a leitura dos dados apurados relativamente ao número de (re)integrações escolares em formação e emprego, importa salientar que o Programa Escolhas não dispunha do indicador relativo a (re)integrações em escola, na geração vigente em 2017 (VI Geração).

Os valores apurados em 2017 remetem para as integrações em formação profissional e em emprego, sendo que estas se tratam de integrações e, não, de número de indivíduos que foram integrados:

- 1248 integrações em formação profissional;
- 1112 integrações em emprego.

Com um total de 2360 integrações, o indicador foi cumprido e superado no ano 2017.

Em 2018, os números remetem igualmente para o número de integrações em formação profissional e emprego e, não, para o número de indivíduos integrados, tendo sido apuradas:

- 1525 integrações em Formação Profissional;
- 1459 integrações em emprego.

O indicador foi cumprido e superado no ano 2018, com um total de 2984 integrações.

Medida 52. Participação de jovens descendentes em atividades desportivas

Ação – Consolidar programas de inclusão social, nomeadamente através da organização de eventos desportivos pela celebração de protocolos com entidades do setor.

Indicador – 1 evento desportivo.

Interveniente – MA/ACM, I.P.; M. Educação/IPDJ, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

Desde o ano 2011 que os projetos do Programa Escolhas participam na Corrida Mini Campeões EDP, a convite da Fundação Benfica, para promover os valores do *fair-play* e do desportivismo nos jovens.

Em 2017, realizaram-se duas Corridas Mini Campeões EDP:

- Corrida Mini Campeões EDP, no dia 18 de março, em que participaram 122 jovens de 10 projetos Escolhas. Os participantes, com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos, percorreram alguns quilómetros, numa prova com partida e chegada junto ao Museu da Eletricidade, em Lisboa, seguindo um programa adaptado a cada faixa etária: 600m (6/8 anos), 1000m (9/10 anos) e 1500m (11/13 anos). Todos os envolvidos nesta prova receberam uma medalha e uma t-shirt de participação. As crianças e jovens presentes pertenciam aos seguintes projetos: «Rotas do Bairro» - E6G e «Fazer a Ponte – E6G» de Lisboa, «Do outro lado do Bairro – E6G», da Amadora,

«INOVAR3E – E6G» e «TASSE – E6G», ambos na Moita, «Espaço, Desafios e Oportunidades – E6G», de Sintra; «Entrecul – E6G», de Oeiras, «Projeto Esperança – E6G», de Loures, e «ORIENTA-TE – E6G», de Cascais;

- Corrida Mini Campeões EDP, no dia 14 de outubro, em que participaram 195 crianças e jovens e na qual um participante do projeto Escolhas «Estás N@ Mira-EG6» alcançou o 2.º lugar, no escalão 6-8 anos. A corrida, integrada na Rock'n'Roll Maratona de Lisboa 2017, decorreu junto ao Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações, em Lisboa. Destinada a crianças entre os 6 e os 16 anos, a prova contou com partidas diferenciadas para quatro escalões etários: 6/8 anos, 9/10 anos, 11/13 anos e 14/16 anos.

Com a participação dos projetos Escolhas em duas Corridas Mini Campeões EDP, o indicador foi cumprido e superado, em 2017.

Em 2018, no âmbito do Programa Nacional de Desporto para Todos, o IPDJ, I.P. apoiou a Corrida «Juntos Contra a Fome», promovida pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Com o apoio do IPDJ, I.P., à Corrida «Juntos Contra a Fome», o indicador foi cumprido em 2018.

Indicador – 5 protocolos celebrados.

Interveniente – MA/ACM, I.P.; M. Educação/IPDJ, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

No âmbito do Programa Nacional de Desporto para Todos (PNDpT), da Semana Europeia do Desporto 2017 (EwoS) e do Programa Nacional de Ética Desportiva (PNED), o IPDJ, I.P. celebrou Protocolos de Cooperação e Contratos-programa, envolvendo mais de 15.000 pessoas em atividades regulares e pontuais, com as seguintes entidades:

- Associação de Atletismo de Lisboa;
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Associação Balodiren;
- ACM-YMCA Setúbal;
- Clube Náutico da Boa Esperança;
- Associação de Academia de Johnson Semedo;
- Associação Jorge Pina;

- Associação *Lifeshaker*.

Com a celebração de oito protocolos de cooperação e contratos-programa por parte do IPDJ, I.P., o indicador foi cumprido no ano 2017.

Em 2018, o IPDJ, I.P. apoiou os seguintes projetos, no âmbito do seu Programa Nacional de Desporto para Todos:

- Projeto «Futebol de Rua», promovido pela Associação CAIS, que contou com 1221 participantes de 116 entidades. O projeto destina-se a homens e mulheres, sem qualquer restrição no que concerne a nacionalidade, raça, religião, que se encontrem em situação de fragilidade e/ou exclusão social. Apoio no âmbito do Programa Nacional de Desporto para Todos do IPDJ, I.P.;
- Projeto «Andebol 4All», da Federação de Andebol de Portugal, que tem como objetivo a implantação e promoção do Andebol junto de todos os cidadãos, independentemente da sua condição.

Com o apoio do IPDJ, I.P. a projetos desportivos, o indicador foi cumprido no ano 2018.

Medida 53. Inclusão digital

Ação – Dinamizar espaços vocacionados para o acesso a atividades ocupacionais e de desenvolvimento de competências, cursos de iniciação às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), num mínimo de oito horas por semana, e atividades de apoio ao sucesso escolar e à empregabilidade.

Indicador – 30.000 certificados no domínio das TIC.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

Nos Centros de Inclusão Digital dos projetos financiados pelo Programa Escolhas, funcionam anualmente cursos de iniciação às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Em 2017, no âmbito dos Currículos de Literacia Digital disponibilizados gratuitamente pela *Microsoft*, foram emitidos 5.677 certificados (Diplomas de Competências Básicas).

Em 2018, foram emitidos 6.037 certificados.

O indicador prevê a entrega de 30.000 certificados no domínio das TIC até 2020. Entre 2015 e 2017, contabilizaram-se 16.622 certificações (7.093, em 2015; 3.852, em 2016, 5.677, em 2017 e 6.037 certificados, em 2018).

No ano 2018, o indicador atingiu 76% de execução.

Indicador – 50.000 participantes.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

A medida prevê também que, pelo menos, 50.000 jovens frequentem cursos de iniciação às TIC durante a vigência do PEM.

Atendendo a que as Gerações do Programa Escolhas englobam mais do que um ano civil, não foi possível apurar, para 2017 e 2018 isoladamente, o número de participantes nos cursos de iniciação às TIC. Desde o final da 6.^a Geração do Programa Escolhas (E6G), que abrange o ano 2016 e 2017 e até ao final do ano 2018, participaram nos cursos de literacia digital 27.216 jovens. De ressaltar que há casos em que os jovens podem ter participado em mais do que um curso.

Com 27.216 participantes entre os anos 2016 e 2018 e 21.440 participantes na E5G (que abrange o ano 2015), o indicador atingiu 97% de execução em 2018.

Ação – Promoção da inclusão digital (*learn by doing*) através do atendimento digital assistido para serviços públicos.

Indicador – Aumentar em 25% a utilização dos serviços públicos eletrónicos.

Interveniente – MPMA/AMA, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

Os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa e do Norte (Porto) dispõem de um Espaço do Cidadão (EC), onde é possível aos cidadãos migrantes aceder a serviços e sub-serviços da Administração Pública, recorrendo ao atendimento digital assistido (*learn by doing*).

Em 2017, os EC dos CNAIM de Lisboa e do Norte dispunham de atendimento digital assistido para os seguintes serviços públicos:

- ADSE, I.P.;
- Agência para a Modernização Administrativa, I.P.;
- Caixa Geral de Aposentações;
- Direção-Geral das Atividades Económicas;
- Direção-Geral do Consumidor;
- Direção-Geral do Ensino Superior;

- Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.;
- Inspeção-Geral das Atividades Culturais;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.;
- Instituto da Segurança Social, I.P.;
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Serviços Partilhados do Ministério da Saúde;

Entre 2015 e 2017, verificou-se um aumento anual do número de atendimentos nos EC muito acima dos 25%, como estabelece o indicador. No CNAIM de Lisboa, registou-se um aumento de 331% de atendimentos e, no CNAIM do Norte, um aumento de 3395%, no mesmo período, conforme os valores apurados pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA, I.P.):

Rótulos de Linha – Espaço do Cidadão	2015	2016	2017	Total Geral
CNAIM de Lisboa	681	789	2.252	3.722
CNAIM do Norte (Porto)	40	384	1.358	1.782
Total geral	721	1.173	3.610	5.504

Prevendo o indicador o aumento em 25% da utilização dos serviços públicos eletrónicos por parte dos cidadãos migrantes, no período compreendido entre 2015 e 2020 (vigência do PEM), considera-se o indicador cumprido e largamente superado, em face os valores apurados.

Medida 54. Bolsas de estudo para jovens universitários

Ação – Atribuir bolsas de estudo a jovens universitários, residentes em territórios vulneráveis, procurando evitar o abandono neste ciclo de estudos.

Indicador – 50 bolsas por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

Sendo um dos objetivos do Programa Escolhas o apoio à inclusão escolar dos jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, é anualmente lançada uma edição do OPRE – Programa Operacional de Promoção da Educação – OPRE.

Esta é uma iniciativa do Programa Escolhas, em parceria com a Associação Letras Nómadas e com a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e

Homens, e dirige-se a jovens estudantes do ensino superior provenientes das comunidades ciganas.

Em 2017, foram atribuídas 32 bolsas de estudo a estudantes universitários, no âmbito do OPRE. Além da bolsa anual de 1.500 euros, os estudantes beneficiaram de apoio técnico especializado, em matéria de sensibilização e mediação familiar, assim como de acompanhamento e tutoria por parte de especialistas na área da integração escolar das comunidades ciganas.

Prevendo o indicador a atribuição de 50 bolsas por ano, considera-se que o indicador foi parcialmente cumprido, no ano 2017, com uma taxa de execução de 64%.

Em 2018, foram atribuídas 33 bolsas de estudo a estudantes universitários, pelo que o indicador atingiu uma taxa de 66% de execução nesse ano.

Medida 55. Promoção da atribuição de nacionalidade portuguesa, nomeadamente entre descendentes de imigrantes

Ação – Criar mecanismos de valorização da atribuição da nacionalidade portuguesa, promovendo os valores da cidadania.

Indicador – Criar momentos cerimoniais, incluindo envio de carta no momento de obtenção da nacionalidade.

Interveniente – MA/ACM, I.P.; MJ/IRN, I.P.; municípios. **Calendarização** – 2015-2020.

Para promover a atribuição da nacionalidade portuguesa, nomeadamente entre descendentes de imigrantes, o indicador estabelece a criação de mecanismos de valorização da atribuição da nacionalidade portuguesa e da cidadania. Assim, prevê-se o envio de carta no momento de obtenção da nacionalidade.

A Conservatória dos Registos Centrais (CRC) apurou os seguintes dados:

- Em 2017, foram enviadas 46.602 cartas;
- Em 2018, foram enviadas 68.084 cartas.

Face ao número de cartas enviadas em 2017 e em 2018, o indicador foi cumprido nos dois anos em análise.

Indicador – Criação de grupo de trabalho com a adesão de 15 jovens novos nacionais por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017 e em 2018 o indicador não foi executado.

Medida 56. Apoio à criação de soluções de empreendedorismo económico e social pelos descendentes de imigrantes

Ação – Promover concurso anual de ideias para jovens.

Indicador – 30 projetos anualmente concretizados.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P., M. Educação/IPDJ, I.P.; outros. **Calendarização** – 2015-2020.

No âmbito das atividades dos projetos da 6.^a Geração do Programa Escolhas (E6G), que abrangeu os anos 2016, 2017 e 2018, foram criadas 293 iniciativas empreendedoras⁶⁴, das quais:

- 78 iniciativas empreendedoras, no ano 2017;
- 120 iniciativas empreendedoras, no ano 2018.

Apesar de não se ter realizado um concurso de ideias para jovens, foram desenvolvidas iniciativas empreendedoras nos projetos do Programa Escolhas durante o biénio em análise, pelo que se considera o indicador cumprido em 2017 e em 2018.

Medida 57. Capacitação dos descendentes de imigrantes para a participação cívica e política

Ação – Criar um programa anual de capacitação, de forma a dar a conhecer os órgãos de soberania portugueses, bem como dos países de origem, reforçando a participação política e social.

Indicador – Realização de um curso por ano, com o envolvimento de 20 formandos por ano.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, um total de 72 jovens participaram na 4.^a edição da Academia de Líderes Ubuntu, entre eles jovens dos projetos Escolhas descendentes de imigrantes. A Academia é um

⁶⁴ Cf. Relatório de Atividades do ACM, I.P., p. 82, disponível em: https://www.acm.gov.pt/documents/10181/43252/ACM_RA_2018_int.pdf/8d509b19-e765-48b0-8e6f-c97a4f241cac.

programa de capacitação cívica e política, promovido pelo Instituto António Padre Vieira (IPAV), e que tem o ACM, I.P., através do Programa Escolhas, como um dos seus parceiros.

Com uma abrangência nacional, a Academia de Líderes Ubuntu destina-se a jovens entre os 18 e os 35 anos e cada edição anual tem a duração de 10 fins-de-semanas. É «um projeto de educação não formal, dirigido a jovens com elevado potencial de liderança, provenientes de contextos vulneráveis ou com intenção de vir a atuar nesses mesmos contextos. Alicerçada na metodologia Ubuntu, tem o objetivo de, a partir do modelo de liderança servidora e da inspiração de figuras como Nelson Mandela, Martin Luther King, Gandhi, Aung San Suu Kyi ou Aristides Sousa Mendes, desenvolver as competências sociais e cívicas dos participantes para que se possam transformar em agentes de mudança ao serviço da comunidade, ajudando a construir um mundo mais justo e solidário»⁶⁵.

Com o envolvimento de 72 jovens na Academia Ubuntu, o indicador foi cumprido e superado em 2017.

Em 2018, um total de 12 jovens participou na Academia Ubuntu, pelo que o indicador atingiu 60% de execução nesse ano.

Medida 58. Apoio à transição dos descendentes para o mercado de trabalho.

Ação – Implementar medidas de fomento da responsabilidade social das empresas, no sentido de acolher em estágio e ou emprego jovens descendentes qualificados.

Indicador – 50 experiências anuais com efetiva colocação em posto de trabalho.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P., e outros. **Calendarização** – 2015-2020.

Uma das medidas para a inclusão social de jovens descendentes do Programa Escolhas é a realização de estágios em contexto laboral com possibilidade de colocação em posto de trabalho.

No ano 2017, e no âmbito dos projetos locais do Programa Escolhas, foram integrados em estágio profissional ou emprego 365 jovens adultos. Contudo, não foi possível aferir quantos são descendentes de imigrantes.

Prevendo o indicador a realização de 50 experiências anuais com efetiva colocação em posto de trabalho, considera-se o indicador cumprido e superado, em 2017.

⁶⁵ Mais informação sobre a Academia de Líderes Ubuntu, em: <http://pontesubuntu.org/>.

No ano 2018, foram contabilizadas 614 (re)integrações em formação e emprego. Nestas integrações, incluem-se igualmente as repetições, ou seja, aqueles casos em que um mesmo indivíduo possa ter sido encaminhado e integrado.

O indicador foi cumprido e superado em 2018.

Medida 59. Consolidação do Programa *SEF em Movimento* e seus subprogramas e alargamento do programa às questões de reinserção social e proteção de menores em risco

Ação – Facilitar o relacionamento com os grupos vulneráveis de cidadãos, propiciando um atendimento e acompanhamento individualizado, salvaguardando os direitos fundamentais e oportunidades de inclusão na sociedade.

Indicador – Dois protocolos.

Interveniente – MAI/SEF, MJ/DGRSP; M. Educação; Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco e Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; municípios.

Calendarização – 2015-2020.

No âmbito do programa *SEF em Movimento*, o SEF celebrou um protocolo com a Câmara Municipal de Alenquer, para dar apoio à legalização e integração no mercado de trabalho das comunidades migrantes residentes no concelho. Além do atendimento a migrantes, o protocolo prevê a realização de ações de esclarecimento.

Com a assinatura de um protocolo, no âmbito do programa *SEF em Movimento*, o indicador atingiu 50% de execução.

Indicador – Seis relatórios de avaliação.

Interveniente – MAI/SEF, MJ/DGRSP; M. Educação; Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) e Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); municípios.

Calendarização – 2015-2020.

Os dados relativos aos programas *SEF em Movimento* e *SEF vai à Escola* são publicados anualmente no Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (RIFA).

Em 2017, beneficiaram do programa *SEF em Movimento* um total de 716 cidadãos estrangeiros, mediante a tramitação dos procedimentos de concessão de autorização de residência;

O programa *SEF vai à Escola* beneficiou 168 estudantes estrangeiros na sua regularização, potenciando a respetiva integração através da prevenção da exclusão social e escolar e salvaguardando o percurso no sistema de ensino e futura integração laboral.

Em 2018, beneficiaram do programa *SEF em Movimento* um total de 120 cidadãos estrangeiros, no âmbito do protocolo de cooperação com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, e tendo em vista a agilização da resolução da situação documental e reinserção social;

O programa *SEF vai à Escola* beneficiou 225 estudantes estrangeiros.

Em face dos dados apresentados, considera-se o indicador cumprido nos dois anos em análise.

Ação – Divulgar programas SEF em Movimento e SEF vai à Escola.

Indicador – N.º de participantes nas ações de sensibilização/formação.

Interveniente – MAI/SEF; MJ-DGRSP; CNPCJR; CPCJ; M. Educação **Calendarização** – 2015-2020.

Realizadas em colaboração com o Ministério da Educação e da Ciência, as ações de sensibilização e formação do programa *SEF em Movimento* e *SEF Vai à Escola* são dirigidas a jovens imigrantes em situação irregular que frequentam estabelecimentos de ensino.

A relevância do projeto *SEF Vai à Escola* assenta no facto de ser potenciador da integração dos jovens imigrantes, minoração da exclusão social e escolar da população estudante estrangeira, permitindo a prevenção de eventuais condutas desviantes no momento da transição da minoridade para a maioridade, quer em termos de percurso no ensino superior, quer na integração laboral.

Em 2017, o SEF contabilizou um total de 400 formandos em ações dos programas *SEF em Movimento* e *SEF vai à Escola*, pelo que o indicador foi cumprido nesse ano.

Em 2018, e conforme se indicado no Relatório de Anual de Segurança Interna (IASI) 2018, no âmbito da cooperação com entidades locais da sociedade civil, prevista no programa *SEF Vai à Escola*, foram realizadas 54 ações, beneficiando 274 cidadãos estrangeiros, pelo que o indicador também foi cumprido nesse ano.

Indicador – Desenvolvimento de sítio eletrônico para o *SEF em Movimento*.

Interveniente – MAI/SEF; MJ-DGRSP; CNPCJR; CPCJ; M. Educação **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2018, o projeto foi concluído no mês de julho, tendo sido implementadas novas funcionalidades a 80%.

O indicador foi cumprido e ficou concluído no ano 2018.

EIXO II				
EXECUÇÃO	ANO 2017		ANO 2018	
	N.º INDICADORES	%	N.º INDICADORES	%
CUMPRIDOS	9	75,0%	8	57,1%
NÃO CUMPRIDOS	1	8,3%	1	7,2%
PARCIALMENTE CUMPRIDOS	2	16,7%	5	35,7%
TOTAL	12	100%	14	100%



EIXO III. POLÍTICA DE COORDENAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Medida 62. Promoção da atração e mobilidade no ensino superior

Ação – Ampliar a Plataforma ISU – Interface SEF – Universidades a todos os estabelecimentos de ensino superior público, de forma a garantir a qualidade e celeridade na tramitação dos procedimentos tendentes à concessão de título de residência a estudantes internacionais, de modo a agilizar o procedimento de inscrição dos estudantes internacionais nos estabelecimentos de ensino.

Indicador – Atingir 70% de taxa de cobertura de estabelecimentos de ensino superior integrados na Plataforma ISU – Interface SEF.

Interveniente – MAI/SEF; CRUP; estabelecimentos de ensino superior. **Calendarização** – 2018.

Em 2017, o SEF informou que a medida foi substituída no SIMPLEX pela Medida 119 – Via rápida para Estudantes, e cujo prazo de implementação é o quarto trimestre do ano 2019.

Face à calendarização prevista (2018), o indicador não foi cumprido.

Ação – Criar uma plataforma comum de comunicação entre os diversos organismos e instituições envolvidos neste processo.

Indicador – Lançamento da plataforma de comunicação *online*, através de um grupo de trabalho, para a agilização dos procedimentos de concessão de vistos a estudantes, num prazo de três anos.

Interveniente – MAI; MNE; MCTES/DGES; CRUP; Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos; Ass. Portuguesa de Ensino Superior Privado.

Calendarização – 2015-2017.

Em 2017, não foi reportada informação sobre a criação da plataforma de comunicação *online*. Uma vez que a calendarização do indicador terminava em 2017, considera-se o indicador não cumprido no prazo previsto.

Medida 63. Promoção da imagem de Portugal no exterior

Ação – Criar um plano de comunicação para a atração de migrantes (imagem, suportes, conteúdos, etc.) através da informação e sensibilização sobre direitos e deveres, procedimento de obtenção de autorização de residência/reagrupamento familiar, condições de vida, emprego, investimento, acesso a cuidados de saúde, regimes de segurança social, entre outros aspetos no sentido de facilitar a futura integração na sociedade portuguesa.

Indicador – Concretização de dois *roadshows* anuais.

Interveniente – MNE/DGACCP; MPMA/ACM, I.P.; MAI/SEF; VPM/AICEP, E.P.E; MTSSS/ISS, I.P.

Calendarização – 2015-2018

Em 2017 e em 2018 não foram realizados *roadshows*. O indicador não foi cumprido nesses dois anos.

Indicador – Disseminação anual de produtos e de conteúdos.

Interveniente – MNE/DGACCP; MPMA/ACM, I.P.; MAI/SEF; VPM/AICEP, E.P.E; MTSSS/ISS, I.P.

Calendarização – 2015-2018

O ACM, I.P. promove o país como destino para investidores e empreendedores estrangeiros no seu *website*, tanto em Língua Portuguesa como em Língua Inglesa, disseminando, em permanência, informação atualizada.

Na página em Inglês, no *link* «Entrepreneurship»⁶⁶ (separador «Investing») é disponibilizada a seguinte informação geral e procedimentos para os migrantes que queiram investir ou criar empresas no País:

- Porquê investir em Portugal;
- Como pedir um visto de residência para trabalhadores independentes ou empreendedores;
- Como obter uma autorização de residência para investidores;
- Programas de empreendedorismo imigrante;
- Contactos úteis – associações de empreendedores e *start-ups* portuguesas;
- Projetos de financiamento à criação de empresas e apoio especializado a empreendedores.

⁶⁶ Ver <http://www.acm.gov.pt/empreender>.

As principais questões relativas à integração na sociedade portuguesa estão disponíveis na página inicial do *website* do ACM, I.P., no separador «Living»⁶⁷. Neste separador é prestada informação sobre:

- Inscrição no Serviço Nacional de Saúde e na Segurança Social;
- Reagrupamento familiar;
- Abertura de uma conta bancária;
- Acesso à habitação;
- Aprendizagem da Língua Portuguesa;
- Carta de condução;
- Recenseamento eleitoral, entre outros.

Tendo em conta que o indicador se refere à disseminação de conteúdos que promovam a futura integração na sociedade portuguesa, entre os anos 2015 e 2018, considera-se o indicador cumprido, nos anos 2017 e 2018, em face da informação disponibilizada pelo ACM, I.P., em Língua Portuguesa e em Língua Inglesa.

Medida 64. Caraterização e identificação das principais necessidades, áreas de interesse e especificidades de cada país de origem

Ação – Apoiar o desenvolvimento de políticas e medidas que permitam o cruzamento entre as necessidades dos países de origem, potenciando a negociação de acordos para promoção do desenvolvimento socioeconómico e da capacidade diplomática.

Indicador – Elaboração de cinco estudos relativos a cada país de origem e conceção de suporte gráfico.

Interveniente – MAI/SEF; MNE/DGACCP. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2018, foram elaborados cinco relatórios anuais, no âmbito da atividade dos cinco Oficiais de Ligação que o SEF mantém (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Senegal).

A DGACCP assinou Memorandos de Entendimento para Mobilidade Jovem, atualmente em vigor com a Argentina, Canadá, Chile, Japão, Nova Zelândia e República da Coreia. Estão também em ponderação acordos bilaterais sobre «contingentes de promoção do emprego» com a Moldávia e Marrocos.

Com a elaboração de cinco relatórios, o indicador foi executado em 2018.

Ação – Colocar oficiais de ligação de imigração junto das embaixadas dos países de origem relevantes.

Indicador – Seis países com oficiais de ligação e imigração colocados por ano.

Interveniente – MAI/SEF; MNE/DGACCP. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, o SEF assegurou a presença de Oficiais de Ligação de Imigração (OLI) em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Senegal. Nesse ano, foi também designado um novo Oficial de Ligação REPER, em Bruxelas.

Considera-se o indicador cumprido com a manutenção de seis Oficiais de Ligação e a designação de um novo OLI, em Bruxelas, no ano 2017.

Em 2018, o SEF manteve os cinco OLI que tinha nos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau e Senegal.

Com a manutenção de cinco OLI, o indicador atingiu 83% de execução, no ano 2018.

Medida 65. Continuidade do VIS – Sistema de Informação de Vistos.

Ação – Garantir os níveis esperados de performance do sistema, mediante a modernização tecnológica dos centros emissores de vistos.

Indicador – 80% utilização do VIS até 2017.

Interveniente – MNE/DGACCP; MAI/SEF. **Calendarização** – 2015-2020.

Apesar de o indicador já ter sido executado, a DGACCP informou que, ao nível da União Europeia, está a ser definida uma estratégia de interoperabilidade de todos os sistemas de informação relacionados com a entrada, saída e permanência de cidadãos de Estados terceiros no território Schengen. Foi também lançado o Portal de Vistos⁶⁸, que possibilita o pedido de vistos *online*.

⁶⁸ Portal de Vistos: www.vistos.mne.pt.

Medida 68. Potenciar a mobilidade de nacionais de países terceiros que viajam frequentemente para Portugal, através do sistema eletrónico de pré-registo de viagem.

Ação – Criar um sistema comum automatizado para circulação de cidadãos, designadamente oriundos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, através do sistema de pré-registo de viagem.

Indicador – Data de entrada em funcionamento da nova plataforma.

Interveniente – MAI/SEF; MNE/DGACCP. **Calendarização** – 2015-2020.

Apesar de o indicador ter sido cumprido em 2016, com a implementação do RAPID4ALL nas partidas internacionais do aeroporto de Lisboa, o SEF informou que, desde o ano 2017, está disponível uma plataforma de pré-registo para cidadãos angolanos, estando também previsto implementar o mesmo sistema para cidadãos brasileiros.

O RAPID4ALL pode ser utilizado por cidadãos estrangeiros nacionais de nove países, isentos de visto (e que não tenham excedido o período de permanência autorizado), nomeadamente: Austrália, Brasil, Canadá, Estados Unidos da América, Japão, República da Coreia, Nova Zelândia, Singapura e Venezuela, assegurando a aplicação da lei nacional e europeia relativa ao controlo de saída destes cidadãos.

Ação – Celebrar acordos com estados terceiros relevantes, tendentes à agilização e facilitação dos procedimentos de emissão de vistos.

Indicador – N.º de acordos de agilização celebrados.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a competência para celebrar acordos de agilização de vistos de curta duração é da União Europeia, no âmbito da política comum de vistos. Para os vistos nacionais, a «agilização e facilitação dos procedimentos de emissão de vistos» é obtida pelo Decreto Regulamentar 9/2018, de 11 de setembro.

A nível nacional, a agilização e facilitação dos procedimentos de emissão de vistos foi concretizada com a alteração ao Decreto Regulamentar supramencionado.

Medida 69. Qualificação-Vistos

Ação – Qualificar e formar os intervenientes nos procedimentos de concessão de vistos, incidindo especialmente no domínio do Código de Vistos, documentação de identificação e viagem, conhecimento tecnológico dos operadores nos locais e de suporte.

Indicador – 70% de pessoal formado, nas fronteiras, até 2016.

Interveniente – DGACCP/MNE; MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

De acordo com o MNE, no que respeita ao pessoal dos postos consulares que se dedicam à tramitação de vistos, existe formação *online* e toda a informação pertinente é objeto de divulgação imediata aos postos consulares.

No que se refere à formação especializada aos postos consulares, foram realizadas 12 missões de formação em 2018, prevendo-se realizar quatro a cinco missões de formação, por ano, até 2020.

Relativamente ao SEF, entre 2015 e 2018, um total de 65,9% dos colaboradores intervenientes nos procedimentos de concessão de vistos receberam formação tecnológica.

Prevendo o indicador 70% de pessoal na fronteiras formado, o indicador atingiu 94% de execução no ano 2018.

Embora o indicador estabelecesse a sua execução até ao ano 2016, o SEF prevê alcançar a meta estabelecida até ao ano 2020.

Medida 70. Promoção das melhores práticas identificadas no âmbito do Centro Comum de Vistos na Praia – Cabo Verde.

Ação – Alargar a rede de cooperação local a outros intervenientes.

Indicador – N.º de ações de sensibilização, divulgação e promoção da atividade desenvolvida.

Interveniente – MNE/DGACCP; MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2018, através do seu Oficial de Ligação em Cabo Verde, o SEF cooperou ativamente, em ações de diversa natureza, com o Centro Comum de Vistos na deteção de documentação de origem fraudulenta e na prevenção da imigração ilegal.

No que respeita à DGACCP, a cooperação local entre os Estados-membros, no âmbito Schengen, é particularmente importante. A cooperação Schengen local conta com a

participação dos Postos Consulares portugueses, embora a coordenação corresponda à Delegação da União Europeia.

Considera-se o indicador cumprido em 2018.

Medida 71. Qualificação e formação dos intervenientes nos procedimentos no âmbito do controlo de fronteiras, direitos fundamentais e fraude documental, em acordo com o Quadro Comum de Formação da Agência Europeia de Gestão das Fronteiras Externas (FRONTEX)

Ação – Dotar todos os elementos intervenientes do SEF com conhecimentos, para melhorar a prestação do serviço ao cidadão e promover a salvaguarda da segurança interna.

Indicador – 90% do efetivo CIF/SEF com ações de formação na Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF (CIF).

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

Entre 2015 e 2018, um total de 65,72% de colaboradores da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF participaram em ações de formação.

Considerando que o indicador prevê que 90% dos efetivos devam receber formação na Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF (CIF) até 2020, o indicador atingiu 73% de execução no ano 2018.

Medida 72. Promoção do conhecimento para melhor atuação segundo o modelo de gestão integrada de fronteiras (IBM – *Integrated Border Management Model*), centralizando a informação técnica e operacional

Ação – Dinamizar o Centro de Situação de Fronteiras (CSF), nomeadamente pela recolha, tratamento e análise de informação sobre fronteiras, permanência e regresso, assim como a elaboração de documentos tendentes ao direcionamento da atividade operacional para as principais tendências e riscos.

Indicador – 1 terminal de acesso ao *European Border Surveillance System* (EUROSUR) disponibilizados no CSF.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2018, o terminal de acesso ao EUROSUR ainda não se encontrava implementado, mas o SEF informou já existir uma proposta para o processo de instalação do terminal, pelo que se considera o indicador em execução.

Indicador – N.º de produtos que auxiliem a tomada de decisão relativamente ao risco migratório.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

O SEF elabora relatórios sobre as principais tendências e riscos, como meio auxiliar na tomada de decisão relativamente ao risco migratório.

Em 2017, foram elaborados 17 Relatórios de Análise de Risco/Ameaça.

Em 2018, foram produzidos cinco relatórios de Análise de Risco/Ameaça, dos quais quatro com caráter trimestral e um relatório com caráter anual.

O indicador foi cumprido no ano 2017 e no ano 2018.

Medida 73. Participação de elementos nas operações promovidas pela Agência Europeia FRONTEX.

Ação – Prevenir, detetar e combater a entrada ilegal de cidadãos estrangeiros, em particular no que refere ao auxílio à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos.

Indicador – 80% taxa de participação nas operações: operações com participação portuguesa/operações previstas.

Interveniente – MAI/SEF; MPMA/CIG **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, um total de 88% das operações desencadeadas pela Agência Europeia Frontex, de combate à entrada ilegal de cidadão estrangeiros, contaram com participação portuguesa.

No ano 2018, a taxa de participação portuguesa nas operações da Agência Europeia Frontex foi igualmente de 88%.

O indicador foi cumprido e superado em 2017 e em 2018.

Medida 74. Agilização dos procedimentos de controlo de fronteiras e reforçar a troca de informação no contexto da gestão integrada de fronteiras, através da gestão tecnológica das fronteiras

Ação – Atualizar o Sistema RAPID às fronteiras marítimas relevantes e ampliar a capacidade na utilização da fronteira eletrónica e reduzir o tempo de passagem na fronteira.

Indicador – Quatro postos de fronteira com o Cartão do Cidadão (CC) instalado.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

O projeto PT/2018/FSI/394 – RAPID Última Geração, está a decorrer desde outubro de 2017, não obstante algumas decisões funcionais do projeto serem anteriores. O projeto encontra-se em fase de definição dos requisitos técnicos necessários para a implementação plena das *e-gates*, nomeadamente na análise das infraestruturas físicas de todos os pontos de fronteira, bem como os seus níveis de serviço. Encontram-se ainda em preparação todas as peças que compõem o Caderno de Encargos para a Locação das *e-gates*.

Nesta fase, o SEF encontra-se condicionado, no que concerne ao desenvolvimento do projeto, pela eventual saída do Reino Unido da UE (Brexit), e da qual poderão emergir diversos constrangimentos quanto a esta matéria.

Contudo, o posto de fronteira de Lisboa já dispõe de Cartão de Cidadão instalado, pelo que o indicador atingiu 25% de execução.

Ação – Desenvolver a interoperabilidade entre os vários sistemas de controlo de fronteira externa e de vistos existentes e a desenvolver (PASSE-Entry/Exit System (EES), RAPID-Automated Border Control (ABC), Visa Information System (VIS), Advance Passenger Information System (APIS), Schengen Information System II (SIS II), International Criminal Police Organization (Interpol), European Police Office (Europol), Registered Traveller Programme (RTP), considerando as especificações da União Europeia.

Indicador – 80% de execução.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2016-2020.

Em 2017, o SEF reportou a implementação da interoperabilidade do sistema de controlo fronteiras com recurso ao *Advance Passenger Information System (APIS)*, ao *Schengen Information System II (SIS II)*, ao Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Documentalmente (RAPID), Interpol/Documentos.

Em 2018, além dos sistemas de controlo de fronteiras reportados em 2017, o SEF reportou a implementação da interoperabilidade do Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) e Europol/Documentos

Com a implementação da interoperabilidade dos sistemas referidos o indicador foi cumprido e ficou concluído no ano 2018.

Medida 77. Desenvolvimento e otimização do SIISEF

Ação – Garantir a manutenção e eficiência do SIISEF, promovendo a interoperabilidade com outros sistemas e ferramentas de análise de informação.

Indicador – Elaboração de relatório anual sobre as necessidades evolutivas.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017 e em 2018, foram elaborados relatórios anuais sobre o SIISEF, pelo que o indicador foi cumprido nos dois anos em análise.

Indicador – Implementação de medidas evolutivas/corretivas evidenciadas nos relatórios anuais.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

De acordo com o SEF, as medidas evolutivas e corretivas são implementadas anualmente e tendo em conta as necessidades apuradas, em sede de relatório. Estas alterações decorrem da necessidade de uma contínua melhoria das funcionalidades da própria aplicação, bem como das decorrentes das sucessivas alterações legislativas, implicando um constante Upgrade das plataformas.

O indicador foi cumprido, nos anos 2017 e 2018.

Ação – Agilizar o modelo de troca de informação sobre cidadãos estrangeiros no âmbito da colaboração interinstitucional.

Indicador – Desenvolvimento e implementação do novo modelo de troca de informação.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2018, entrou em funcionamento uma plataforma de interoperabilidade de informação criminal entre as polícias e forças de segurança.

O indicador foi executado em 2018.

Medida 78. Desenvolvimento de instrumentos de emissão, verificação e validação de vistos nos postos de atendimento e de fronteira do SEF e centros de cooperação policial e aduaneiros (controles móveis) – VISAMOBILE – no âmbito da cooperação policial direta, adotando um equipamento móvel capaz de proceder à verificação e emissão de vistos e títulos de residência.

Ação – Permitir a verificação documental, datiloscópica e de segurança em tempo real, bem como a recolha de elementos tendentes à concessão e emissão de títulos de residência e vistos.

Indicador – Início de testes com um protótipo.

Interveniente – MAI/SEF ; INCM, S.A. **Calendarização** – 2017-2020.

Em 2018, procedeu-se ao lançamento do procedimento para o Projeto de Identificação para verificação de procedimentos no controlo, denominado SEF Mobile.

Considera-se o indicador em execução.

Medida 79. Promoção do conhecimento sobre a dimensão do regresso (pré-regresso e regresso coercivo, voluntário e assistido)

Ação – Realizar um estudo sobre o retorno voluntário em Portugal.

Indicador – Realização de estudo bienal.

Interveniente – MAI/SEF; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Os estudos são realizados, anualmente, pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) com a colaboração do SEF, como é o caso do «Estudo do Modelo Português da detenção administrativa e a sua conformidade com os padrões de direitos humanos aplicáveis». Nos relatórios do SEF, RASI e RIFA, encontra-se uma súmula dos mesmos.

Em face da informação reportada, considera-se o indicador executado no ano 2018.

Ação – Promover ações de sensibilização relativas às alternativas à detenção no contexto do regresso, destinadas a operadores policiais e judiciais; promover ações de sensibilização sobre a dimensão regresso para atores relevantes (técnicos sociais, comunicação social, juristas, etc.)

Indicador – Seis ações por ano.

Interveniente – MAI/SEF; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, foi aprovado o projeto «Promoção dos Standards de Direitos Humanos na Unidade Habitacional de Santo António – UHSA, Porto», com a duração de 20 meses, de que o SEF é parceiro e cofinanciador. Este projeto visa a realização de ações de formação em articulação OIM/SEF.

Contudo, em 2017 não se realizaram ações de formação, pelo que o indicador não foi cumprido nesse ano.

Em 2018, o SEF realizou um total de três ações sobre migrações e saúde – em março, outubro e novembro. Colaborou ainda com a OIM no *workshop* «Alternativas à detenção administrativa», no âmbito do projeto «Promoção dos *standards* de Direitos Humanos na Unidade Habitacional de Santo António – UHSA», que se realizou na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no dia 9 de novembro.

Com a realização de quatro ações, o indicador atingiu 67% de execução, no ano 2018.

Medida 80. Melhoria da qualidade e capacidade de instalação de nacionais de países terceiros em situação irregular em momento prévio ao regresso, salvaguardando os direitos fundamentais e garantindo a prestação de assistência em diversos domínios (social, saúde, jurídico, linguístico).

Ação – Operacionalizar os centros de instalação temporária e espaços equiparados.

Indicador – Abertura de um novo centro.

Interveniente – MAI/SEF; outras entidades. **Calendarização** – 2016-2018.

O Projeto CATA – Centro de Acolhimento Temporário de Almoçagem –, visa melhorar a qualidade e a capacidade de detenção de cidadãos nacionais de países terceiros (NPT) em situação irregular, salvaguardando os direitos fundamentais desses cidadãos e reduzindo os custos associados às operações de afastamento.

Em 2018, o Projeto CATA foi alvo de nova proposta a financiamento, tendo sido iniciadas, no decorrer do ano, as obras no edifício.

Prevendo o indicador a abertura de um novo centro até ao ano 2018, considera-se o indicador não cumprido.

Medida 82. Promoção de mecanismos de retorno voluntário e da reintegração no país de origem, garantindo o acesso prioritário das vítimas de tráfico de seres humanos.

Ação – Implementar ações de pré-embarque e afastamento de nacionais de países terceiros/regresso voluntário, assistido ou coercivo, nomeadamente através do Programa de Regresso ao País de Origem.

Indicador – N.º de ações de pré-embarque a afastamento.

Interveniente – MAI/SEF; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, no âmbito dos mecanismos de retorno voluntário, privilegiando o acesso das vítimas de tráfico de seres humanos, foram realizadas 261 ações de pré-embarque e afastamento.

Em 2018, foram feitas 532 ações de pré-embarque e afastamento.

O indicador foi cumprido no ano 2017 e no ano 2018.

Medida 83. Operacionalização dos acordos de readmissão

Ação – Desenvolver a capacidade dos países no âmbito da readmissão e reintegração dos nacionais regressados e promover a gestão dos fluxos migratórios, através do Programa de Acordos de Readmissão.

Indicador – 10 pontos de contacto até 2020.

Interveniente – MAI/SEF; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Entre os pontos de contacto do SEF para operacionalização dos acordos de readmissão, contam-se os cinco Oficiais de Ligação do SEF, bem como um ponto de contacto por cada uma das seis Direções Regionais do SEF.

Em face da informação reportada em 2018, o indicador foi cumprido e superado, com onze pontos de contacto para operacionalizar os acordos de readmissão.

Indicador – Relatório de avaliação anual.

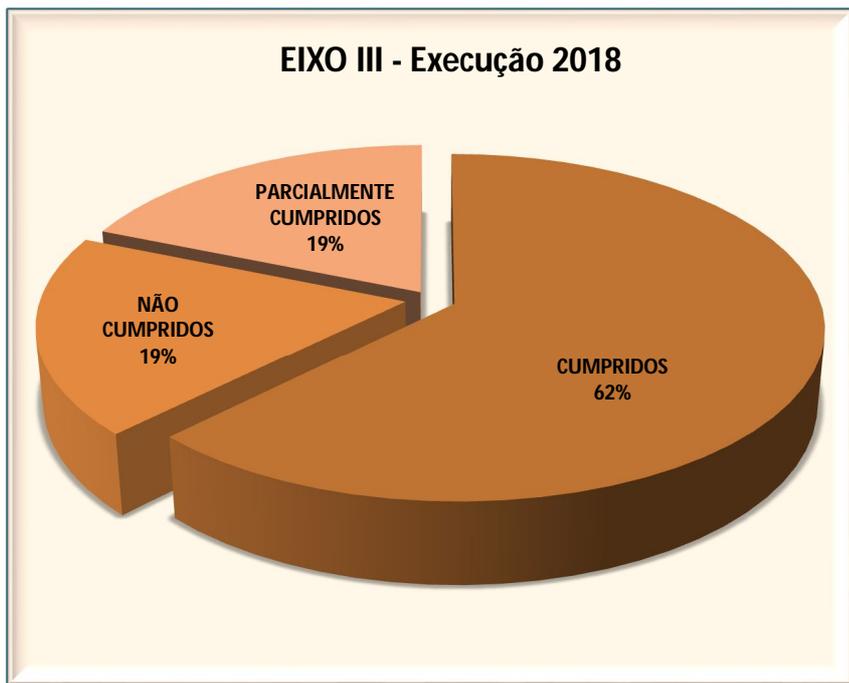
Interveniente – MAI/SEF; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, e de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), registaram-se 111 readmissões no âmbito da cooperação, das quais 90 passivas e 21 ativas.

Em 2018, o RASI refere um total de 108 readmissões, das quais 68 passivas e 40 ativas, no âmbito da cooperação policial em matéria de imigração.

O indicador foi cumprido no biénio em análise.

EIXO III				
EXECUÇÃO	ANO 2017		ANO 2018	
	N.º INDICADORES	%	N.º INDICADORES	%
CUMPRIDOS	5	50,0%	10	62,4%
NÃO CUMPRIDOS	3	30,0%	3	18,8%
PARCIALMENTE CUMPRIDOS	2	20,0%	3	18,8%
TOTAL	10	100%	16	100%



EIXO IV. POLÍTICAS DE REFORÇO DA LEGALIDADE MIGRATÓRIA E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS MIGRATÓRIOS

Medida 84. Promoção de um melhor nível de atendimento (agendamento, notificação e prestação de informação sobre os procedimentos administrativos individuais)

Ação – Dinamizar a possibilidade de agendamento de atendimento junto do SEF, através do atendimento digital assistido («espaços do cidadão»).

Indicador – N.º de marcações feitas através dos espaços do cidadão/ano.

Interveniente – MPMA/AMA, I.P., MAI/SEF. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, foram feitas 3610 marcações para o SEF através dos Espaços do Cidadão e, no ano 2018, um total de 3466 marcações.

O indicador foi cumprido no biénio em análise.

Medida 87. Agilização dos procedimentos administrativos que implicam a validação da situação de regularidade documental em território nacional, através do Programa IS-AP/Interface SEF-Administração Pública.

Ação – Alargar a outras instituições da Administração Pública com interação com migrantes, para validação da situação documental (por exemplo, emissão de cartas de condução, cuidados de saúde, educação e formação, emprego, segurança social, desporto).

Indicador – 10 protocolos implementados.

Interveniente – MAI/SEF; MTSSS/ISS,I.P; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2018, o SEF informou que, no âmbito da agilização dos procedimentos administrativos, foram celebrados protocolos com sete entidades da Administração Pública:

- Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Ministério da Justiça;
- Instituto da Mobilidade e Transportes;
- Direção-Geral da Educação Superior (Via Verde para Estudantes – ainda em discussão, atentos à sua integração na Medida SIMPLEX +);
- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas;

- Instituto da Segurança Social, I.P.;
- Direção-Geral dos Recursos Marítimos.

Os protocolos com as entidades referidas permitiram implementar, entre outros, procedimentos de normalização, simplificação e harmonização nos portos, nomeadamente a Janela Única Portuária (JUPE), Janela Única Logística (JUL), Emissão de Fatura Única.

Com a implementação de protocolos com sete entidades da Administração Pública, com vista à agilização de procedimentos, o indicador atingiu 70% de execução, no ano 2018.

Medida 88. Modernização dos procedimentos em matéria de migrações, potenciando a eficácia e celeridade dos mesmos e promovendo a criação de informação com maior qualidade e passível de maior partilha

Ação – Automatizar os procedimentos de emissão de títulos de residência, garantindo a evolução e manutenção do Sistema Integrado de Gestão Automatizada de Processos (SIGAP), de modo a garantir uma maior qualidade, celeridade e segurança na promoção das medidas de imigração e integração prosseguidas.

Indicador – Desenvolvimento e implementação de interface de interoperabilidade entre o sistema de gestão documental do SEF e o SIGAP.

Interveniente – MAI/SEF. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2018, o interface de interoperabilidade entre o sistema de gestão documental do SEF e o SIGAP encontrava-se em fase de análise de soluções tecnológicas, pelo que se considera o indicador em execução.

Indicador – Elaboração de relatório anual sobre as necessidades evolutivas.

Interveniente – MAI/SEF. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017 e em 2018 foram elaborados relatórios anuais sobre as necessidades evolutivas detetadas.

O indicador foi cumprido nos anos 2017 e 2018.

Indicador – Implementação de medidas evolutivas/corretivas evidenciadas nos relatórios anuais.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

Como medidas corretivas/de otimização assinaladas nos relatórios anuais, o SEF reportou o aumento da performance com alterações à arquitetura tecnológica de suporte.

O SEF informou ainda que os relatórios são realizados com carácter anual, e, da análise destes relatórios, resulta o desencadeamento, por parte do SEF, de mecanismos de modernização tecnológica. Esta modernização encontra-se plasmada no Portal SEF (Agendamentos *on-line*; Registo Área pessoal, entre outros); Portal do Imigrante; Portal SIBA; Alertas SMS (Simplex+); Plataforma ARI (todo o processo é desencadeado *on-line*).

Em face da informação reportada, considera-se o indicador cumprido nos anos 2017 e 2018.

Indicador – Elaboração de relatório de avaliação do SIGAP.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, foi lançado o procedimento de auditoria para identificação dos fluxos existentes e das necessidades evolutivas do SIGAP, pelo que se considera o indicador em execução.

Medida 91. Reequacionamento dos serviços de apoio às migrações.

Ação – Promover uma nova abordagem ao relacionamento com determinados grupos de cidadãos migrantes nos gabinetes de atendimento especializado.

Indicador – Seis gabinetes de atendimento especializado até 2020.

Interveniente – MAI/SEF **Calendarização** – 2015-2020.

O SEF abriu postos de atendimento para estudantes internacionais nos *Study Lounge* de Coimbra e de Lisboa. Nestes locais, o SEF disponibiliza serviços relacionados com vistos de residência, passaportes, entre outros.

O indicador atingiu 33% de execução.

Medida 92. Elaboração de estudos em áreas chave para as políticas de migrações com vista a contribuir para a definição e avaliação das políticas migratórias

Ação – Promover a investigação dos fenómenos migratórios, integração de imigrantes, valorização da diversidade.

Indicador – Publicação de cinco estudos.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020

Em 2017, o Observatório das Migrações (OM) lançou duas novas publicações da Coleção Estudos do OM: o volume n.º 60, *Condições de Vida e Inserção Laboral de Imigrantes em Portugal: Efeitos da Crise de 2007-2008*⁶⁹, e o volume n.º 61, *Evolução e perfis dos divórcios em casais binacionais em Portugal (1995-2013)*⁷⁰. Os dois volumes foram apresentados nas X Jornadas do Observatório das Migrações, que decorreram na Fundação Calouste Gulbenkian, no dia 18 de dezembro.

O indicador foi cumprido e superado em 2017, com a publicação de seis volumes da coleção OM entre 2015 e 2017, e uma vez que o indicador previa a realização de cinco estudos no período de vigência do PEM (2015-2020).

Apesar de o indicador ter sido superado no ano 2017, em 2018 foi ainda publicado o volume n.º 62, *Atitudes e representações face à saúde, doença e acesso aos cuidados de saúde nas populações imigrantes*⁷¹, apresentado no evento «Diálogos do OM – Migrações e Saúde», que se realizou em setembro, no Auditório do CNAIM de Lisboa. Também em 2018 foi ainda publicado o volume n.º 63, *Discriminação no recrutamento e acesso ao mercado de trabalho de imigrantes e portugueses de origem estrangeira*⁷².

Entre 2015 e 2018 foram publicados um total de oito volumes da Coleção Estudos do OM, indo muito para além da meta desta ação.

⁶⁹ Versão digital do Estudo n.º 60 disponível em:

http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo_OM+60.pdf/f06d4a45-02b7-408b-a8b8-e273ff41cf6e.

⁷⁰ Versão digital do Estudo n.º 61 disponível em:

<http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo+%23+61.pdf/8d8511d6-7be8-4192-bc42-f5dd8657a0a7>.

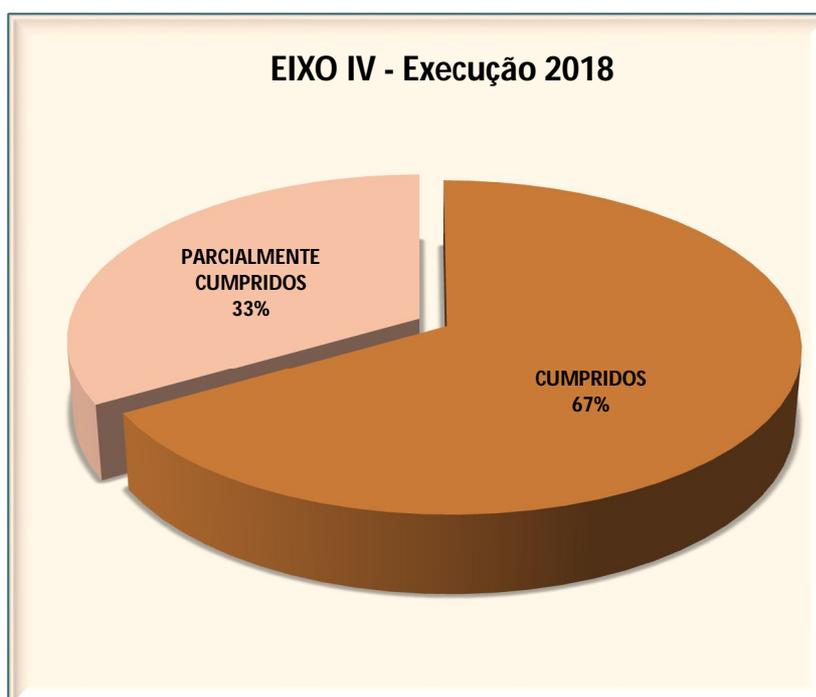
⁷¹ Versão digital do Estudo n.º 62 disponível em:

<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo+%2362.pdf/8c3cb667-418b-4a63-9c2f-937c9dcad0cb>.

⁷² Versão digital do Estudo n.º 63 disponível em:

<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo+OM+%2363.pdf/bf9284d4-046e-449f-b52c-841c0d4e2e12>.

EIXO IV				
EXECUÇÃO	ANO 2017		ANO 2018	
	N.º INDICADORES	%	N.º INDICADORES	%
CUMPRIDOS	3	75,0%	4	66,7%
NÃO CUMPRIDOS	0	0,0%	0	0,0%
PARCIALMENTE CUMPRIDOS	1	25,0%	2	33,3%
TOTAL	4	100%	6	100%



EIXO V. POLÍTICAS DE REFORÇO DA LIGAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO REGRESSO DOS CIDADÃOS NACIONAIS EMIGRANTES

Medida 93. Prevenção, deteção e combate à contratação irregular e à exploração laboral do emigrante.

Ação – Criar uma rede de interlocutores locais públicos e privados, que apoiem a rede consular, incluindo o associativismo.

Indicador – N.º de intervenções para correção de situações.

Interveniente – MNE/DGACCP – rede consular; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017 foram reportadas por trabalhadores lesados junto da DGACCP/EMI e/ou postos da rede consular um total de 25 situações de incumprimento contratual/exploração laboral e, em 2018, foram reportadas 9 situações de incumprimento/exploração laboral.

Considera-se o indicador cumprido, nos anos 2017 e 2018.

Indicador – N.º de ações de sensibilização para a respetiva prevenção.

Interveniente – MNE/DGACCP – rede consular; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, no âmbito da campanha «Trabalhar no Estrangeiro – Informe-se antes de partir», foram solicitados 160 pedidos de esclarecimento à DGACCP/EMI e, em 2018, foram solicitados 81 pedidos de esclarecimento.

Considera-se o indicador cumprido, nos anos 2017 e 2018.

Medida 94. Implementação de medidas de apoio ao cidadão emigrante

Ação – Reforçar as ferramentas da rede consular, incluindo permanências e antenas consulares e expansão da rede CC e SIRIC.

Indicador – N.º de atos consulares.

Interveniente – MNE/DGACCP; rede consular; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, a DGACCP contabilizou 2.042.928 atos consulares e, em 2018, um total de 1.843.738 atos consulares.

O indicador foi cumprido no ano 2017 e no ano 2018.

Indicador – N.º de permanências e antenas.

Interveniente – MNE/DGACCP; rede consular; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, contabilizavam-se 618 permanências e antenas e, em 2018, um, total de 447.

O indicador foi executado em 2017 e em 2018.

Indicador – N.º de postos dotados de CC e SIRIC.

Interveniente – MNE/DGACCP; rede consular; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, mais 10 postos consulares passaram a estar dotados de Cartão de Cidadão. Atualmente, o Cartão de Cidadão pode ser solicitado em 128 postos consulares⁷³.

Em 2018, a aplicação Sistema Integrado de Registo e Identificação Civil (SIRIC) foi implementada em 11 postos consulares.

Entre 2015 e 2018, um total de 27 postos consulares foi dotado de SIRIC⁷⁴.

Ação – Promover o atendimento digital assistido na rede consular.

Indicador – N.º de consulados que prestam atendimento digital assistido.

Interveniente – MNE/DGACCP; rede consular; MPMA/ AMA, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

O atendimento digital assistido na rede consular é uma das medidas de reforço da ligação dos nacionais emigrantes e do seu acompanhamento fora de Portugal, uma vez que possibilita o acesso à distância a diversos serviços da Administração Pública.

Em 2017, os consulados de Portugal em Paris⁷⁵ e São Paulo⁷⁶ já tinham implementado o atendimento digital assistido. E, em 2018, foi implementado no Centro de Atendimento Consular em Espanha.

Este tipo de atendimento é disponibilizado pela AMA através do Espaço Cidadão – balcão único onde são prestados múltiplos serviços de várias entidades da Administração Pública. Nestes balcões, os emigrantes podem tratar de pedidos, documentação ou registos

⁷³ Lista dos postos consulares dotados com Cartão de Cidadão disponível em:

<https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/servicos-consulares/cartao-de-cidadao#onde-pode-ser-solicitado-o-cartao-de-cidadao>.

⁷⁴ Lista dos postos consulares dotados de SIRIC disponível em:

https://www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/registo-civil/docs-do-civil/consulados-onde-a.

⁷⁵ Serviços do Espaço Cidadão em Paris: <https://www.mapadocidadao.pt/Servicos/Detail/3434/106550>.

⁷⁶ Serviços do Espaço Cidadão em São Paulo:

<https://www.mapadocidadao.pt/Servicos/Detail/4086/173315>.

respeitantes ao Cartão do Cidadão, Finanças, Pensões, Emprego e Formação Profissional, Atividades Culturais, Transportes (carta de condução), Segurança Social, Saúde, entre outros.

O indicador foi cumprido em 2017 e em 2018.

Medida 95. Estímulo e consolidação dos vínculos de pertença a Portugal, promovendo e divulgando a língua e cultura portuguesa e o movimento associativo em benefício das comunidades portuguesas.

Ação – Atribuir apoios a iniciativas e projetos do movimento associativo que para tal contribuam.

Indicador – N.º de iniciativas e eventos patrocinados.

Interveniente – MNE; ICA, I.P.; rede consular; outras entidades. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, deram entrada na DGACCP um total de 109 propostas de atividades/iniciativas apresentadas por associações e centros difusores de cultura portuguesa, ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Apoios pela DGACCP [Despacho n.º 16155/2005 de 12 de julho, publicado no DR n.º 141/05 (2ª série), de 25 de julho de 2005], entretanto revogado.

Beneficiaram de apoios financeiros 82 associações distribuídas por 19 países. O conjunto de pedidos provenientes de França recebeu cerca de 32% do total atribuído nesse ano. Em segundo lugar surge o Brasil, com 17%, e, em terceiro, o Canadá, com 12,5%. Seguem-se a Venezuela, os EUA e o Reino Unido, com 7,1%, 5,9% e 4%, respetivamente. Quanto ao número de projetos apoiados por país, a França regista 36, seguindo-se os Estados Unidos da América com 7 e o Brasil, com 5.

Em 2018, deram entrada na DGACCP um total de 124 propostas de atividades/iniciativas, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/2017, de 27 de setembro, tendo beneficiado de apoios financeiros 61 iniciativas de 41 associações, distribuídas por 11 países.

O conjunto de pedidos provenientes de França recebeu cerca de 51,5% do total atribuído nesse ano. Em segundo lugar surgem os EUA, com 14%, e em terceiro a Venezuela, com 13%. Seguem-se o Brasil, a Alemanha e o Canadá, com 8,5%, 4,9% e 3%, respetivamente. Quanto ao número de projetos apoiados por país, destaca-se a França com 34, seguindo-se a Alemanha e os EUA com 6 cada, e 5 do Brasil.

Quanto às iniciativas do Camões, I.P. – Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa, I. P., a sua Rede de Ensino atua em escolas maioritariamente dos sistemas de ensino dos países

parceiros, mas também desenvolve projetos na área do ensino em escolas associativas, ainda que em menor escala. Entre as iniciativas, está um programa anual de formação de professores e a participação no «Plano de Incentivo à Leitura», com apoio a bibliotecas escolares e a disponibilização de um acervo audiovisual em Língua Portuguesa.

Estes protocolos estabelecidos com associações/escolas inserem-se na missão do Camões, I.P., nos termos do Decreto-Lei nº 21/2012 de 30 de janeiro – «Propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, sendo suas atribuições assegurar a qualidade do ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, mediante o necessário apoio científico e pedagógico, e assegurar a qualificação do ensino da língua portuguesa no estrangeiro, nomeadamente no desenvolvimento de formas e modelos complementares de certificação e avaliação das aprendizagens e de creditação e transferência dos respetivos créditos, bem como o desenvolvimento de mecanismos apropriados para a formação de professores, especialmente para o ensino da língua portuguesa junto das comunidades».

Entre 2015 e 2018, um total de 60 associações foram apoiadas através de protocolo com o Camões, I.P. com o objetivo de promover a Língua e Cultura portuguesas:

Ano	N.º Associações apoiadas pelo Camões, I.P
2015	5
2016	15
2017	19
2018	21
Total	60

O indicador foi cumprido em 2017 e em 2018.

Medida 96. Incentivo à integração e participação cívica e política do emigrante nas sociedades e comunidades de acolhimento.

Ação – Apoiar a escolaridade; fomentar a participação política e cívica.

Indicador – Taxa de sucesso escolar.

Interveniente – MNE/DGACCP – rede consular. **Calendarização** – 2015-2020.

Relativamente aos cursos promovidos pelo Camões, I.P. no estrangeiro, apuraram-se os seguintes dados para o biénio em análise (ainda por apurar o ano letivo 2017/2018):

- No ano 2017: taxa de sucesso escolar 2016/2017 – 97.9%; total de alunos avaliados: 40.399; total de alunos aprovados – 39.569.

O indicador foi executado em 2017 e em 2018.

Em 2017 (ano letivo 2016/2017), no que respeita aos cursos promovidos pelo Camões, I.P. no estrangeiro, foram avaliados 40.399 alunos, dos quais 39.569 foram aprovados, o que corresponde a uma taxa de sucesso escolar de 97,9%.

Os dados relativos a 2018 (ano letivo 2017/2018) encontram-se ainda por apurar.

O indicador foi cumprido em 2017.

Indicador – Identificação e diálogo com luso-eleitos.

Interveniente – MNE/DGACCP – rede consular. **Calendarização** – 2015-2020.

Com o objetivo de promover a língua e cultura portuguesas, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa, I. P. atua, em permanência, junto das crianças e jovens portugueses (em mobilidade, expatriados ou emigrados) e lusodescendentes:

- (i) de forma presencial, através da sua Rede de Ensino Português no Estrangeiro;
- (ii) a distância, através da Plataforma de Português Mais Perto.

Considera-se o indicador cumprido no biénio em análise.

Medida 97. Dinamização das relações culturais, económicas e empresariais do emigrante com Portugal

Ação – Promover iniciativas de incentivo e atracção de relações comerciais e de investimento das comunidades portuguesas com e em Portugal.

Indicador – N.º de ações de promoção.

Interveniente – MNE/DGACCP, rede consular; VPM/AICEP, E.P.E.; outras entidades.

Calendarização – 2015-2020.

Em 2017, o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID) organizou o II Encontro de Investidores da Diáspora em Viana do Castelo, nos dias 15 e 16 de dezembro, em parceria com a respetiva Câmara Municipal. O evento reuniu cerca de 570 participantes, incluindo, para além de 10 membros do Governo e 20 autarcas, 340 representantes de empresas, de câmaras de comércio e do associativismo empresarial, portugueses e luso-descendentes, oriundos de 36 países dos 5 continentes.

Em 2018, o GAID organizou dois Encontros de Investidores da Diáspora:

- O I Encontro Intercalar de Investidores da Diáspora, de âmbito regional, decorreu na Praia da Vitória, Açores, entre os dias 5 e 8 de julho, em parceria com o Governo Regional dos Açores e com o apoio da Câmara Municipal da Praia da Vitória. O evento reuniu cerca de 120 participantes, na sua maioria empresários da Diáspora, oriundos de 11 países dos 5 continentes, para além de membros dos Governos Regional e da República e dirigentes de várias instituições nacionais e regionais. As temáticas incidiram sobre áreas económicas estratégicas dos Açores, nomeadamente a economia do mar, o turismo, a ciência e tecnologia e o setor agroalimentar;
- O III Encontro de Investidores da Diáspora decorreu em Penafiel/Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, entre os dias 13 e 15 de dezembro, em parceria com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e com o apoio da Câmara Municipal de Penafiel. O evento reuniu cerca de 700 participantes, incluindo empresários da Diáspora, representantes de câmaras de comércio e do associativismo empresarial, portugueses e luso-descendentes, oriundos de 35 países dos 5 continentes, para além de 13 membros do Governo e numerosos dirigentes de instituições e autarcas.

Estes encontros permitiram dinamizar o tecido empresarial da diáspora portuguesa e reforçar uma rede que identifique e congregue os seus representantes, ao mesmo tempo que

providenciou aos participantes a informação e o apoio necessários à procura de oportunidades de investimento e inovação, e lhes proporcionou uma excelente oportunidade para promover e aprofundar o conhecimento mútuo, partilhar experiências e práticas, aprofundar o *networking* e conhecer novos mecanismos institucionais de apoio ao investimento em Portugal. Consolidaram-se, por outro lado, como uma boa prática de atração e de valorização do investimento da Diáspora em Portugal e como rede de internacionalização dos empresários que querem expandir os seus negócios nos países onde existem comunidades portuguesas.

Face à informação reportada, considera-se o indicador cumprido no biénio em análise.

Ação – Promoção de um encontro de jovens quadros que colaborem com organizações internacionais ou transnacionais públicas e privadas.

Indicador – 1 encontro de jovens quadros/ano.

Interveniente – MNE/DGACCP; rede consular, MPMA/ACM, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

Em 2017, o GAID participou ativamente no desenvolvimento e execução do projeto «Empreender 2020 – Regresso de uma Geração Preparada», sob a égide da Fundação AEP, no âmbito do COMPETE 2020. O projeto visa criar condições para o regresso dos jovens qualificados emigrados, avaliando as suas expectativas empresariais e estimulando o seu espírito empreendedor face às oportunidades existentes e atuais mecanismos de apoio. O projeto culminou com uma Conferência Internacional que proporcionou um amplo debate público sobre a temática «Portugal e os Jovens Qualificados da Diáspora» e uma reflexão sobre propostas e recomendações a refletir num modelo prospetivo de desenvolvimento.

Em 2018, o GAID continuou a participar ativamente em iniciativas ligadas à chamada Diáspora jovem qualificada e à valorização da relação entre investigação, inovação e empreendedorismo numa perspetiva de aproximação entre jovens quadros e empreendedores portugueses que investigam e trabalham no exterior e respetivas instituições, com os respetivos congéneres em Portugal.

Para o efeito, o GAID participou nos projetos da Fundação AEP, no âmbito do COMPETE 2020, designadamente o «Empreender 2020 – Regresso de uma Geração Preparada» (criação de condições para o regresso dos jovens qualificados emigrados, avaliando as suas expectativas empresariais e estimulando o seu espírito empreendedor face às oportunidades existentes e atuais mecanismos de apoio) e o novo projeto «Rede Global da Diáspora», a desenvolver em 2019 e direcionado também aos jovens quadros e investigadores portugueses no exterior. Neste âmbito, decorreu em 2018 a Conferência Internacional «Portugal e os Jovens

Qualificados da Diáspora» e duas edições da iniciativa «*Match Point*», que visa colocar em interação direta jovens qualificados da diáspora e empresas portuguesas em busca de jovens quadros qualificados.

Teve ainda continuidade o trabalho com as redes de graduados e investigadores portugueses no estrangeiro, com a participação do GAID nos respetivos eventos e a participação de representantes daquelas em eventos do GAID.

Considera-se o indicador cumprido em 2017 e em 2018.

Medida 99. Promoção de políticas de apoio ao regresso dos cidadãos nacionais, através da divulgação de informação relacionada com as questões inerentes ao regresso e reinserção em todas as suas vertentes: social, jurídica, económica, investimento, emprego, educação, fiscal, administrativa, etc.

Ação – Constituir e acompanhar os Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), nas câmaras municipais; dinamizar um Portal específico.

Indicador – N.º de GAE constituídos.

Interveniente – MNE/DGACCP; MA/ACM, I.P.; municípios; outras entidades.

Calendarização – 2015-2020.

Como explicita o Portal das Comunidades, os Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE) resultam de Acordos de Cooperação entre a DGACCP e as Câmaras Municipais, estabelecidos através de protocolos celebrados entre as duas entidades e que assentam em dois princípios base: a disponibilidade para o atendimento e a proximidade ao utente.

O envolvimento do poder local resulta do facto de 90% dos nacionais que regressam a Portugal se fixarem na Freguesia de onde partiram, sendo as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia os seus pontos de referência.

Os GAE têm por missão a criação de uma estrutura de apoio aos munícipes que tenham estado emigrados, que se encontrem em vias de regresso, ou que ainda residam nos países de acolhimento:

- Numa primeira fase, pretendem responder às questões inerentes ao regresso e reinserção em todas as suas vertentes: social, jurídica, económica, investimento, emprego, estudos, entre outras;

- Numa segunda fase, a médio prazo, pretendem dinamizar as potencialidades económicas dos Concelhos junto das Comunidades Portuguesas, com o eventual aproveitamento de estruturas pré-existentes e em conjugação com o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID), integrado no MNE/DGACCP;
- Apoiar os emigrantes em matérias da competência das Câmaras Municipais: licenciamento de obras, licenciamento para comércio ou indústria, projetos, etc.

Em 2017, foram constituídos 3 novos GAE e, em 2018, um total de 11.

O indicador foi cumprido no biénio em análise.

Indicador – Ações de formação realizadas.

Interveniente – MNE/DGACCP; MA/ACM, I.P.; municípios; outras entidades.

Calendarização – 2015-2020.

No ano 2017, contabilizaram-se 12 ações de formação aos GAE e, no ano 2018, um total de 77 ações.

O indicador foi cumprido no biénio em análise.

Indicador – N.º de atendimentos.

Interveniente – MNE/DGACCP; MA/ACM, I.P.; municípios; outras entidades.

Calendarização – 2015-2020.

Em 2017, os GAE realizaram 3920 atendimentos e, no ano 2018, um total de 4912 atendimentos.

O indicador foi cumprido no biénio em análise.

Medida 100. Melhoria dos dados oficiais sobre a dimensão e estrutura das comunidades e sua integração nos países de acolhimento e em Portugal no pós-regresso.

Ação – Recolher e tratar dados estatísticos, para a construção de uma base de dados adequada.

Indicador – N.º de entradas na base de dados.

Interveniente – MNE/DGACCP- rede consular; MA/INE, I.P. **Calendarização** – 2015-2020.

No âmbito dos vistos Schengen de curta duração existe uma base de dados comum a todos os estados membros da União Europeia, no portal do *Directorate General – Migration and Home Affairs*⁷⁷.

Considera-se o indicador executado.

Medida 103. Apoio à criação de empresas por nacionais não residentes em território nacional

Ação – Divulgar o Balcão do Empreendedor junto dos emigrantes, como ponto único de contacto com a Administração Pública para licenciamento das atividades económicas.

Indicador – Lançamento de 1 campanha/ano promocional junto das comunidades portuguesas.

Interveniente – MPMA/AMA, I.P.; MNE/DGACCP, rede consular; ME/DGAE, I.P.

Calendarização – 2015-2020.

Com o objetivo de apoiar cidadãos nacionais não residentes em Portugal na criação de empresas, o Balcão do Empreendedor (BdE) assume-se como um ponto de contacto virtual com a Administração Pública, uma vez que dá acesso aos serviços relacionados com a atividade empresarial: criar uma empresa, registar uma marca, obter certidões ou fazer o licenciamento de atividades.

O Balcão do Empreendedor (BdE) é uma plataforma eletrónica para operadores económicos/empresários com as seguintes funcionalidades:

- Obtenção de informações sobre as formalidades associadas ao exercício da atividade económica;

⁷⁷ Portal DG Home: https://ec.europa.eu/info/departments/migration-and-home-affairs_en.

- Realização do serviço e pagamento *online*;
- Acompanhamento do estado do processo;
- Receção da decisão final.

Os empresários dispõem também de uma rede com cobertura nacional de atendimento presencial nas Câmaras Municipais, Espaços Empresa⁷⁸ e Centros de Apoio Empresarial.

Para aceder ao BdE é necessária autenticação/certificação do operador económico, tendo como meios autenticação:

- Cartão de Cidadão⁷⁹ (leitor de cartões e PIN de autenticação);
- Chave Móvel Digital⁸⁰ (CMD). A adesão à CMD pode ser efetuada:
 - *Online*⁸¹ – cidadãos portugueses portadores de Cartão de Cidadão;
 - Presencialmente – nos balcões de atendimento dos Espaços Cidadão⁸² e dos Espaços Empresa⁸³ – cidadãos estrangeiros com passaporte e cidadãos portugueses com cartão de identificação.

Em 2017 e em 2018, o ACM, I.P. continuou a promover o BdE no seu *website*. A divulgação é feita no campo «Empreender» do separador «Portugueses»⁸⁴. Este último separador é dedicado aos nacionais que residem no estrangeiro e direcionado para apoiar o seu regresso a Portugal. Para além da promoção do empreendedorismo, remetendo para o BdE, esta área do *website* disponibiliza ainda informação sobre programas, linhas de financiamento, incentivos à criação do próprio negócio e ainda alguns *links* úteis.

Ao longo de 2018, e em articulação com outras instituições, os municípios e a rede diplomática e consular, o GAID acompanhou, informou e orientou micro e pequenos projetos de empreendedorismo provindos de empresários da diáspora, assim como a internacionalização, através da diáspora como plataforma de promoção e divulgação, de iniciativas portuguesas de base local e regional. Nos projetos apoiados, registou-se uma maior incidência em setores estratégicos da economia portuguesa, como o turismo ou o agroalimentar, e um número significativo direcionados para regiões do interior do país.

⁷⁸ <https://www.portaldocidadao.pt/web/lojas-edc/espacos-empresa>.

⁷⁹ <https://www.autenticacao.gov.pt/o-cartao-de-cidadao>.

⁸⁰ <https://www.autenticacao.gov.pt/a-chave-movel-digital>.

⁸¹ <https://www.autenticacao.gov.pt/cmd-pedido-chave>.

⁸² <https://www.portaldocidadao.pt/web/lojas-edc/espacos-cidadao>.

⁸³ <https://www.portaldocidadao.pt/web/lojas-edc/espacos-empresa>.

⁸⁴ <http://www.acm.gov.pt/portugueses/empreender>.

Face à disponibilização contínua de informação e promoção dos serviços prestados pelo Balcão do Empreendedor e as atividades desenvolvidas pelo GAID da DGACCP, considera-se o indicador cumprido em 2017 e em 2018.

Medida 105. Apoio à contratação de portugueses altamente qualificados que residam no estrangeiro

Ação – Realizar ações de apresentação e ligação de empresas a jovens residentes no estrangeiro.

Indicador – 1 *roadshow* anual.

Interveniente – MPMA/ACM, I.P.; ME/IAPMEI, I.P.; AICEP Portugal Global, E.P.E

Calendarização – 2015-2020.

Em 2017 e em 2018 não se realizaram *roadshows*.

O indicador não foi cumprido no biénio em análise.

EIXO V				
EXECUÇÃO	ANO 2017		ANO 2018	
	N.º INDICADORES	%	N.º INDICADORES	%
CUMPRIDOS	5	83,3%	3	75,0%
NÃO CUMPRIDOS	1	16,7%	1	25,0%
PARCIALMENTE CUMPRIDOS	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL	6	100%	4	100%

